



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 067

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 02 DE SETEMBRO DE 2003

ANO XXIX

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**NATÁLIO STICA**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PSL

**CLEITON KIELSE**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

Líder do Governo .....	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição .....	Durval Amaral
PTB .....	Carlos Simões
PFL .....	Plauto Miró Guimarães
PSDB .....	Ademar Traiano
PMDB .....	Antonio Anibelli
PPB .....	Duílio Genari
PT .....	Luciana Rafagnin
PDT .....	Neivo Beraldin
PSL .....	Luiz Carlos Martins
PL .....	Chico Noroeste
PPS .....	Waldir Leite
PSB .....	Doutor Luciano

## Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi (em licença) - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Garcia - Nelson Tureck (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PPS - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PSB - 02: Doutor Luciano - Reni Pereira.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 067ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
02 DE SETEMBRO DE 2003**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Nereu Moura e Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Braddock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Nishimori, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (53). Achando-se em licença a senhora deputada Elza Correia (01).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Emendas:**

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, Nº 02  
PROJETO DE LEI Nº 491/2003

Incluir artigo 3º ao Projeto de Lei nº 491/2003, renumerando os demais, com a seguinte redação:

“Art. 3º - O Poder Executivo efetuará o pagamento do consumo de energia elétrica e dos encargos decorrentes desse serviço, referentes à redução da tarifa dos domicílios que tenham, entre seus membros residentes, usuários de oxigenoterapia familiar contínua.

Parágrafo 1º - A redução da tarifa a que se refere o artigo 3º será efetivada até o valor referente à média do consumo dos três meses anteriores ao início da oxigenoterapia.

Parágrafo 2º - O cadastro dos domicílios a serem beneficiados será elaborado pela Secretaria de Estado da Saúde em conjunto com a Copel.

Sala das Sessões, em 02.09.2003.

(a) DOUTOR LUCIANO

Apoiamento:

Ailton Araújo, Mauro Moraes, Renato Gaúcho, Jocelito Canto e Pastor Edson Praczyk.

**EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 07  
PROJETO DE LEI Nº 491/2003**

A presente emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 491/2003, de iniciativa do Poder Executivo, altera a redação proposta em seu artigo 2º, inciso II:

Art. 2º - ...

a) Classe residencial:

I - ...

II - estar o titular da unidade consumidora cadastrado nas concessionárias, permissionárias, autorizadas de geração e de distribuição de energia como beneficiário de algum dos Programas Sociais do Governo Federal tais como Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação e Vale-Gás, além dos contemplados na Portaria DNAEE 190/96.

Sala das Sessões, em 02.09.2003.

(a) ELIO RUSCH

Apoiamento:

Plauto Miró Guimarães, Fernando Ribas Carli, Luiz Carlos Martins e Durval Amaral.

**Indicações:**

**INDICAÇÃO Nº 086/2003**

Exmo. Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Muito Digno Governador do Estado do Paraná, o deputado que a presente subscreve, com o devido respeito, vem submeter à sua apreciação o seguinte:

a) Conforme contato que tivemos no último dia 22 de agosto do corrente ano, em Maringá, com servidores da Universidade Estadual de Maringá, queremos expor o seguinte problema.

b) A UEM mantém em sua estrutura, órgão como ILG (Instituto de Línguas), IEJ (Instituto de Estudos Japoneses), CAP (Colégio de Aplicações Pedagógicas), DUC (Diretoria de Cultura) e MEU (Escola de Música), onde atuam aproximadamente 75 professores que minis-

tram cursos para as comunidades interna e externa da Universidade e também à comunidade em geral.

c) Esses servidores estão diretamente ligados à PEC (Pró-reitoria de Extensão e Cultura) que por sua vez está ligada à Reitoria da UEM. Para se ter uma idéia do trabalho desenvolvido, somente neste primeiro semestre de 2002/2003, o ILG atendeu a mais de 1.300 alunos, com cursos de inglês, espanhol, francês, italiano e alemão, bem como, o IEJ (Instituto de Estudos Japoneses).

d) Considerando a Lei nº 11.713/97, das instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná, há somente duas categorias de servidores nessas instituições: Servidores Técnicos e Professores de Ensino Superior.

e) Desta forma, os professores dos setores acima citados não são enquadrados em nenhuma das duas categorias existentes. Não desempenham atividades de técnicos e não são considerados professores de ensino superior pela instituição - apesar de serem professores de línguas, arte e música, - e, de terem sido contratados por concurso público, conforme determina a lei.

f) Para tentar solucionar o problema a UEM baixou uma resolução interna (Resolução 107/99) aprovada pelo Conselho de Administração - instância máxima da administração da UEM - criando, assim, uma carreira especial para esses professores ligados a esses órgãos.

g) No entanto, tal Resolução não concede os mesmos direitos dos professores dos demais departamentos da UEM, o que tem causado sérios problemas aos professores aqui citados, pois a Resolução não encontra respaldo na Lei Estadual nº 11713/97, e o Tribunal de Contas do Estado tem freqüentemente negado abertura de novos concursos, bem como, tem deixado de homologar aposentadorias a esses servidores.

h) Desta forma, o deputado que o presente subcreve, vem recorrer ao alto espírito de justiça do senhor governador do Estado, para que determine à Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a realização de estudos no sentido de corrigir este grande problema social que ocorre presentemente nos quadros da Universidade Estadual de Maringá, com o envio de uma mensagem governamental que coloque um fim nas angústias desses servidores.

Sala das Sessões, em 02.09.2003.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### JUSTIFICATIVA:

A presente indicação, tem como principal objetivo corrigir uma grande injustiça que tem acometido um grupo de aproximadamente 75 professores da Universidade Estadual de Maringá, que têm dedicado o seu precioso tempo, ministrando cursos de línguas, arte e música para as comunidades interna e externa da UEM, bem como prestando um valioso serviço à comunidade em geral.

Ocorre que tais professores, apesar de terem sido contratados por concurso público, conforme determina a lei, não estão enquadrados em nenhuma das duas categorias de servidores dessa instituição (cf. Lei nº 11.713/97),

pois não são técnicos, e, apesar de serem professores, não estão enquadrados nessa categoria de professores de ensino superior. Mesmo reconhecendo o esforço da reitoria em solucionar o problema com a expedição da resolução 107/99, criando uma categoria especial, para os professores afetos aos Institutos de Línguas, Estudos japoneses, Colégio de Aplicação Pedagógicas, Diretoria de Cultura e Escola de Música.

Como o enquadramento desses servidores depende de Lei Estadual e não uma simples resolução, e, reconhecendo ser esta uma atribuição exclusiva do Poder Executivo, venho encarecer ao senhor governador do Estado, que determine ao senhor secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Aldair Tarcísio Rizzo, a realização de um estudo que possa culminar com uma mensagem governamental, corrigindo este problema social da classe do magistério superior da UEM.

#### INDICAÇÃO Nº 087/2003

Exmo. Senhor Governador:

Este deputado, que ao final subscreve, autor da presente proposição, comparece perante V. Exa., para indicar a adoção de medidas urgentes, no sentido de que se promova a imediata proteção da remuneração dos servidores, garantindo-se a aplicação dos efeitos do artigo 168, da Lei nº 6.174 de 16 de novembro de 1970, proposta esta que, após profundo exame e aprovação das Comissões Temáticas Permanentes da Assembléia Legislativa, mereceu a chancela do colegiado de deputados ao receber também a manifestação positiva em plenário, quando da aprovação do envio desta Indicação Legislativa, ao vosso exame, fato que com certeza merecerá vossa atenção em virtude do caráter meritório, principalmente neste período recessivo em que a economia brasileira encontra-se assentada.

É imperativo que seja assegurado ao servidor do Estado do Paraná o recebimento mensal de uma parcela, de um percentual mínimo, do total de sua remuneração, que garanta a subsistência básica da pessoa do servidor e de sua família, impondo-se um limite nos descontos autorizados ou compulsórios, quando da emissão das folhas de pagamento.

Observe o mandamento abaixo, *in verbis*:

Lei Estadual nº 6.174/70 (Estatuto dos Servidores Públicos)

Art. 168 - A soma das consignações não deverá exceder a quarenta por cento do vencimento, remuneração ou provento.

O dispositivo é inteligente, válido, eficaz e pretende garantir para o servidor o recolhimento, de no mínimo, 60% da remuneração em espécie, impondo o limite de 40% a descontos que a própria norma disciplina quais são possíveis de serem mensuradas como consignações (artigo 165 a 168, da lei nº 6.174/70).

As instituições bancárias estão percebendo a desatenção dos agentes públicos à norma supra mencionada, que permitem que os servidores se exponham aos juros

extorsivos de financiamentos, ensejando em condição confortável aos Bancos que encontram nas folhas de pagamentos dos servidores do Paraná, a garantia de recebimento dos haveres, através de consignações no contra-cheques.

Neste sentido, propomos que V. Exa. decrete instruções a todos os agentes públicos Executivo, para que atentem aos limites legais das consignações nas folhas de pagamento, ato que com certeza garantirá aumento nos ganhos líquidos dos servidores.

Sala das Sessões, em 02.09.2003.

(a) BARBOSA NETO

## Ofícios:

### OFÍCIOS

Sob o nº 101/2003, da Sra. Benedita Souza da Silva, ministra de Estado da Assistência Social, informando a transferência de recursos para o Fundo Municipal de Assistência Social-PR, destinados à manutenção dos Serviços Assistenciais de Ação Continuada/2003. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 130/2003, da Sra. Benedita Souza da Silva, ministra de Estado da Assistência Social, comunicando a transferência de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social do Paraná, no valor de R\$24.525,00, sendo R\$12.045,00, para o pagamento da Bolsa Criança Cidadã e R\$12.480,00, destinados à manutenção da Jornada Ampliada/Erradicação do Trabalho Infantil, referente aos meses de Janeiro a Março/2003. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 129/2003, da Sra. Benedita Souza da Silva, ministra de Estado da Assistência Social, comunicando a transferência de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social do Paraná, destinados à manutenção dos Serviços Assistenciais de Ação Continuada e Abrigo/2003. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 115/2003, da Sra. Benedita Souza da Silva, ministra de Estado da Assistência Social, informando a transferência de recursos para o Fundo Municipal de Assistência Social-PR, destinados à manutenção dos Serviços Assistenciais de Ação Continuada/2003. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1816/2003, do Sr. Gleden Teixeira Prates - chefe de gabinete da Secretaria de Estado da Saúde, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Hermes Fonseca, que pede esclarecimentos sobre Consórcio Internacional de Saúde Norte do Paraná - Cisnop. **Ao conhecimento do deputado interessado.**

Sob o nº 329/2003, do Sr. Waldyr Pugliesi, secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao pedido de

informações requerido pelo deputado Marcos Isfer, que pede esclarecimentos sobre as obras na Rodovia PR-151, trecho entre São Mateus do Sul (PR) e divisa PR/SC (Três Barras). **Ao conhecimento do deputado interessado.**

Sob o nº 1448/2003, do Sr. Clotário Portugal Neto, desembargador relator do Tribunal de Justiça, tendo em vista os Autos de Embargos de Declaração Cível nº 115.587/7, que figura como embargante o presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, comunica que acolheu o pronunciamento da procuradora geral da Justiça, e requer que seja restabelecido a tramitação na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, do primeiro Projeto de Lei de Iniciativa Popular da História do Estado do Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

## Requerimentos:

### REQUERIMENTO Nº 1900

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei nº 430/2003, de autoria do Poder Executivo que transforma cargos em comissão na Secretaria de Estado da Educação.

Sala das Sessões, em 02.09.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

### REQUERIMENTO Nº 1902

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 498/2003, que cria o parque Público de Lazer no município de Almirante Tamandaré.

Sala das Sessões, em 02.09.2003.

(a) DELEGADO BRADOCK

### REQUERIMENTO Nº 1903

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, regime de urgência aos Projetos de Lei nºs 273/2003 e 274/2003, de minha autoria, que autoriza a criação da disciplina de informática para a rede pública e autoriza a inclusão do sistema de educação em tempo integral no ensino fundamental da rede pública, respectivamente.

Sala das Sessões, em 02.09.2003.

(a) BARBOSA NETO

### REQUERIMENTO Nº 1899

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, destaque para discussão e votação da

Emenda nº 08 do Projeto de Lei nº 491/2003, item 01 da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 02.09.2003.

(a) CHICO NOROESTE

#### REQUERIMENTO Nº 1906

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com o artigo 171, parágrafo 2º do Regimento Interno, REQUER destaque para discussão e votação da emenda de sua autoria e da Comissão de Finanças, para o Projeto de Lei nº 491/2003, constantes na Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 02.09.2003.

(a) ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 1907

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com o artigo 171, parágrafo 2º do Regimento Interno, REQUER, destaque para discussão e votação da emenda de sua autoria e dos demais apoiadores, para o Projeto de Lei nº 491/2003, constantes na Ordem do Dia, da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 02.09.2003.

(a) DURVAL AMARAL

#### REQUERIMENTO Nº 1908

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, destaque para discussão e votação da Emenda nº 01 do Projeto de Lei nº 491/2003, item 01 da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 02.09.2003.

(a) RATINHO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO Nº 1909

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, destaque para discussão e votação das Emendas nºs 02 e 03 do Projeto de Lei nº 491/2003, item 01 da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 02.09.2003.

(a) DOUTOR LUCIANO

#### REQUERIMENTO Nº 1908

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, destaque para discussão e votação da Emenda nº 07 do Projeto de Lei nº 491/2003, item 01 da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 02.09.2003.

(a) ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 1896

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a colocação imediata na pauta de votação para a próxima Sessão, do Projeto de Lei nº 295/2003, nos termos da alínea “c” do artigo 183 do Regimento Interno.

O presente é necessário eis que, nos termos da alínea “a” do artigo 183 do Regimento, e tendo em vista que o presente projeto de lei está, desde a sua origem, tramitando em regime de urgência, esta presidência havia concedido o prazo regimental de 48 horas para deliberação do mesmo pela Comissão de Constituição e Justiça no último dia 25 de agosto.

Entretanto, em Sessão realizada na manhã de hoje (01 de setembro), a Comissão de Constituição e Justiça não apreciou - como obrigatoriamente lhe competia - o parecer do Relator, deputado Delegado Braddock, eis que ilegalmente o próprio Exmo. Sr. deputado presidente da Comissão de Constituição e Justiça, pediu vistas do projeto, o que viola todo o regime legal do artigo 183, do Regimento Interno, que o presente projeto de lei seja colocado em pauta, para deliberação e votação direta pelo Plenário, sob pena de violação literal aos dispositivos regimentais ora indicados e, sobretudo, ao princípio constitucional do devido processo legislativo.

Sala das Sessões, em 02.09.2003.

(a) RATINHO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO Nº 1897

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a inversão total da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 02.09.2003.

(a) GERALDO CARTÁRIO

#### REQUERIMENTO Nº 1917

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a inversão total da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 02.09.2003.

(a) MARCOS ISFER

#### REQUERIMENTO Nº 1918-A

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, votação em bloco das emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 491/2003, destacando-se as Emendas nºs 09 e 07.

Sala das Sessões, em 02.09.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

## REQUERIMENTO Nº 1914

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a prorrogação da presente Sessão Ordinária pelo período de 02 (duas) horas.

Sala das Sessões, em 02.09.2003.

(a) ALEXANDRE CURI

## REQUERIMENTO Nº 1911

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 121, do Regimento Interno e atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, a desanexação dos Projetos de Lei nºs 129/2003 e 226/2003, que dispõem sobre a criação de Programa de Habilitação Rural no Estado, para não prejudicar a tramitação do Projeto de Lei nº 129/2003, tendo em vista que foi requerido o arquivamento, pela autora, deputada Luciana Rafagnin, do Projeto de Lei nº 226/2003.

Sala das Sessões, em 02.09.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

## REQUERIMENTO Nº 1888

Senhor Presidente:

O deputado estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, comparece perante V. Exa. para REQUERER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 421/2003, de minha autoria, por existência da norma disciplinadora anterior.

Sala das Sessões, em 02.09.2003.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 1894

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, deputado com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa o arquivamento do Projeto de Lei nº 454, de sua autoria, protocolado em 20 de agosto de 2003, para conceder o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Iosio Antonio Ueno, haja vista a existência da Lei nº 12.566 de 02 de junho de 1999.

Sala das Sessões, em 02.09.2003.

(a) LUIZ NISHIMORI

## REQUERIMENTO Nº 1883

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a criação do Bloco Parlamentar Municipalista nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 02.09.2003.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

Os prefeitos municipais do Paraná estão carentes de um órgão suprapartidário, que se sobrepondo aos inte-

resses de cada município, região ou legenda, defenda com insistência as reivindicações que beneficiem a todos e garantam a governabilidade das nossas cidades que enfrentam atualmente graves problemas, tanto financeiros quanto de adequação à nova legislação.

## REQUERIMENTO Nº 1879

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER, votos de congratulações à Escola Estadual Linda Salamuni Bacila, de Ponta Grossa, pelo 1º lugar do atletismo feminino classe B dos Jogos Colegiais do Paraná, bem como à aluna Wanessa Taciana Zavolski que conquistou três medalhas de ouro, ambos 750 metros, 250 metros e revezamento 4/75.

Sala das Sessões, em 02.09.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

## REQUERIMENTO Nº 1880

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER à Mesa que, após ouvido o Plenário, faça consignar na Ata dos trabalhos da presente Sessão, votos de congratulações, à Irmandade da Santa Casa de Curitiba pela comemoração de centenário de fundação do Hospital Psiquiátrico Nossa Senhora da Luz.

Sala das Sessões, em 02.09.2003

(a) DOUTOR LUCIANO

JUSTIFICATIVA:

A história de serviços à comunidade de Curitiba e do Paraná, por parte do Hospital Psiquiátrico Nossa Senhor da Luz, teve início em 25 de março de 1903, ainda na antiga sede, no bairro do Ahu, na capital.

Foi toda dedicada ao doente portador de sofrimento mental, notadamente aos acometidos pela epidemia do alcoolismo, tendo recentemente promovido importante avanço na abordagem desta patologia com proposta terapêutica baseada em terapias integradas.

Os transtornos mentais, as dependências químicas, a reabilitação, o ensino e a pesquisa, constituem hoje os objetivos do Hospital Nossa Senhora da Luz, que mantém um contínuo esforço de atualização em sua trajetória.

Por tudo isso, é motivo de grande satisfação para este parlamentar, consignar votos de congratulações, em nome de todos os que ao longo dos anos, têm se beneficiado dos serviços desta casa hospitalar, no aniversário de cem anos de sua existência.

## REQUERIMENTO Nº 1895

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, deputado que o presente subscreve, pede à egrégia Assembléia a inserção nos Anais da presente Sessão, de voto de congratulações aos profissionais corretores de imóveis do Brasil, congregados no Cofeci, na pessoa de seu presidente, o paranaense João Teodoro da Silva, pelos 41 anos de regulamentação

legal da profissão, brindados por uma organização composta por Conselho Federal e 27 Regionais, num conjunto de 180 mil profissionais e empresas imobiliárias no Conselho Federal de Corretores de Imóveis.

Sala das Sessões, em 02.09.2003

(a) RAFAEL GRECA

#### JUSTIFICATIVA:

Merecedor do reconhecimento deste deputado e desta Assembléia, João Teodoro da Silva, nosso ilustre conterrâneo paranaense, residente em Curitiba, foi presidente do Sindimóveis Paraná, e do Creci, por três gestões consecutivas. Atualmente, preside o Cofeci, tendo sido reeleito no último dia 14 de agosto, para mais três anos de mandato. No último dia 27 de agosto, por solicitação do deputado estadual, Jorge Moreira Theodoro, “Dica”, recebeu o honroso título de Cidadão Honorário do Rio de Janeiro, no Plenário Barbosa Lima Sobrinho, na histórica Rua Primeiro de Março, junto ao Paço Imperial, cenário do martírio de Tiradentes, e do “Fico” de D. Pedro I.

Este voto deverá ser encaminhado ao corretor, presidente João Teodoro da Silva, no endereço, S D S Edifício Boulevard Center, sala 201 a 210, CEP 70391-900.

#### REQUERIMENTO Nº 1898

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de aplausos e congratulações à Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, do município de Curitiba-Paraná.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à homenagem no seguinte endereço: Sanepar, Rua Engenheiro Rebouças, 1376, Curitiba - Paraná - CEP 80215-900.

Sala das Sessões, em 02.09.2003

(a) NATÁLIO STICA

#### JUSTIFICATIVA:

É a homenagem que este Poder presta a quem distribui condições de higiene, saneamento e bem-estar a todos os paranaenses. Em razão disso, recebeu recentemente, do jornal Valor Econômico, o prêmio “Valor 1000”, como uma das maiores e mais eficientes companhias do País, destacando a excelência dos processos de gestão da Companhia de Saneamento do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 1918

O jornal Indústria e Comércio completa, no dia de hoje, 27 anos de existência.

No dia 02 de setembro de 1976 o periódico foi fundado por Odone Fortes Martins.

O diário viria suprir, na ocasião, uma ausência na imprensa paranaense, que era a de um veículo especializado em assuntos de interesse relevante para dirigentes empresariais e governamentais.

Nesses 27 anos o Indústria, como é denominado afetuosamente por seus leitores, vem cumprindo o papel

destacado nos meios jornalísticos do Estado, impondo-se, sempre na defesa das grandes causas que exigem postura ética e determinada, obtendo, por isto, o respeito e a consideração de toda a comunidade.

Sobrepondo-se à inúmeras crises que têm abalado o setor, o Indústria e Comércio continua com sua circulação ininterrupta, com sua independência e se colocando sempre na posição mais destacada por seus ideais de verdade e imprensa sadia.

Ficam aqui consignados, a Odone Fortes Martins e ao Indústria e Comércio, nosso reconhecimento pelo trabalho insano e contínuo prestado à comunidade.

Parabéns, Indústria!

Sala das Sessões, em 02.09.2003

(a) NEIVO BERALDIN

#### REQUERIMENTO Nº 1881

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o douto Plenário, envio de expediente ao Exmo. Sr. governador Roberto Requião de Mello e Silva, solicitando fim de intervenção no município de Matinhos pelos seguintes motivos:

a) considerando que passado mais de seis meses da intervenção e até a presente data, o Tribunal de Contas do Paraná não proferiu nenhuma decisão definitiva e irrecorrível levantadas por auditoria naquele Executivo Municipal sobre as contas relacionadas à gestão de Acindino Ricardo Duarte;

b) considerando que o prefeito afastado vem exercendo o sagrado direito constitucional do contraditório em sua defesa;

c) considerando que Acindino Ricardo Duarte foi eleito de forma transparente e democrática, resultado da vontade popular manifestada através do sufrágio universal;

d) considerando que o atual interventor não vem correspondendo com as funções oficialmente designadas, provocando a indignação e revolta na sociedade pelas atitudes arbitrárias tomadas no exercício do poder;

e) considerando que esta ruptura social se verifica até mesmo dentro do partido de sustentação do Executivo na Câmara Municipal, como foi o caso de dois vereadores do PMDB deixarem a agremiação por divergir com o mandatário;

f) considerando reiteradas manifestações da população de Matinhos para o fim da intervenção e o retorno do prefeito afastado;

Este deputado, representante do município na Assembléia Legislativa, sente-se no dever de pedir o fim da intervenção em Matinhos.

Sala das Sessões, em 02.09.2003.

(a) GERALDO CARTÁRIO

#### REQUERIMENTO Nº 1885

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após

ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao senhor Romualdo Tomporowski, chefe da G A S, da Secretaria de Estado da Educação, no sentido de que seja instalado uma linha ADSL no Colégio Estadual Unidade Pólo - Ensino Fundamental e Médio de Jandaia do Sul.

Sala das Sessões, em 02.09.2003

(a) RATINHO JÚNIOR

**JUSTIFICATIVA:**

O Colégio Estadual Unidade Pólo - Ensino Fundamental e Médio e a APM Monteiro Lobato de Jandaia do Sul têm contrato telefônico nº 811.661.546-5 com linha nº (43) 432-3115 e um laboratório de Informática que, com a instalação da internet irá beneficiar a comunidade, professores, funcionários e 447 alunos oriundos, em sua maioria, da periferia e zona rural, e, portanto sem condições de usufruir deste meio de comunicação em suas residências.

**REQUERIMENTO Nº 1886**

Senhor Presidente:

o deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, secretário de Estado da Educação, solicitando a implantação do Curso de Habilitação Profissional de Técnico em Vestuário no Colégio Estadual Unidade Polo - Ensino Fundamental e Médio de Jandaia do Sul.

Sala das Sessões, em 02.09.2003.

(a) RATINHO JÚNIOR

**JUSTIFICATIVA:**

O município e região necessitam de técnicos especializados na área, tendo em vista o grande número de empresas atuando no ramo da confecção.

Jandaia do Sul encontra-se em posição geográfica estratégica, está situada no Norte do Paraná entre dois pólos, Londrina 70 Km e Maringá 46 Km, é ainda a porta de entrada do Vale do Ivaí, uma vasta região com o melhor solo produtivo do Paraná, portanto uma região rica e com poder aquisitivo forte.

Para que as empresas possam alcançar esse patamar, o município e região necessitam de profissionais que atendam toda a dinâmica que o mercado atual exige.

**REQUERIMENTO Nº 1887**

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Ivo Antonio Roncaglio, chefe de Fomento Rodoviário dos Municípios, da Secretaria de Estado dos Transportes, solicitando a instalação de 02 (duas) pontes de concreto pré-moldado para os Bairros Nova Jandaia e Jardim das Esmeraldas, fazendo a ligação com o Parque Industrial I e II e o Conjunto Residencial Guadalajara. As dimensões das respectivas pontes são de 10,00 x 9,00 metros, cada uma.

Sala das Sessões, em 02.09.2003.

(a) RATINHO JÚNIOR

**REQUERIMENTO Nº 1890**

Senhor Presidente:

Tendo recebido cópia do acordo envolvendo a Copel e a Prefeitura de Curitiba referente à dívida da taxa de iluminação pública, e necessitando de maiores informações sobre o tema, o deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Roberto Requião, governador do Estado, solicitando os seguintes esclarecimentos:

1. se a Copel mantém acordo de negociação de dívida com os municípios do Paraná nas mesmas condições estabelecidas com o município de Curitiba;
2. qual o montante da dívida dos municípios com a Copel (valor total por município);
3. em caso de municípios que já firmaram acordo, demonstrar as condições: nº de parcelas, respectivos valores e datas de vencimento; parcela pagas, parcelas em atraso e parcelas vincendas;

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente à Praça Nossa Senhora de Salette s/nº - Palácio Iguaçu).

Sala das Sessões, em 02.09.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

**REQUERIMENTO Nº 1901**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente encaminhar à Mesa, solicitação de ratificação de esclarecimento junto à Secretaria da Segurança, sobre possibilidade da criação da Delegacia da Mulher na cidade de Palmas, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 02.09.2003.

(a) MARCOS ISFER

**REQUERIMENTO Nº 1905**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, na qualidade de presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, autorização para realização de audiência pública da comissão no dia 04 de setembro próximo, às 19h30m no auditório da Fecilcam - Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão, para discussão do projeto de lei que está sendo encaminhado a esta Casa, através de mensagem do Governo do Estado.

Sala das Sessões, em 02.09.2003.

(a) TADEU VENERI

**REQUERIMENTO Nº 1893**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que a mesa diretora desta Casa de Leis informe se o governador Roberto



Requião no exercício de seu mandato de deputado estadual apresentou alguma emenda a projeto de lei.

Sala das Sessões, em 02.09.2003.

JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 1904

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o soberano Plenário o envio de pedido de informações à Ouvidoria Geral do Estado, que informe a esta Casa de Leis, se foram instaurados procedimentos legais para averiguar as graves denúncias de corrupção feitas pela imprensa nos últimos dias - Jornal do Estado, contra o secretário de Relações Exteriores e cerimonial, Sr. Jacir Bergman II.

Sala das Sessões, em 02.09.2003.

(aa) BARBOSA NETO, RATINHO JÚNIOR, JOCELITO CANTO, DOUTOR LUCIANO e RENI PEREIRA.

### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 502/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º- Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura do Município de Itapejara D'Oeste o lote de terreno registrado sob o nº 7.093, no Cartório de Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco-PR, denominada chácara nº 21 - A, situada na cidade de Itapejara D'Oeste numa área total de 10.000 (dez mil) metros quadrados, confrontando: ao Norte: por linha seca, com 100,00m, com a chácara nº 18; ao Sul: por linha seca, com 100,00m, com a chácara 21; a Leste: por linha seca, com as chácaras nºs 19 e 20; e a Oeste: por linha seca, com 100,00m, com a chácara nº 21.

Art. 2º - A área a que se refere o artigo 1º, será utilizada pela Prefeitura Municipal de Itapejara D'Oeste, para a construção de moradias destinadas a famílias carentes do município.

Parágrafo Único - A referida Prefeitura Municipal não poderá dar outra destinação ao lote de terreno sob pena desta doação se tornar sem efeito, revertendo o imóvel e as benfeitorias que nele estiverem feitas ao Patrimônio do Estado do Paraná, sem reservas de quaisquer direitos ou ressarcimentos; ficando ainda, agravadas com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.09.2003.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

#### JUSTIFICATIVA:

A Prefeitura Municipal de Itapejara D'Oeste, está elaborando projeto para a construção de casas residenciais para pessoas de baixa renda e famílias carentes.

Para tornar possível o desenvolvimento de tal projeto, necessita da utilização do terreno em questão - 10.000 metros quadrados, encontra-se atualmente ocioso o que torna viável a sua utilização para a construção de moradias para as famílias carentes do município.

O propósito é evitar a evasão dos moradores do município para centros maiores, onde, além de colaborar para a formação de bolsões de pessoas carentes, cria um verdadeiro problema de ordem social.

Além disso, não é uma coisa aleatória, mas faz parte de um programa de governo que vem ao encontro das reais necessidades da comunidade paranaense.

O presente projeto, oferece, em um de seus artigos, todas as garantias ao Governo do Estado de que se o município não usar o contido da lei para os fins propostos, voltará ao patrimônio do Estado.

Isto posto e justificado, solicito o apoio dos nobres colegas parlamentares pela sua aprovação.

#### PROJETO DE LEI Nº 503/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º- O consumo de energia elétrica na zona rural, cujos beneficiários não estejam incluídos em outros programas de isenção, remissão ou gratuidade, poderá ser pago por ocasião da realização da safra ou a cada 04 (quatro) ou 06 (seis) meses nos termos de regulamentação própria a ser efetivada em até 60 (sessenta) dias da entrada em vigor desta Lei.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado também a tomar todas as providências necessárias para a implementação do referido no *caput* do artigo 1º desta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.09.2003.

(a) RATINHO JÚNIOR

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa equacionar o consumo de energia elétrica do setor rural às condições decorrentes da atividade do campo. Por sua relevância certamente o projeto será recebido por esta Casa de Leis.

#### PROJETO DE LEI Nº 504/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º- Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Ricardo Alves da Conceição.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.09.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

Ricardo Conceição é vice-presidente de Agronegócios e Governo do Banco do Brasil.

Nascido em Campos de Goytacazes, no Estado do Rio de Janeiro, em 05 de fevereiro de 1944, tornou-se paranaense de coração e em razão das ações concretas no sentido de beneficiar o Estado do Paraná, fazendo-o merecedor do título de cidadania que se propõe.

Ao longo da vida profissional, em vários escalões do setor público federal, Ricardo Alves da Conceição tornou-se grande amigo do Paraná. Essa amizade se estreitou nos últimos oito anos, com o trabalho profícuo do homenageado no cargo de diretor de Negócios Rurais, Agroindustriais, de 1995 a 2001.

No cargo de vice-presidente de Agronegócios e Governo do Banco do Brasil, a destinação de recursos ao setor agropecuário aumentou de novecentos milhões de reais, registrados na safra 96/97 para os dois bilhões e quatrocentos milhões de reais na safra atual. Esse investimento colocou o Paraná na condição de um dos maiores beneficiários do crédito agrícola, contando inclusive com recursos subsidiados pelo Tesouro Nacional.

O Sr. Ricardo Alves da Conceição é entusiasta da agropecuária paranaense e pela pronta resposta que os produtores do Estado sempre concedem ao estímulo de crédito e de sua ampliação com novas tecnologias.

Dois exemplos mostram o carinho com que o Sr. Ricardo Conceição tem olhado para a produção do Paraná: a assinatura de convênios e as suas renovações para o desenvolvimento da pecuária e para a recuperação das áreas degradadas do arenito caiua. No Programa Arenito Nova Fronteira, o Banco do Brasil alocou 310 milhões de reais nos dois primeiros anos de vigência do convênio, que neste ano foi novamente renovado, com uma previsão de mais 225 milhões de reais, beneficiando os municípios do Noroeste do Estado, interrompendo o ciclo perverso de queda de renda e o êxodo rural que estava transformando em cidades-fantasma muitas comunas da região agrícola do Estado.

O Programa Paraná Pecuária - outro convênio firmado entre o Estado, entidades privadas e o Banco do Brasil, trouxe para o Estado 445 milhões de reais e a sua renovação este ano comprometeu mais 225 milhões de reais, perfazendo R\$660 milhões.

Quando o Sr. Ricardo Conceição tomou conhecimento do esforço que estava sendo realizado pelo Governo do Estado, juntamente com entidades privadas, para tornar o Paraná área livre de aftosa, reforçando o sistema de defesa agropecuária, e os diversos programas e projetos destinados a desenvolver o nosso rebanho de suínos, de gado de corte e de leite, dispôs-se a dar o impulso financeiro necessário para tornar possível o salto qualitativo e quantitativo de nossa pecuária. Muito mais que um

banqueiro oficial, o senhor Ricardo Conceição tem atuação como um desenvolvimentista e focando no Paraná ações importantes do Banco do Brasil

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, deputado Luiz Nishimori.

O SR. LUIZ NISHIMORI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

(Lê):

“Desejo registrar nos Anais desta Casa a visita do vice-governador da Província de Hyogo, Kazuhiro Fujimoto. A Província de Hyogo, situada na região leste do Japão, mantém um tratado de amizade com o Governo do Paraná há 33 anos. O intercâmbio cultural, científico e econômico foi assinado pelo governador Motohiko Kanai e pelo deputado federal Antonio Ueno, representante do governador Paulo Pimentel, na época.

Dezenas de empresas japonesas investiram no nosso Estado, criando riquezas e empregos, contribuindo para o progresso do Paraná. Através da Japan International Cooperation Agency, a agência de fomento tecnológico do Japão, investiu 7 milhões de dólares no Instituto Tecnológico do Paraná - Tecpar, para criar o Centro de Tecnologia Industrial Brasil Japão do Paraná. E mais 20 milhões de dólares para criar o Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade.

Várias cidades do Paraná e Hyogo assinaram convênio de irmandade: Maringá e Kokagawa, Londrina e Nishinimiya, Curitiba e Himenji e Paranaguá e Tsunea. Estas cidades estreitaram laços de cultura e amizade. Todos os anos a Província de Hyogo envia grupos de estudantes de agricultura ao Paraná para as cidades de Maringá e Curitiba.

Para comemorar os 33 anos da sólida amizade, o vice-governador Kazuhiro Fujimoto esteve com sua comitiva em Curitiba, vindo de Foz do Iguaçu, onde conheceu dois dos maiores orgulhos do Paraná, as Cataratas do Iguaçu e a Usina Hidrelétrica de Itaipu, e foi recebido pelo cônsul geral Koichi Aoyama.

Na oportunidade, o vice-governador Fujimoto encontrou estudantes de Hyogo no Paraná e a comunidade de Hyogo, no Palácio de Hyogo. Lá assistiu a cerimônia de homenagem a japoneses com mais de 80 anos e à entrega dos certificados de embaixadores da amizade para jovens paranaenses destacados em suas áreas de atuação. À tarde, visitou o governador Roberto Requião, quando os dois governos reafirmaram a disposição de ratificar acordos anteriores e prometeram intensificar o intercâmbio entre o Estado e a Província. À noite o governador Requião, o vice-governador Orlando Pessuti e seu secretariado ofereceram uma recepção ao vice-governador de Hyogo.

Tive o prazer de participar deste encontro, reafirmando meu ponto de vista de trabalhar para o fortaleci-

mento dos laços de amizade econômico e tecnológico entre o Brasil e Japão.

Ainda, o vice-governador Fujimoto participou do Simpósio Internacional do Meio Ambiente - Litoral do Paraná, realizado no auditório da Pontifícia Universidade Católica. O evento foi aberto pelo reitor, Clemente Ivo Juliatto, e contou com a participação do secretário do Meio Ambiente, Luiz Eduardo Cheida.

À tarde, no Tecpar, o vice-governador participou das comemorações do 20º aniversário do Centro Tecnológico Industrial Brasil-Japão, aberto pelo secretário de Ciência e Tecnologia, Aldair Rizzi, contando com a presença do presidente da JICA - São Paulo, Komatsu Hogen.

Repassando todo o roteiro, posso afirmar que a visita do vice-governador Kazuhiro Fujimoto foi bastante proveitosa. O Japão mostrou-se aberto a investir cada vez mais no Paraná, abrindo, com o Simpósio de Meio Ambiente, mais uma área de intercâmbio para ajudar na melhoria da qualidade de vida do povo paranaense.

Comércio exterior, tecnologia na área de treinamento em software, preservação do ambiente, educação e agricultura são áreas de cooperação sem fronteiras entre o Brasil e o Japão, nas quais o Paraná tem o privilégio de criar projetos de inovação graças à amizade com a Província de Hyogo”.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Deputado Elio Rusch, no Pequeno Expediente.

**O SR. ELIO RUSCH**

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, presidente da AMP, prefeito Juarez, de Barracão; prefeito Luiz Zuzuki, presidente da MOP. Cumprimentando esses dois prefeitos, saúdo todos os prefeitos que se fazem presentes na Sessão de hoje, já que nós temos o Grande Expediente reservado para a AMP, ou seja, para o pronunciamento dos prefeitos em relação à reforma tributária. Cumprimento de uma forma muito especial os ex-deputados Edno Guimarães, que está aqui presente, o ex-deputado Arlindo Troian, hoje prefeito de uma das cidades do nosso Estado.

Quero dizer que ontem, senhores deputados, nós fizemos referência à questão do projeto que o governador do Estado do Paraná enviou à Assembléia Legislativa, no que diz respeito à Luz Fraterna. Fizemos as nossas considerações, apresentamos a nossa emenda já na Comissão de Finanças; o deputado Luciano Ducci também apresentou duas ou três emendas, e, segundo nos consta, existe um requerimento de autoria do líder do Governo, propondo a transformação da plenária em Comissão Geral, para que sejam analisadas ainda no dia de hoje as emendas que foram apresentadas a este projeto.

Quero dizer aos senhores deputados que fomos procurados hoje por alguns prefeitos do interior do Paraná; nós temos os municípios de Jacarezinho, de Ribeirão Claro, Barra do Jacaré, que são servidos, não

pela Copel, para a distribuição da energia elétrica, é a Companhia Luz e Força Santa Cruz. O mesmo acontece também no município de Rio Negro. No caso que a nossa emenda não venha a ser acolhida - espero que ela possa ser aprovada, hoje, no plenário, se a Plenária for transformada em Comissão Geral, que nós possamos suprir do projeto essa limitação dos benefícios, para a energia dos consumidores da Copel, no que diz respeito, que só poderia ser beneficiado, desde que o titular da conta da energia elétrica fosse beneficiário de um dos programas do governo federal: bolsa-escola, bolsa-alimentação ou vale-gás.

Nós achamos que isso não é correto, é injusto. Mas caso a nossa emenda seja rejeitada, tem que fazer uma correção. Preparamos a emenda e vamos apresentá-la ainda na Sessão, junto a esse projeto, porque os municípios que são atendidos por outras empresas a não ser a Copel, e se for aprovado na sua origem esse projeto, automaticamente, estarão esses consumidores e, em consequência os municípios sendo beneficiados com essa mensagem.

A outra questão, senhor presidente, que gostaríamos de levantar, é que lemos hoje na imprensa aqui da Capital do Estado, em quase todos os jornais têm saído isso - vou ler aquilo que saiu na Gazeta do Povo: “Os deputados estaduais querem alterar o projeto, que isenta o pagamento de energia elétrica aos consumidores, que gastam até 100 kWh/mês. A mensagem governamental foi aprovada, ontem, em primeira discussão e volta hoje ao plenário, para votação de quatro emendas dos parlamentares, que ampliam o alcance do Programa Luz Fraterna. O governador Roberto Requião avisou ontem, que não quer mudança no texto original, e referiu-se às emendas como sendo de “espírito de porco”, e garantiu que se houver modificações na Assembléia, vai vetar e acabar com o projeto.”

Ora, senhor presidente, tivemos discussão, aqui, na Assembléia. O presidente Stica, que estava conduzindo os trabalhos, pediu que fosse tirado dos Anais a expressão “puxa-saco”. Agora vem o governador, na imprensa, diz que uma emenda parlamentar é “espírito de porco”!

O que o governador disse na campanha? O que estava no seu site? Ele diz 10m3 de água, para os pobres no Estado do Paraná. Ele diz, José Maria - V. Exa. foi muito feliz quando usou a tribuna ontem, 100 kWh/mês de energia elétrica, gratuitamente, para todas as famílias pobres do Estado do Paraná. Ele não disse que esse benefício seria estendido somente para os benefícios, que tivessem o Programa Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação ou Vale-Gás. Pergunto: quem tem “espírito de porco”? É o deputado Luciano Ducci, que apresentou emendas? É o deputado Elio Rusch, que apresentou as emendas? Ou é aquele que falou na campanha de uma forma e agora age diferente?

Senhor presidente, o Parlamento é a ressonância da população do Estado do Paraná. O governador do Estado do Paraná já foi deputado estadual, senador da república,

sabe que é no Parlamento que se travam os grandes debates.

Ontem, disseram muito bem os deputados José Maria Ferreira e Antônio Anibelli, que convocaram justamente essa discussão, aqui, no Parlamento. E o governador vem com uma baixaria dessa, dizer que quem apresenta emenda, senhor presidente Hermas Brandão, tem “espírito de porco”.

Não posso admitir isso de um homem, que ocupou, aqui, na Assembléia Legislativa, uma cadeira! Somos representantes do povo! Nós nos curvamos diante da maioria do Parlamento, mas jamais o governador tem o direito de taxar um parlamentar da Assembléia, seja do PT, do PFL ou do PMDB, de “espírito de porco”. “Espírito de porco”, sim, é aquele que não honra com a sua palavra. Nós defendemos aqui os interesses da população do Estado do Paraná e queremos adaptar. Tivemos a grandeza, senhor presidente, de dizer que o governador e muito bem disse também o deputado Durval Amaral, líder da Oposição, que agradeceu ao governador pelo fato de ter enviado uma mensagem para a Assembléia Legislativa e ao menos trazer um pouco de benefício, das promessas que ele fez na campanha muito deverá ser feito ainda.

Mas, jamais, senhores prefeitos, e eu acredito que nenhum dos prefeitos aqui presentes por mais adversários que seja o vereador da sua cidade, jamais os senhores o teriam tachado de espírito de porco quando procuraram aperfeiçoar um projeto, uma mensagem que venha à Assembléia ou que venha à Câmara Municipal.

Por isso, nosso descontentamento, o nosso voto de protesto, nossa veemência quanto a essa afirmação de um homem que se diz democrata, um homem que já passou pelo Parlamento aqui no Paraná e lá no Congresso Nacional.

Senhor presidente, estou concluindo. Muito obrigado pelo tempo a mais que V. Exa. me deu, e tenho certeza que depois, na hora de votar este projeto, nós haveremos ainda de continuar essa discussão.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Jocelito Canto.

**O SR. JOCELITO CANTO**

Senhor presidente, solicito desde já o Horário da Liderança do PTB.

Quero saudar os nossos prefeitos aqui presentes, nossos companheiros, e depois, deputado Plauto, queria lhe entregar aqui - eu só trouxe o pau não trouxe a cobra, tem que matar a cobra e mostrar o pau, não é? - as fotos da UTI que vão funcionar dia 15 de setembro, lá em Ponta Grossa, e a gravação do meu programa de hoje, onde o comandante do hospital, Dr. Mansur, disse na fita que dia 15 começa a funcionar a UTI. Só para restabelecer a verdade aqui, que em momento nenhum eu falei o que não era verdade.

Senhor presidente, senhores deputados, o que nos traz a esta tribuna na tarde de hoje, sem dúvida nenhuma, é este caso envolvendo a Luz Fraterna.

Ontem a noite nós estivemos analisando os vários discursos que o governador Roberto Requião, fez, inclusive no nosso programa de rádio, e chegamos à conclusão que realmente precisam ser feitas algumas emendas, que não estão contempladas no projeto chamado Luz Fraterna.

Estou apresentando três emendas e uma delas estabelece que os aposentados passem a ter este mesmo direito. As pessoas portadoras de deficiência física também, e principalmente, a pessoa que estiver desempregada terá o mesmo direito. Fiz então três emendas para colaborar e fazer o governador cumprir com aquilo que ele prometeu. Na hora do encaminhamento hoje, vou estar apresentando aqui uma gravação inédita do governador Requião que só eu tenho, como radialista. Eu estarei apresentando aqui um pronunciamento de S. Exa. o governador Roberto Requião, em que ele fala exatamente sobre a luz, a água e o leite.

Também estou entrando com um requerimento, neste momento, depois de ouvir o pronunciamento do deputado Elio Rusch, solicitando à Presidência desta Casa informações de quando o governador Roberto Requião, quando foi deputado estadual não apresentou nenhuma emenda aqui? Estou solicitando ao presidente, à esta Casa, se apresentou alguma emenda a algum projeto, nesta Casa, porque ele disse que quem apresenta emenda, segundo o deputado Elio Rusch, tem “espírito de porco”, está no jornal. Eu não li o jornal, o senhor que está dizendo! Este requerimento já vai chegar à Presidência. Se o senhor Roberto Requião fez alguma emenda, aí eu não sei nem mais o que falar, aí realmente vamos ter que mudar o discurso, porque nós vamos ter que mostrar que ele também tem “espírito de porco”, pois ele também apresentou emendas nesta Casa.

Então, apresentar emendas eu acho que é um direito nosso, e me ofendi com isso que o governador disse, que não podemos apresentar emendas. Ele disse lá naquela tribuna: “Não me deixe errar”. E fui ontem para Ponta Grossa e fui ouvir umas 40, 50 gravações que eu tinha do Requião, para ver o negócio da Luz Fraterna. E me admirei e copiei algumas que depois, na hora do encaminhamento, vou colocar, aqui.

E quero dizer aos prefeitos que estou encaminhando, neste momento, após o pronunciamento do prefeito Juarez, um pedido para que se restabeleça o Bloco Municipalista desta Casa. Estou apresentando requerimento na tarde de hoje.

E para finalizar, hoje é o dia das gravações não é? Vou apresentar aqui, deputado Plauto, deputado Barbosa Neto, vou apresentar, aqui, deputado Plauto, deputado Barbosa Neto, vou apresentar uma gravaçãozinha. O governador Roberto Requião não está muito bom. Não é a gravação do leite. Vou apresentar, a gravação de um acordo feito entre o governador Roberto Requião e o

Padre Roque. Só eu tenho essa gravação! Ninguém mais no Paraná tem, ninguém da Situação, ninguém da Oposição, e vou apresentar aqui para os senhores, que mostra que o governador colocou o Padre Roque no lugar errado. Por isso é que está dando essas invasões de terras no Paraná. Ele colocou o Padre Roque no lugar errado!

Pediria que os companheiros fizesse silêncio, porque aqui o som é ruim. Eu vou colocar o governador do Estado fazendo acordo com o Padre Roque, prestem atenção, senhores deputados e a imprensa aqui presentes.

**(Coloca fita para audição de Plenário)**

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, o deputado Pedro Ivo.

O SR. PEDRO IVO ILKIV

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, prefeitos e prefeitas que estão presentes neste evento hoje na Assembléia Legislativa.

Antes de entrar no assunto que me trouxe ao parlamento, dizer a todos os prefeitos, que como prefeito que também fui na cidade de União da Vitória na gestão passada, gostaria de colocar que sou solidário a essa luta, que é justa. Acho que os impostos, a maior quantidade de impostos, deve ficar nos municípios, porque é ali que as coisas acontecem e somos cobrados deles. E quero dizer que estarei lá em Brasília junto com os prefeitos, na semana que vem, para ajudar nessa luta e para que possamos conseguir algumas vitórias na reforma tributária.

E também quero aproveitar esse espaço para colocar que no dia 30 de agosto tivemos na cidade e União da Vitória o 1º Fórum da Educação Infantil. E lá estiveram representantes de vários municípios do Paraná, e o nosso gabinete adotou como um dos principais objetivos do nosso gabinete o trabalho com a educação infantil. E fizemos isso porque a educação infantil é um setor que dá para se dizer que hoje está meio esquecido na sociedade, é um dos importantes na formação do ser humano, é exatamente ali, de 0 a 6 anos, que a criança forma o seu caráter e a sua personalidade. E o que isso quer dizer?

Isso quer dizer que aquela questão de que a gente percebe em pessoas que têm dedicação, que têm garra, que têm vontade de vencer, que enfrentam obstáculos, que superam as dificuldades, que continuam lutando, isso significa caráter e personalidade; e é nessa fase da vida do ser humano que se forma o caráter e a personalidade, exatamente entre 0 e 6 anos.

Então, nós adotamos o setor de educação infantil, assim como o Flávio Arns, adotou as APAE's a nível de Paraná, o nosso gabinete adotou como proposta principal a educação infantil.

Nesse fórum estiveram representantes de vários municípios, além de pessoas representantes do Sismac; do Sismuc, do Mei, do Mieib, que é o Movimento Inter-

fórum da Educação Infantil do Brasil, e o Mieib foi a entidade escolhida pelo Cristóvão Buarque no Ministério da Educação para ser o interlocutor entre a sociedade e o Ministério da Educação.

Quando percebemos as leis que existem, que se referem à questão da criança, elas são inúmeras, as diretrizes de bases, a Constituição de 1988, as Diretrizes Curriculares da Educação Infantil, o Estatuto da Criança e do Adolescente, enfim, não faltam leis que garantam o direito da criança e do adolescente. Mas, quando a gente olha para a realidade dos centros de educação infantil, a gente vê uma realidade muito triste na verdade, e percebe que as prefeituras estão sozinhas também nesta luta. O que nós temos hoje para a educação infantil a nível de nosso país, e o que é que as prefeituras têm? Elas têm um repasse de dezoito centavos *per capita*, e não têm mais nada, a não ser aqueles municípios que já passaram da ação social para educação infantil que conseguem aumentar o número de alunos, investir até 10% do dinheiro do Fundef na educação infantil, ou seja, aumenta o número de alunos e aumenta o número de repasses em torno de 10% - que pode ser aumentado, mas só isso, mais nada; para o ensino fundamental, para o ensino, médio, existe o Fundef, mas para a educação infantil não existe nada, e hoje a demanda é cada vez maior, as mães têm esse direito, e é o direito das crianças também, e as prefeituras vêm arcando como podem, sozinhas, nesse trabalho.

Então, eu acho que é uma grande luta, não só do movimento de educação infantil, mas sim das prefeituras, das secretarias de Educação, para que a gente se mobilize. E a realidade é que no País nós temos dezessete mil e quatrocentos professores que não têm nem o ensino médio e que hoje estão à frente das pré-escolas; nós temos onze mil e trezentos e quarenta e nove professores que não têm ensino médio, que estão nas creches, e no Sul do Brasil, três mil, trezentos e cinquenta e seis professores que não têm o ensino médio.

Então, nós estamos puxando essa discussão, para discutir essa realidade. Estaremos em Brasília nos dias 08 e 09, aonde vai ser discutido o financiamento da educação infantil, e a nossa luta é no sentido de que a gente possa se somar nesse apoio às prefeituras, às mães, à sociedade, e o Mieib, que é esse órgão interlocutor, e nós estaremos representando o Paraná e trazendo informações para que a gente possa ter avanços nessa luta. E, na primeira semana de outubro, teremos audiência pública com o secretário de Estado, com representantes de Brasília, para discutirmos esse assunto de perto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Geraldo Cartário, no Pequeno Expediente.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Primeiramente na pessoa do Edno Guimarães, nosso deputado, ex-prefeito, juntamente com Arlindo Troian, nosso ex-deputado prefeito, quero cumprimentar a todos valorosos prefeitos, vice-prefeitos e vereadores que estão honrando neste dia, aqui na Sessão.

Senhor presidente. Houve intervenção no município de Matinhos. A maioria dos deputados votou a favor. Eu fui um deles. Essa intervenção em Matinhos, hoje posso dizer houve um pré-julgamento, por parte do Tribunal de Contas, porque, após o pedido de intervenção, eu e outros companheiros deputados votamos a favor.

Após esse episódio, começou o Tribunal de Contas a enviar uma cartinha, um ofício, aos moradores do município de Caiobá, solicitando o quanto pagaram de IPTU e quem recebeu o IPTU. Ora! Nós votamos no escuro, porque após termos votado, o Tribunal de Contas começou, e até a data de hoje, está questionando quem recebeu o IPTU! Houve um pré-julgamento, e no Direito, não pode existir essa palavra pré-julgar. Por isso, existe o contraditório, que faltou ao prefeito de Matinhos. Então nós, precipitadamente, talvez, inclusive por um erro do Tribunal de Contas, acabamos tirando da prefeitura o homem que naquele dia, eu dizia que era um prefeito honesto, correto, que tinha uma esposa que merecia o respeito da população de Matinhos e que era gente pobre, e eu pedia ao interventor que mantivesse a esposa do prefeito, prefeito que foi eleito, no cargo que ela ocupava.

A vontade do governador Roberto Requião era que prevalecesse a D. Ligia, e não sei porque - ela foi afastada.

Sr. presidente após o afastamento, se levantou e exige, por parte da Assembléia, do governador do Estado e do Tribunal de Contas, uma solução rápida! Essa solução, senhor presidente, está aqui na Casa, mais um outro pedido igual para Nova Aurora.

Eu não tive votos em Nova Aurora, não conheço o seu problema. Estarei votando contra a sua intervenção. E mais, senhor presidente, estou apresentando requerimento nesta Casa no dia de hoje, dirigido ao senhor governador do estado, para que o mesmo interceda e acabe com a intervenção no município de Matinhos.

A Assembléia, é uma casa política; o Tribunal de Contas, uma casa técnica. Aqui vamos julgar politicamente. Tecnicamente é o Tribunal de Contas. Nós sabemos o que é ser prefeito; aqui a maioria foi prefeito. Nós sabemos o que é administrar, e sabemos que para administrar um município tem que ter sensibilidade, tem ser político. Esta Casa é composta de políticos.

Senhor presidente, peço a V. Exa. que estude a forma, e principalmente o líder do Governo, que nomeie uma comissão, para que politicamente os deputados desta comissão vão até o município de Nova Aurora e, lá levantem a questão. Não podemos aqui ficar nos submetendo ao Tribunal de Contas.

Em respeito aos prefeitos, em respeito à população, no caso de Matinhos, os vereadores do PMDB se

revoltaram e dois saíram do PMDB pela intervenção que foi dada no município de Matinhos.

Até quando o povo do Paraná vai sentir de perto a ação e a eficiência de uma Assembléia composta de 54 deputados, que não podem ficar omissos à realidade que aí está? Poucos são os prefeitos que não têm que irregularmente colocar funcionários da Prefeitura na Delegacia de Polícia, porque o Estado não coloca, e, aí, como e que o Governo do estado, como é que o Tribunal de Contas vai poder pedir intervenção quando eles sabem que os funcionários da Prefeitura estão dentro da Justiça do Paraná? São poucos os municípios e prefeitos que não têm que ceder funcionários para trabalhar dentro do Fórum, e o poder da Justiça fica muitas vezes afastando até o prefeito.

Enquanto não formos *in loco* levantarmos os problemas de cada município, município que tem para receber do Estado e que não recebe ou que não recebeu, município que tem que fazer o papel do Estado numa grande parte. Hoje, esse Estado muitas vezes nomeia esse interventor.

Senhor presidente, interventor só deu certo no Paraná com Manoel Ribas! Fora Manoel Ribas, não estou enxergando que dê certo. Eu acho que a Assembléia poderia designar uma comissão e irmos a Nova Aurora e fazermos o julgamento político, não técnico, porque o julgamento técnico do Tribunal de Contas não deu certo em Matinhos. A não ser que haja interesses, porque isso que está sendo feito agora seus meses depois da intervenção, se perguntando aos usuários, os proprietários, aonde foi o seu dinheiro do IPTU, caracteriza perseguição, e o político não pode ser perseguido. Seja prefeito, vereador, ou deputado, não podemos ser perseguidos.

Por isso, senhor presidente, nós não temos a mínima condição de aqui votarmos pela intervenção de Nova Aurora, porque não conhecemos o fato político, apenas técnico.

Dobrandino, você foi excelente prefeito, V. Exa. foi vítima de uma armadilha que lhe impediu de ser candidato. O que V. Exa. fez de errado, a não ser o grande político que é? O povo de Foz do Iguaçu respondeu nas urnas, aonde conduziu o seu filho a prefeito e V. Exa. a deputado, se sobrepondo a todos as denúncias infundadas que foram feitas a V. Exa., como foram feitas a mim.

Eu só quero dizer que nós, prefeitos que aqui estamos, temos que saber que os prefeitos hoje, depois da Lei de Responsabilidade Fiscal, mais de 220 municípios do Paraná, não tem mais de 10 mil habitantes. Hoje, eles têm que ter 3, 4, 5 advogados. Quando eu fui prefeito, não tinha advogado nenhum.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Concedo mais um minuto a V. Exa. para concluir, porque V. Exa. inclusive usou o Horário da Liderança do seu Partido.

**O SR. GERALDO CARTÁRIO (Pela Ordem)**

Estou pedindo pela primeira vez o Horário da Liderança. Se V. Exa. me alertasse antes, eu teria mudado o discurso. Então, peço veemência, que V. Exa. aceite o Horário de Liderança do meu Partido.

Senhor presidente, tem prefeitos hoje, que fazem milagres na sua administração, porque a Lei de Responsabilidade Fiscal hoje exige 3, 4, 5 advogados. É bem diferente do nosso tempo, amigo Traiano. A maioria dos vereadores hoje pedem o afastamento político, e é sumário; não cabe sequer recurso.

Veja a situação que se encontra, convênios que não foram pagos! Não culpa do atual governo; sempre foi isso na história política do Estado do Paraná.

Por isso, nós, Rossoni, Traiano, que já fomos prefeitos, precisamos formar aqui uma frente para defendermos os municípios do Paraná. Se não for o trabalho dos deputados, não é o governo que vai ajudar os municípios com 2, 3 mil eleitores, somos nós os deputados! Não podemos deixar que aconteça livremente o que está acontecendo.

Concedo a palavra ao deputado Luiz Carlos Martins.

**O Sr. Luiz Carlos Martins**

Quero parabenizá-lo e concordar com suas colocações.

Prestando atenção no seu discurso, V. Exa. faz, acima de tudo, um questionamento muito forte às nossas prerrogativas, de deputado estadual. Parece-me que estamos entregando algumas das nossas prerrogativas para o órgão que é auxiliar desta Casa, o Tribunal de Contas.

Temos aqui comissões permanentes. Vou citar duas: a Comissão de Tomada de Contas e a Comissão de Fiscalização da Assembléia, que é o local correto para ouvir, principalmente, o prefeito, porque votamos aqui sem ouvir o outro lado. Votamos aqui em cima de alguns dados do Tribunal de Contas, e isso não é correto. São prerrogativas. Não precisa nem formar comissão, porque tem duas comissões permanentes nesta Casa.

Faço essa sugestão à Presidência desta Casa e aos demais deputados.

Muito obrigado!

**O SR. GERALDO CARTÁRIO**

Senhor presidente, existe uma reforma na nossa Constituição, no nosso Regimento Interno. Pediria a V. Exa. que fosse dado condições, que, qualquer pedido de intervenção feito à Assembléia, antes seja designada uma comissão, para que esta levante politicamente a questão de cada município, porque os nossos companheiros prefeitos, são políticos, nós, somos políticos.

E a Assembléia hoje está meramente referendando o que o Tribunal de Contas levantou.

Concedo um aparte do deputado Artagão Júnior.

**O Sr. Artagão Júnior**

Gostaria de fazer algumas considerações com relação ao Tribunal de Contas, que é um órgão que foi criado justamente para auxiliar a Assembléia na suas funções de fiscalização dos atos públicos.

Na verdade, a intervenção é encaminhada pelo Tribunal de Contas ao governador do Estado, após uma auditoria realizada pelos técnicos do Tribunal de Contas, onde se constata algumas irregularidades, e o governador encaminha à Assembléia, para que tome a decisão que lhe bem convier e bem entender.

Essa colocação de V. Exa. com relação a ter consciência do que está se fazendo, é necessário que se tenha a consciência do porquê se votar sim e porquê se votar não. Mas a Assembléia tem a liberdade para tomar a decisão que bem entender para votar corroborando com o expediente enviado ao Tribunal de Contas e ao governador, ou não.

É necessário, evidentemente, que nós deputados façamos uma análise primária se é o relatório enviado pelo Tribunal de Contas ou não.

A intervenção é solicitada por um tempo determinado, justamente para que as investigações continuem acontecendo, para que a elucidação total do fato seja conhecida, e para que o interventor possa, ao mesmo tempo estar tentando solucionar as eventuais irregularidades apontadas no relatório do Tribunal de Contas.

Muito obrigado!

**O SR. GERALDO CARTÁRIO**

Para concluir.

Deputado Artagão, é precisamente isso: O Tribunal de Contas é técnico, um órgão auxiliar da Assembléia, e nós somos os políticos, nós que vamos realmente afastar ou não o prefeito.

Por isso, é necessário que haja uma comissão que vá *in loco* e levante a questão, para depois votarmos. Nós não somos contra a intervenção; somos contra a forma que aconteceu em Matinhos, onde até hoje o Tribunal de Contas ainda está investigando o que o prefeito poderia ter feito de errado.

Senhor presidente, muito obrigado pelo horário cedido, e vamos pedir aos companheiros deputados, se possível, que não haja votação hoje com respeito a Nova Aurora e que antes haja uma comissão designada por esta Casa para levantarmos detalhadamente a situação do município de Nova Aurora.

Obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

Próximo orador inscrito, deputado Doutor Luciano.

**O SR. DOUTOR LUCIANO**

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, prefeitos aqui presentes.

Hoje ficamos surpresos e indignados ao vermos as declarações do governador Roberto Requião chamando as emendas que apresentamos na Casa de emendas “espírito de porco”. Só quero dizer que atitudes fascistas como essas, com certeza, não intimidam este parlamentar e nem esta Casa.

O que me trouxe aqui é colocar um pouco das emendas que apresentamos hoje nesta Casa. São três, que com certeza, melhoram o projeto original do governo, que é o nosso papel estar também trabalhando e melhorando os projetos que muitas vezes não vêm completos ou não atendem à necessidade por inteiro, da população, quando apresentados pelo governo.

Queria explicar um pouco antes o que é Bolsa-Alimentação, o que é Bolsa-Educação e o que é Vale-Gás. Hoje a Bolsa-Alimentação é um projeto do Ministério da Saúde que substitui o projeto anterior do “Leite é saúde” e que atende, citando o exemplo de Curitiba, nós recebemos uma cota de nove mil e quinhentas vagas, já preenchemos todas as vagas e ainda temos cinco mil crianças na fila. Com certeza, os prefeitos que estão aqui presentes também vivem a mesma situação nos seus municípios: o teto que foi recebido do Ministério da Saúde não é o teto que atende às necessidades dos seus municípios.

Bolsa-Educação é um projeto do Ministério da Educação. Aqui em Curitiba nós tivemos quinze mil vagas para atender crianças carentes, pobres, e temos treze mil na fila sem serem atendidas, sem contar com o Vale-Gás. Essa situação dos não-atendidos de Curitiba, tanto na Bolsa-Alimentação como na Bolsa-Educação se estendem para outros municípios. O que eu quero dizer com isso? Esses dois projetos seguem um conceito nacional do que é pobreza. É considerada pobre a família que ganha menos de meio salário mínimo *per capita*, e é considerada miserável a família que ganha menos que cinquenta reais *per capita*. Esses dois conceitos de miserável e pobre, baseado em renda, é que servem de base para cálculo e entrada nesses programas.

Então, o governo, de forma a atender rapidamente uma certa população, utilizou a Bolsa-Alimentação, a Bolsa-Escola e o Vale-Gás que atende esse parâmetro do meio salário mínimo.

Só que muita gente, como vocês percebem, estão fora do programa, porque não conseguiram ter acesso a esses programas. E essas pessoas não vão ser beneficiadas com esse projeto do governo do Estado, se não mudarmos e não ampliarmos o conceito, que é colocar todas as famílias que ganhem menos que meio salário mínimo *per capita*.

Se você colocar isto, com certeza as pessoas que não foram, atendidas ainda por esses programas, por falta de cota, o serão, nesse projeto do governo do Estado.

Então, é por isso que fizemos esta emenda no artigo 1º, e também colocamos uma outra situação que foi levantada ontem pelo deputado Durval Amaral que se essas pessoas pobres ou miseráveis ultrapassam o 100 kWh/mês, que não seja cobrada a conta inteira. Que seja

cobrado somente o excedente. Principalmente na época de inverno, nas cidades frias como Curitiba, uma pessoa que tem três, quatro filhos em casa, com certeza queremos que essas crianças tomem banho de água quente, manter a geladeira ligada, ter um pouco de acesso a uma diversão, uma televisão, com certeza vai extrapolar os 100 kWh/mês e nós gostaríamos que a pessoa pagasse somente pelo excedente.

Estas duas emendas que fizemos.

### (Passa a usar o Horário do PSB)

E a terceira emenda é uma emenda de oxigenoterapia, uma emenda simples que vai atender 1000 pessoas mais ou menos no Paraná, ou um pouco mais, pessoas que estão doentes, em fase terminal, com doença pulmonar crônica, com fribrose pulmonar, enfisema e que dependem para viver minimamente, do oxigênio de uso contínuo. Para essas pessoas, não estamos propondo isenção, estamos propondo que tenham direito a pagar energia elétrica pela média daquilo que elas pagavam três meses antes de ficarem doentes ou antes de precisarem fazer oxigênio de uso contínuo.

É um gasto insignificante para o Estado; é um gasto insignificante para a Copel e é uma economia muito grande, que irá melhorar a qualidade de vida desse cidadão.

Essas pessoas pobres que fazem uso do oxigênio, o que estão fazendo? Ou estão abandonando o tratamento porque não conseguem pagar o excesso de conta de luz ou estão fazendo oxigênio de forma intermitente, porque não conseguem pagar a conta de luz ou estão deixando de pagar a conta.

Então, é uma emenda simples que poderia perfeitamente ser contemplada pelo governo.

Concedo aparte ao deputado Ailton Araújo.

### O Sr. Ailton Araújo

Agradeço a concessão, nobre deputado, e quero cumprimentá-lo pela iniciativa destas emendas apresentadas.

Cumprimentá-lo também pela defesa e justificativa clara e concisa que apresenta, e dizer que V. Exa. não tem “espírito de porco”; V. Exa. tem espírito humanitário.

Creio que o senhor governador foi muito infeliz na colocação, V. Exa. está certo e assumo essa emenda com V. Exa. também.

### O SR. DOUTOR LUCIANO

Muito obrigado, deputado Ailton Araújo.

E, só para encerrar, queria também esclarecer uma coisa: o governo tem dito que vão ser atendidas duzentas mil famílias e em torno de setecentas mil pessoas.

Se a conta foi feita em cima dos vales, da bolsa-alimentação, bolsa-educação e vale-gás, esse número não é real, porque tem muitas famílias que têm três ou quatro tipos de vales. Não é um vale por família, são três, quatro



tipos de vales numa mesma família. Com certeza não atinge esse número.

Tem outro dado que também deve ser considerado, é dito em vários discursos que já ouvi, que existem no Paraná dois milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza. Se esse discurso é verdadeiro, com esse número se pretende atingir usando só a bolsa-alimentação, o vale-gás e a bolsa-educação, com certeza não vamos atingir um grande número de pessoas pobres e que precisam da energia elétrica de graça para manter uma boa qualidade de vida.

Seria isso, senhor presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

Próximo orador inscrito, deputado André Vargas.

**O SR. ANDRÉ VARGAS**

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, lideranças políticas aqui presentes, vereadores e prefeitos.

Volto ao assunto que abordei ontem e já tratei dele com alguns companheiros deputados, porque as informações que obtemos, devemos socializá-las. Não poderia deixar de fazê-lo, porque aqui temos hoje, alguns prefeitos presentes e inclusive o presidente da Associação dos Municípios do Paraná, o presidente e vice-presidente, Juarez dos Santos Saab, retomando a discussão em relação às concessões de água e esgoto e também a questão do endividamento oriundo da iluminação pública, em função da ausência de legislação, já que muitos municípios se encontram em dificuldades.

A renovação da concessão de água e esgoto é uma outorga dos municípios, que pode ser onerosa ou não. Em Curitiba, em 2001, é importante que os prefeitos estejam atentos, e estamos aqui também com o prefeito Suzuki, de Medianeira, e a concessão de água e esgoto vence agora, mas todos nós conhecemos esse tema, mas em Curitiba, em 2001, a renovação se deu com o pagamento de 125 milhões de reais parcelados, sendo que 30 milhões já foram repassados para os municípios. Portanto, a Sanepar haverá de renovar essas concessões e os prefeitos haverão de estar batizados na renovação dessas concessões, até porque passam por extremadas dificuldades de caixa.

Mas, falo especificamente na questão da energia elétrica, de uma dívida que fora renegociada neste ano com a Cidade de Curitiba, onde apenas uma parte dos débitos, que somam 38 milhões, senhores prefeitos, fora negociado para pagamento a partir de 31 de outubro de 2004, portanto, dando um fôlego de caixa para a Prefeitura de Curitiba.

Ocorre que em muitos municípios a Copel tem sido muito mais severa, tem exigido pagamentos fora da possibilidade e inclusive ameaçado as prefeituras - e portanto as cidades de corte ou de suspensão dos serviços pública; há casos, inclusive, que a prefeitura ou o prefeito é ameaçado de protesto.

Portanto, encaminho expediente ao senhor governador, solicitando as informações de quais são os municípios com débito, quais aqueles que foram negociados e quais foram os prazos e critérios para esses parcelamentos.

Este requerimento e este pronunciamento vêm no sentido de requerer, solicitar para que os demais prefeitos do Paraná tenham o mesmo atendimento que tem a Prefeitura de Curitiba, o prefeito Cássio Taniguchi e a sua administração.

Falava com o deputado Ângelo Vanhoni, nosso Líder do Governo que disse que encaminha e tem encaminhado essa discussão e o governador está sensibilizado para que assim ocorra. Já que isso tem sido uma grande queixa do interior do Paraná, de que a cidade de Curitiba vem sendo tratada, ao longo dos anos, com privilégios, em detrimento do interior.

Portanto, faz parte das nossas prerrogativas de socializar conhecimentos e instrumentalizar os prefeitos, para que possam bem negociar dívidas, outorgas e concessões para o bem do povo do Paraná.

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

Último deputado inscrito, Plauto Miró.

**O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (Pela Ordem)**

Senhor presidente.

Gostaria de enaltecer a presença dos diversos prefeitos municipais hoje no nosso plenário, agradecendo e em especial a presença de três prefeitos e, em agradecendo a presença desses três que nominaremos. Gostaríamos de agradecer e enaltecer a presença dos demais que se fazem presentes nesta tarde. O prefeito Juarez Barreto, de Faxinal, o prefeito Nilo Klein, de Nova Tebas e o prefeito Deco, de Pinhão, e, em nominando os três prefeitos nossos amigos, gostaríamos de estender os nossos cumprimentos a todos os demais que nos prestigiam com as suas presenças, nesta tarde.

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

Agradecemos. Logo após a palavra do deputado Plauto, vamos ouvir o prefeito Juarez, falando em nome de todos os prefeitos.

**O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES**

Senhor presidente, senhores deputados.

Venho à tribuna na tarde de hoje para marcar aqui a lembrança do Dia da Força, da manifestação nacional contra o PT, o Partido dos Tributos, meu nobre presidente.

Nós, no dia de hoje, nesta grande mobilização, nobre deputado André Vargas, do PT, estamos vendo um grande protesto contra o Partido dos Trabalhadores. Por que um grande protesto no Brasil inteiro? Pela alta dos tributos. Nós estamos vendo o aumento do Confins, das instituições financeiras, de 3% para 4%, nobre presidente, e também os impostos sobre o lucro presumido das empresas que subiu 167%.

Então, no dia de hoje um grande manifesto nacional acontece contra o aumento dos tributos das empresas brasileiras, feito e aprovado pelo Partido dos Trabalhadores, ou melhor, pelo Partido dos Tributos, em torno de 90 dias atrás, e no dia de ontem entrou em vigor, nobre deputado Valdir Rossoni.

Então, vamos deixar registrado aqui este protesto, a indignação do Partido da Frente Liberal que apóia essa manifestação nacional contra o aumento dos impostos. E quando eu vejo os prefeitos aqui, nobre prefeito Juarez, isso aqui é um tributo, o aumento com certeza não será repassado para as prefeituras do Brasil afora.

Quero também, senhor presidente, senhores deputados, lembrar o sério problema de segurança pública no Estado do Paraná e, em especial na cidade de Ponta Grossa.

Vou ler o trecho de uma matéria, de um dos jornais da nossa cidade, nobre deputado Nelson Garcia.

(Lê):

“Diário dos Campos. 31.08.2003

Segurança Pública

PG tem cadeia lotado e penitenciária ociosa.

Conflito, tensões, desconfianças, brigas, vinganças, e promessas de morte. Essa é a rotina do presídio Hildebrando de Souza, o velho “cadeião”, de Ponta Grossa. Com capacidade para 112 presos, o local abriga hoje 170. Seis deles jurados de morte e são mantidos isolados. Falta espaço mas sobram problemas. A estrutura é deficiente. O risco de apagão é iminente. Carcereiros temem rebeliões e exigem medidas para amenizar a superlotação. O cenário contrasta com a penitenciária estadual de Ponta Grossa, que fica a um quilômetro do cadeia, consumiu R\$12 milhões dos cofres públicos e está pronta desde o final do ano passado, mas continua com 298 de suas 432 vagas ociosas. A nova penitenciária abriga somente 134 detentos, que hoje trabalham na confecção de prendedores de roupas e em breve podem começar a fazer produtos de couro.”

O cenário contrasta com a penitenciária, nobre deputado Jocelito Canto, feita pelo governo passado, pelo governador Roberto Requião, que na cidade de Ponta Grossa, nobres deputados, construiu uma penitenciária industrial para abrigar 432 detentos. E até hoje essa penitenciária, que fica a menos de dois quilômetros do cadeia, está meramente abrigando 134 detentos, tendo um espaço grande para poder abrigar, nobre deputado Bradock, o senhor é desta área e conhece muito bem o espaço que não está sendo utilizado para ocupar e abrigar as pessoas, os presos, os condenados que estão no cadeia de Ponta Grossa.

Então, aqui, eu quero pedir e espero que o governo do Estado do Paraná ouça os chamados da Assembleia Legislativa para solucionar o problema do cadeia de Ponta Grossa. O cadeia superlotado, sérios problemas, e na penitenciária sobrando espaço, uma penitenciária moderna que custou aos cofres públicos do Estado do Paraná, doze milhões de reais.

Senhor governador, senhor secretário de Segurança Pública, vamos resolver esse problema que está tão fácil, não precisa investir nada, é só transferir os presos de um local para outro, e o problema de segurança no presídio, no cadeia, estará com certeza, solucionado.

Quero também, aqui, pedir, nobre deputado André Vargas, pedir e alertar que no mês de junho na cidade de Ponta Grossa esteve o secretário de Saúde informando que o município de Ponta Grossa seria contemplado com 100 mil reais, por mês, recursos esses investidos na Santa Casa de Misericórdia, para que esta possa pagar e fazer com que tenhamos uma UTI neonatal, que os equipamentos no ano passado foram destinados ao município de Ponta Grossa, que até hoje não estão funcionando. São necessários recursos para o custeio dessas UTI's. O governo do Estado do Paraná prometeu no mês de junho, já foi junho, julho, agosto e até agora os recursos não chegaram a nossa cidade de Ponta Grossa e as UTI's estão lá paradas.

Crianças morrem por falta de UTI neonatal. O deputado Jocelito Canto, que recebeu as fotos, eu lhe agradeço, porque essas imagens foram as que eu vi, pessoalmente, sexta-feira e a promessa do início do funcionamento das UTI's era para o dia primeiro - não terminaram as obras. Agora, no dia 15, aniversário da nossa grande cidade de Ponta Grossa, espero ver as UTI's funcionando e dessa forma resolvendo em partes os problemas da nossa cidade. Se não funcionar estaremos aqui no dia 16, levantando a voz novamente e dizendo quantas pessoas estão morrendo por dia, em Ponta Grossa, por falta de UTI's - crianças na UTI neonatal e adultos nas UTI's normais.

**O SR. ANDRÉ VARGAS (Pela Ordem)**

Senhor presidente, gostaria de solicitar que essas comparações sejam feitas em tom respeitoso. Aqui nesta Casa, não há preocupação em relação a tributos, senhor presidente, porque o PT vai tributar as grandes fortunas, porque tenho certeza que aqui não tem ninguém com grandes fortunas e nem herança, que é a nova tributação que o PT vai propor.

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

V. Exa. pode usar o horário destinado à liderança partidária, para fazer os esclarecimentos.

**(Vozes paralelas)**

**O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)**

Senhor presidente, não cabia Questão de Ordem do ilustre presidente. Ele fala envergonhado, porque estão, na verdade, afundando a mão no bolso do povo brasileiro e é por isso que o deixa preocupado.

**(Vozes paralelas)**

**O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES**

Senhor presidente, quero deixar claro, aqui, que o aumento dos tributos aconteceu. Foi o partido dos tribu-

tos que trabalhou nesse sentido e que governa o nosso País. Está aí o aumento de 167% sobre o...

### (Vozes paralelas)

#### O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

O horário destinado ao Grande Expediente será destinado à Associação dos Municípios do Paraná, para a apresentação de propostas municipalistas. Concedo a palavra ao presidente Juarez Lima, que é prefeito.

#### O SR. JUAREZ LIMA

Gostaria de saudar o presidente Hermas Brandão, ao deputado que está presidindo a Casa, Stica, aos deputados e deputadas estaduais, aos nossos companheiros e companheiras prefeitos, aos presidentes das associações, a toda a diretoria da AMP, eu queria fazer um agradecimento especial.

Mais uma vez voltamos à tribuna da Assembleia Legislativa, para fazer uma reivindicação muito importante aos deputados e deputadas estaduais. Cada deputado foi visitado pelos prefeitos e recebeu uma pasta contendo vários documentos, entre eles, dados importantes, que às vezes a gente deixa passar despercebido.

O que nos trouxe hoje é para fazer um agradecimento, em nome de todos os prefeitos e prefeitas, a esta Casa, através do presidente da Comissão de Educação, o deputado Tadeu. Fazer um agradecimento ao deputado Reni Pereira, que conduz também o trabalho tributário, em Brasília, junto com a Associação e a Secretaria da Fazenda.

Gostaríamos de usar esse espaço, primeiro, agradecendo, porque foi através desta Casa, que tivemos a conquista do transporte escolar, de várias ações e o mais importante, através da Presidência desta Casa é que os prefeitos e as prefeitas estão sendo ouvidos a nível de governo estadual e de governo federal.

O que nos trouxe hoje aqui, antes de ler o que nós queremos, é fazer um apelo ao presidente Hermas Brandão, aos deputados e deputadas que no Estado do Paraná, no momento entre os 15 Estados da Federação mais importante, não foi constituído o Bloco Municipalista ou a Frente Municipalista.

Nós estamos vivendo um momento ímpar na história dos nossos municípios, do Estado e da União, e a Assembleia Legislativa do Paraná é importantíssima no processo. Os prefeitos que aqui estão representando os 399, queriam sair daqui hoje com uma Frente Municipalista de fato, não só criada, mas que ela estivesse atuando com força, com determinação, e que os deputados, através da Assembleia, possam nos ajudar nas nossas reivindicações, lá em Brasília.

Nada mais justo, porque de fato, o deputado aqui está junto com o prefeito, o deputado, a deputada estão lá no município, eles sabem da dificuldade.

Então estes três momentos: a criação da Frente Municipalista; agradecer a Assembleia pelo apoio que

nos deu, através da Comissão de Educação, presidida pelo deputado Tadeu, ao deputado Reni, que todas as vezes que convocado por nós, foi liberado pela Assembleia. Está conosco, lá em Brasília, na reforma tributária.

O que vemos hoje é que os municípios estão em situação muito difícil, queria dizer a vocês, se acompanharem aí na pasta que colocamos, a Assembleia tem uma missão importante hoje aqui, falar um pouquinho dos municípios, voltar à questão do município de Nova Aurora.

Eu queria fazer um pedido especial ao presidente desta Casa, aos deputados, que olhassem com carinho a questão da intervenção nos municípios. Não é justo nós votarmos nas pessoas e elas cassarem nosso direito de estarmos à frente de nossos municípios.

A associação não quer defender nada de errado; nós queremos, sim, que sejam penalizados aqueles que não conduzem bem o dinheiro público, mas nada mais justo, tem a Justiça para isso, tem o Tribunal de Contas, mas que pudéssemos, de fato, fazer com que o prefeito tivesse um mínimo de defesa nas suas atitudes.

Faço este apelo em nome dos prefeitos e prefeitas, que a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dê exemplo a este País, que não é na força, na marra, mas que a gente possa, de fato, ver a luta, porque somos os embriões.

Os prefeitos estão pagando uma conta de 500 anos deste País hoje, a LRF veio para ficar a não somos contra, de maneira nenhuma. O único erro da LRF é que ela não teve uma adaptação dos municípios.

Para isso, eu queria pedir aqui aos deputados, o ano que vem terminam os mandatos, presidente Hermas Brandão, e o Tribunal de Contas vai cumprir a lei porque ele precisa cumprir a Lei dos Restos a Pagar. Olhe a injustiça que tem você receber uma lei em maio de 2000 e ser aplicado, de imediato, a condução dessa lei para os municípios. A lei veio para ficar, ela é importante. Não queremos a mudança, como tantas coisas se faz neste País, a adaptação dos bancos, do PROER, mais isso e mais aquilo, e quando veio a lei os prefeitos parecem ser os únicos que não prestam neste País, a lei veio de cima para baixo fazer com que a gente cumpra.

Olhem com carinho a questão dos restos a pagar, e nós queríamos pedir aqui ao deputado Hermas, já que o Tribunal de Contas é um braço aqui da Assembleia Legislativa, que tivesse um meio, no final do mandato, agora no ano que vem: como é que ficam os restos a pagar, de 15, 20 anos que os municípios têm e hoje é responsabilidade dos prefeitos atuais. Mais uma vez não somos contra a LRF; ao contrário, queremos nos adaptar e cumprir a lei. Então, queria pedir essa proposição a Assembleia Legislativa.

(Lê):

“Não foi por acaso que, mais uma vez, ocupamos esta tribuna para solicitar a atenção dos senhores deputados e deputadas na tarde de hoje.

O relatório que os deputados e deputadas receberam é apenas um breve relato da situação dramática que está sendo enfrentada pela quase totalidade dos 399 municípios do nosso Estado.

Os números contidos neste documento falam por si mesmos, senhores deputados e deputadas. E eles apontaram para um cenário de crise jamais visto na história do municipalismo paranaense.

Resumidamente. Gostaríamos de citar alguns dados mais importantes deste relatório para situar os deputados e deputadas em relação ao problema.

#### **Desigualdade do bolo tributário**

É um dos principais problemas que afetam as prefeituras.

Enquanto a União fica com 63% da Receita total de impostos e os Estados 24%, os municípios recebem apenas 13%. E é nos municípios que são geradas as riquezas e impostos.

#### **Os municípios assumindo despesas do Estado e da União**

O fato de as prefeituras estarem sendo obrigadas a assumir encargos que não são seus, é um dos maiores problemas dos municípios.

Por causa disso, segundo o IBAM, as despesas assumidas pelos 5 mil municípios brasileiros com as atividades de competência da União e dos Estados devem chegar a R\$5 bilhões neste ano.

#### **Manutenção da Máquina Pública**

Neste caso, o problema é o fato de que o aumento das despesas das prefeituras estar muito acima da ampliação da receita dos municípios.

Só uma comparação: enquanto a previsão de crescimento do FPM em 2003 não deve superar os 8%, o óleo que as prefeituras usam no transporte escolar aumentou 97% nos dois últimos anos e o salário-mínimo teve um reajuste de 33% no mesmo período.

#### **Saúde**

Aqui, o que nos preocupa é a insuficiência dos recursos repassados pelo SUS (Sistema Único de Saúde) para o atendimento da população.

Uma das questões mais graves ocorre com o PAB (Piso de Atendimento Básico), cujo valor máximo pago aos municípios é de R\$41,50 sem correção desde 1996, *per capita*. No caso das AIHS, não é diferente. Os valores também não são corrigidos desde 1996.

#### **Transporte Escolar**

Os municípios transportam 192 alunos/dia da rede pública estadual de ensino do ensino fundamental de 5ª à 8ª série, conforme dados da própria Secretaria de Estado da Educação.

Isto vai custar aproximadamente R\$57 milhões para os municípios em 2003. No entanto, o valor destinado ao transporte escolar para ser distribuído entre os 399 municípios do ano de 2003, contido no orçamento do Estado, é de R\$32 milhões.

#### **Merenda Escolar**

Outro problema é a questão da insuficiência de recursos para a merenda escolar.

Hoje, o valor da merenda escolar está fixado em R\$0,13 para o ensino fundamental, que não cobre os custos nem de um litro de leite por dia para os estudantes.

#### **FPM (Fundo de Participação dos Municípios)**

O FPM teve uma queda brutal de 1992. Em 1992, o FPM representava 0% (IPI mais o IR) dos impostos da União. Em 1992, caiu para 44%, reduzindo em R\$7 bilhões a parte do bolo tributário que cabe às prefeituras.

#### **O que querem os Municípios**

Pelas razões expostas acima, gostaríamos de pedir aos deputados e deputadas que sensibilizem seus colegas da Câmara Federal em defesa das seguintes propostas:

##### **1) Recomposição do FPM**

Queremos a aprovação da Emenda ao Projeto nº 41/2003, que faz com que a base dos fundos que geram receitas para os municípios seja ampliada de forma que alcance os demais tributos da União.

Ao mesmo tempo, desejamos aprovar o projeto que prevê que, cada vez que a União criar um novo tributo, os fundos incidam automaticamente sobre o FPE e o FPM.

##### **2) CPMF para as Prefeituras**

Os municípios querem 22,5% da arrecadação da CPMF (Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira).

##### **3) CIDE para os Municípios**

Os prefeitos também reivindicam 25% da arrecadação da Cide - Contribuição sobre o Direito Econômico para os municípios.

##### **4) Fundo de Exportação**

A reivindicação é a aprovação da Emenda ao projeto 41/2003 que propõe a compensação dos Estados pelo ICMS não arrecadado em função das exportações, já que 25% do valor deste fundo pertence aos municípios.

Apoio junto ao Tribunal de Contas sobre os restos a pagar. Não queremos deixar restos a pagar deste mandato, mais o anterior.

Dada a importância destas reivindicações, reiteramos nosso pedido de apoio aos deputados e deputadas. Temos a certeza de que o Parlamento paranaense será sensível à nossa causa, como sempre foi.

Gostaria que ficasse bem claro: não queremos, de maneira nenhuma, comprometer os compromissos da União. Não tem como a União resolver o problema de 6 mil metalúrgicos, em detrimento de 176 milhões de habitantes. Recentemente foi isentado o IPI das cotas dos municípios, para resolver o problema de 6 mil metalúrgicos de São Paulo!

Então a proposta que queremos, aqui, da Assembleia junto à Bancada Federal: que se criasse um mecanismo, que o governo federal continuasse dando as isenções, mas não mexesse na cota dos municípios; que fosse da cota da União, que não dá o desconto, por exemplo, do Cofins, da Cide, ele não faz nada, ele dá o des-

conto daquilo que é dos municípios, que é o IPI e o Imposto de Renda.

Então, esse pedido fica aqui para que os nobres deputados dêem o apoio para nós. Ao mesmo tempo, desejamos aprovar um projeto que prevê que cada vez que a União criar um novo tributo, os Fundos incidam automaticamente sobre o Fundo de Participação dos Estados e dos municípios.

Para vocês terem uma idéia, a União arrecadou no ano passado, 298 bilhões de reais. Mais de 150 bilhões de reais ficou 100% para a União, a questão do CPMF para as prefeituras, nós queremos 22,5% da arrecadação da CPMF; é um imposto gerado na base, no município, se não for possível 22,5%, que seja uma parte, que seja crescente nos próximos anos. A questão da Cide, os municípios tinham 25% da Cide, infelizmente da semana passada para cá não se fala mais nos municípios. Portanto, estamos fora, novamente, dos 25% da Cide.

Os prefeitos também reivindicam o Fundo de Exportação, que é a aprovação da Emenda do projeto nº 41/2003, que propõe a compensação dos Estados e Municípios pelo ICMS, não arrecadados em função das importações que já são 20% dos valores destinados ao Fundo, pertencentes aos municípios.

Eu queria pedir aqui ao presidente da Assembleia Legislativa, deputado Hermas, que criasse para nós, a partir deste momento, a frente municipalista, e queria fazer um pedido em nome de todos os prefeitos e prefeitas do Paraná, que no dia 09 nós vamos estar em Brasília numa reunião com trinta deputados federais, os três senadores, a presença, já confirmada, do governador Roberto Requião, do vice-governador, de mais cinco secretários de Estado, para que a gente mostre para a bancada Federal que os municípios estão à beira do caos. E a Bancada Federal do Paraná é a Bancada mais firme que tem com os municípios, e que saísse do Paraná um trabalho que fosse disseminado nas vinte e sete Bancadas dos outros Estados. O rolo compressor foi na comissão, que aconteceu agora semana retrasada, os municípios ficariam com 100% do bolo tributário.

Então, era o momento que a gente pudesse unir aqui forças, que saísse hoje daqui criado o Bloco Municipalista, que a partir da semana que vem os deputados estivessem com a gente. Infelizmente, menos a metade contribuiu com a associação para nós termos uma equipe à altura, para defender a questão tributária, a questão jurídica, enfim, uma série de coisas. Infelizmente não somos corporativistas na questão da nossa arrecadação.

Então, eu faço este apelo aqui e peço à Assembleia Legislativa que dê apoio à emenda do deputado Osmar Serraglio, do deputado Cezar Silvestri e do senador Osmar Dias no que se refere à reforma tributária, há uma emenda para que os incentivos fiscais, dado pelos Estados e pela União, que seja retirado da cota dos municípios, e para isso a gente queria pedir o apoio.

Para finalizar, nós gostaríamos de fazer um agradecimento mais uma vez a esta Casa, a Bancada Estadual

que aqui nos ouviu, aos prefeitos, que se engajem nesta luta, que estejam conosco lá em Brasília no sentido que nós temos só sessenta dias para isso. E vocês estão presentes com a gente;

A Assembleia Legislativa tem o compromisso especial e muito forte com cada município, independente de ser deputado estadual aqui de Curitiba ou do interior, precisamos estar unidos, e esse momento é ímpar, e nós queríamos sair aqui do Paraná unidos, terça-feira, que tem a confirmação de mais de três mil prefeitos em Brasília, que a Assembleia Legislativa estivesse conosco, que a Bancada federal estivesse conosco, que o governo do Estado estivesse com a gente, porque a nossa briga do transporte escolar não é uma briga, o nosso recurso não está aqui em Curitiba, não está no Palácio Iguaçu, está em Brasília. Lá é que está o dinheiro, lá é que está a reivindicação dos municípios. E hoje nós temos o presidente da República, sensível à causa municipalista. E nós precisávamos ter esse apoio, que a Assembleia saísse hoje com a Frente Municipalista, que tivéssemos, além do deputado Reni, outros deputados viajando com a gente durante a semana toda, como os outros prefeitos fazem, para podermos de fato, ter a nossa reivindicação.

Deputado Hermas nosso muito obrigado! Que Deus abençoe a você e a todos os deputados. A gente fala sempre que Deus dá a semente certa para o jardineiro certo. Não é por acaso que vocês representam o povo paranaense aqui na Assembleia Legislativa.

Muito obrigado! Um abraço de todos os prefeitos e prefeitas.

#### O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Peço que o senhor permaneça na tribuna. Antes porém, quero dizer que enquanto V. Exa. falava, o presidente Hermas Brandão estava fazendo uma anotação dos deputados que já foram prefeitos e nós temos aqui 14 que já foram prefeitos, e um, que já foi vice: Deputados Dobrandino da Silva; José Maria Ferreira; Pedro Ivo; Rafael Greca; Hermes da Fonseca; Jocelito Canto; Duílio Genari; Ademir Bier; Geraldo Cartário; Ademar Traiano; Valdir Rossoni, Hermas Brandão; Elio Rusch, Ribas Carli e o Francisco Bühner que foi vice-prefeito. Pode ter mais alguém que foi vice e nós não lembramos. O presidente Hermas Brandão já está designando uma Comissão, na qual peço para me incluir, para acompanhar os prefeitos até Brasília.

E podem ter certeza, Sr. Juarez e demais prefeitos e prefeitas, esta Casa de Leis é unânime na defesa da luta que vocês fazem e trazem aqui nesta Casa.

#### (Aplausos)

E nós temos, como deputados, a certeza de que, se não resolver o problema dos municípios, da falta de dinheiro que têm as prefeituras, não se resolverá o problema do nosso país.

É por isso que os senhores e as senhoras poderão, com certeza, contar com todo o apoio da Assembléia Legislativa do Paraná em nome do presidente Hermas Brandão e dos demais 54 deputados que aqui fazem parte.

Passo a palavra ao deputado Durval Amaral.

**O SR. DURVAL AMARAL**

Inicialmente quero cumprimentar o Juarez, presidente da Associação dos Municípios do Paraná - e a todos os prefeitos aqui presentes - pela forma com que V. Sa. tem conduzido os trabalhos à frente da Associação dos Municípios. Maneira apartidária, uma maneira com isenção absoluta, colocando as lutas municipalistas acima de todo e qualquer interesse pessoal. Sou testemunha disso, quero estender a V. Exa. e a todos os prefeitos do Paraná, a força da união na resistência no que diz respeito ao transporte escolar. Acho que a Associação dos Municípios do Paraná agiu de forma coesa; por diversas vezes fui abordado por prefeitos, meus amigos, meus correligionários, - não ousou dizer da minha base eleitoral, porque poderia prejudicá-los, que resistiram com bravura contra toda e qualquer coação de técnicos da Secretaria de Estado, tentando forçar a adesão àquilo que não era preocupação dos prefeitos.

Deixo aqui uma preocupação clara, acho que foi uma conquista, uma vitória da Associação dos Municípios a questão do transporte escolar, mas uma preocupação, que lhe externei agora há pouco. Sabemos da indisposição que gerou essa luta do transporte escolar. E sabemos, efetivamente, que foi uma vitória da Associação dos Municípios assinar esse termo de ajuste, para fazer investimentos. Mas que na verdade, sabemos que as despesas com transporte escolar têm que ser contabilizadas nas rubricas corretas, sob pena de responsabilidade criminal dos prefeitos. Esse alerta é necessário; e na questão da reforma tributária, cumprimentando a V. Exa. e a todos os prefeitos do Paraná, porque o Paraná dá exemplo na unidade e na luta. Acho que isso é fantástico. O trabalho que V. Exa. tem desenvolvido, tem trazido frutos para o fortalecimento do municipalismo do Estado do Paraná e não são outras as minhas palavras aqui a não ser a de cumprimentá-lo e cumprimentar a todos os prefeitos e prefeitas do Paraná, pela unidade, pela luta e pelas conquistas que os prefeitos do Paraná têm obtido, não só a nível de Estado mas também neste encaminhamento, nessas questões da reforma tributária.

Parabéns. Meus cumprimentos e minha saudação.

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

Tenho inscritos aqui, pela ordem, o deputado Rafael Greca, Anibelli, Jocelito Canto e Reni Pereira.

Concedo a palavra ao deputado Rafael Greca.

**O SR. RAFAEL GRECA**

Presidente e prefeito Juarez e meus irmãos prefeitos.

Quero manifestar a minha mais irrestrita crença municipalista. Sabem todos que fui prefeito desta Capital e que sempre advoguei a idéia de que o Brasil só vai melhorar quando em Brasília as pessoas perceberem que o problema das cidades brasileiras está na resolução do problema do campo, e Brasília perceber que o problema das cidades e do campo está - em Brasília. Nós até hoje não fizemos a federação por completo, e até hoje Brasília persiste em agir como se fosse a antiga Lisboa das côrtes, tentando centralizar cada vez mais o poder. Ou se faz a federação ou se descentraliza o poder; ou se usa essa reforma tributária para fazer dela uma ocasião de descentralização do poder ou prevalecer o Brasil injusto aumentando a injustiça e multiplicando a injustiça.

Todas as municipalizações são adoráveis, todas as municipalizações são eficientes, desde que a municipalização venha com os recursos necessários. Não tem cabimento a municipalização da merenda com a cêdea de pão que se dá para a merenda escolar. Treze centavos não é dinheiro para a merenda escolar. Cada treze centavos não se compra um paõzinho francês; se compra uma cêdea de pão. Não tem cabimento a municipalização da saúde com o pouco dinheiro que se dá, através do SUS, para o atendimento à saúde. Não tem cabimento as municipalizações do transporte se não há o recurso para o transporte escolar. A criança, na barraca do Rio Piquiri, esperando para ser levada para a escola do município-sede, do outro lado do rio, enquanto o governo central fica discutindo se o aluno é municipal, estadual ou federal! É uma criança analfabeta, sem chance de acesso à escola. Isso eu disse aqui na reunião da Bancada, ao secretário Maurício Requião e, graças a Deus, ele teve ouvidos para ouvir e, graças a Deus hoje, o dinheiro orçamentário do transporte escolar está distribuído pelo governador Roberto Requião para os prefeitos.

Todas as municipalizações são eficientes e necessárias quando há os recursos necessários e suficientes. Então, as cidades são os instrumentos mais importantes de acesso ao povo. O poder local e o município são a melhor forma de se exercitar a democracia. E o Brasil tão grande, tão rico, tão diverso só não se fragmentou, porque os reis de Portugal entendiam isso e fizeram uma administração descentralizada. Se nós entendermos essa lição, se Brasília entender essa lição, se o municipalismo triunfar no país, vamos entender essa lição, se o municipalista triunfar no país, vamos ter uma Nação democrática.

Contem comigo e acho que contem com todos os deputados desta Casa.

Boa tarde.

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

Concedo a palavra ao deputado Anibelli.

**(Já foi contemplado)**

Concedo a palavra ao deputado Jocelito Canto.

**O SR. JOCELITO CANTO**

Senhor presidente e senhores deputados.

Só gostaria de saudar o Sr. Juarez e todos os prefeitos e dizer que requeremos, já está na Mesa, o pedido da volta do Bloco Parlamentarista que vai cuidar dos municípios. Eu pediria que fosse composto pelos ex-prefeitos e que são deputados. Que cada Bancada indique um, dos que estão aqui neste plenário.

Senhor presidente, estaremos também junto com os prefeitos em Brasília, por determinação do presidente Hermas Brandão e quero dizer que, como ex-prefeito, sabemos da luta, da dificuldade com que estão trabalhando, e é preciso gritar e cobrar, principalmente dos nossos parlamentares em Brasília.

Este é o momento e é isto o que precisamos fazer.

Mais uma vez, cumprimentar a união dos prefeitos. É unindo que se chega lá e nós vamos fazer a nossa parte.

Quero convidar a todos os ex-prefeitos para que façam parte desse bloco que vamos movimentar a partir da semana que vem, e que vai começar a discutir as questões municipalistas, a nível de Estado do Paraná.

Era isso.

Parabéns, prefeito Juarez e a todos os nossos prefeitos aqui presentes.

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

Concedo a palavra ao próximo orador, deputado Reni Pereira.

**O SR. RENI PEREIRA**

Senhor presidente, senhores deputados. Atendendo ao pedido desta Presidência, pretendo não me alongar muito mas não posso deixar de agradecer a citação, em nome da Comissão de acompanhamento da reforma tributária, em nome dos deputados Durval Amaral e José Maria Ferreira, que são membros, e de agradecer o seu reconhecimento e dizer que não necessariamente o senhor precisaria ter feito. Nós estamos fazendo aquilo que foi determinado por esta Casa, quando constituiu a comissão de acompanhamento, que era estar dentro das limitações que temos como deputados estaduais, acompanhar a reforma tributária e defender os interesses do povo do Paraná e nós entendemos que para isso, necessariamente, temos que fortalecer os municípios, porque temos acompanhado, que nos últimos anos temos uma tendência muito grande de municipalização dos serviços públicos, e em contrapartida, não vem tendo o mesmo benefício no que diz respeito ao repasse de recursos, principalmente de natureza tributária, porque temos tido um grande aumento do bolo tributário em cima das contribuições, que é aquilo que o governo federal não repassa, nem para os Estados, nem para os municípios.

Nós entendemos que, para defender o Estado do Paraná e os interesses de sua população, temos que fortalecer os municípios porque vêm atendendo à demanda das necessidades da população, principalmente a que mais precisa do poder público, que é a população carente.

Agradeço a citação, mas só em meu nome, mas também em nome do deputado Tadeu Veneri que preside a Comissão de Educação desta Casa e estaremos cada vez mais ao lado dos municípios, porque estando ao seu lado, estaremos ao lado da população do Estado do Paraná.

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

Concedo a palavra ao deputado Francisco Bühner.

**O SR. FRANCISCO BÜHRER**

Senhor presidente e demais companheiros deputados.

Companheiro Juarez, ao cumprimentá-lo, cumprimento a todos os prefeitos. Como vice-prefeito do município de São José dos Pinhais, tive a oportunidade, conhecendo a realidade dos nossos municípios hoje, muitas vezes, quando conversamos com os prefeitos, a oportunidade de conhecer a situação em que vivem os municípios em geral, não só do Estado do Paraná, mas eu acredito, geral. A nossa convivência é na região metropolitana, mas essas dificuldades só o prefeito conhece; o que é prioridade da sua localidade só os prefeitos e os vereadores conhecem, porque nós, como deputados, e o próprio governo do Estado ou Federal não sabem, aquilo que precisa ser feito nos municípios.

Então, o recurso tem que ser passado para o município, para o prefeito, porque ele faz a melhor distribuição dos recursos para a sua comunidade.

Quero cumprimentá-los e dizer que têm o nosso apoio, como os deputados federais o tiveram. Podem contar conosco porque estamos juntos nessa batalha, porque é muito importante reforçarmos os municípios para que eles possam dar melhor qualidade de vida ao nosso povo do Estado do Paraná.

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

Último orador inscrito, deputado Dobrandino da Silva.

**O SR. DOBRANDINO DA SILVA (Pela Ordem)**

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, senhores prefeitos que eu cumprimento na pessoa do presidente Juarez.

Já fui três vezes, presidente, lá em Brasília, nesse período de reforma da Previdência e da reforma tributária mais especialmente.

É grande o poder de fogo do governo que tenta puxar para o seu lado. Os governadores também têm; estão se mobilizando e mudando o rumo da reforma defendendo os governos do Estado. O mais importante é que os municípios estão ficando desprotegidos e estão pagando a conta.

É preciso que os prefeitos se mobilizem, porque lá em Brasília é só na base da pressão. Não adianta também os prefeitos pressionarem o governo; têm que pressionar o Congresso Nacional. É preciso que os prefeitos mobilizem as Assembléias Legislativas e seus deputados, para

juntos em Brasília, numa Comissão fortíssima, pressionarem os deputados federais, senão os prefeitos vão acabar pagando a conta e ficando realmente sem o recurso. A cada dia as prefeituras estão ficando com uma fatia menor e o governo passado os encargos para as prefeituras. Vejam o caso da saúde, por exemplo.

Não adianta nós levarmos papéis e enviar para lá; são os prefeitos e seus deputados que devem fazer pressão no Congresso Nacional. Aí, sim, acho que vamos conseguir uma fatia maior para as prefeituras, que é a coisa mais decente, que seria realmente dividir o percentual mais correto para as prefeituras que estão empobrecendo a cada dia mais. E como disse aqui ainda há pouco tempo, todos os prefeitos, a grande maioria, estão se enrolando no Tribunal de Contas.

Eu quero dizer a você, Juarez, eu fui prefeito em dois mandatos e sei o que o meu município está passando, e a prefeitura lá está, nas mãos do meu filho.

Conte com o meu apoio, vamos a Brasília pressionar o Congresso Nacional, para que olhe para os municípios.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Passamos a palavra ao prefeito Juarez para as considerações finais.

#### O SR. JUAREZ

Queria ratificar e pedir desculpas ao deputado Dobrandino que realmente ele esteve conosco lá, e acabei esquecendo de citá-lo.

Pedir a todos os deputados que façam um reforço para o deputado federal da nossa Bancada, para que faça presença no dia 9, lá no restaurante. Inclusive os prefeitos estão se propondo, com o apoio do presidente Hermas Brandão, para dividirmos toda a despesa e, se pudesse além da Comissão toda a nossa Bancada seria importante. É um momento de luta que gente queria que pudesse estar lá. Pedir a vocês, deputados, nós fizemos um levantamento menos com a questão de Minas Gerais é a Assembléia Legislativa que mais tem ex-prefeitos, é a do Paraná.

Por isso que a gente queria que estivesse na frente e pedir a vocês que isso aí não é uma luta nossa, para mim, para o eu. O Sami coloca sempre isso: é uma luta, porque o nosso mandato, no ano que vem, termina, mas os nossos municípios, continuam!

Então, a gente pede com afincio, com paixão, com o coração, que vocês nos ajudem, porque estamos a fim de ajudar, trabalhar. Nenhum prefeito tem interesse algum para o futuro, que a Deus pertence. O importante é o momento que os municípios vêm passado.

Natalio Stica, mais uma vez, a você e ao deputado Hermas Brandão, um grande abraço. Que Deus abençoe a todos, pela oportunidade e queremos contar com vocês.

#### O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Agradecemos as palavras do prefeito Juarez e agradecemos a presença de todos os prefeitos e prefeitas do Paraná e o presidente da Assembléia, deputado Hermas Brandão, já designar três deputados para acompanhar os prefeitos no dia 9. Deputados: Dobrandino Silva, Fernando Ribas Carli e Natalio Stica. Iremos acompanhar os prefeitos e as prefeitas a Brasília no dia 9.

Muito obrigado pela presença de todos!

#### O SR. BARBOSA NETO (Pela Ordem)

Não tive tempo de manifestar a minha solidariedade ao presidente Juarez, mas, como membro da Comissão de Educação, Cultura e Esporte desta Casa, presidida pelo deputado Tadeu Veneri, mostramos todo o nosso esforço na luta pelo transporte escolar, e estamos juntos nessa nova manifestação com todos os prefeitos.

No Norte do Estado há casos de cidades-fantasma, que perderam receita, que perderam a população e que as pessoas estão indo embora do país para recuperar a sua auto-estima através dos seus ganhos.

Não é justo que pessoas que vivem nos municípios que consomem os serviços básicos prestados, principalmente pelas prefeituras e os recursos que são destinados ao governo federal e estadual não voltem na forma de benefício, na forma de investimentos.

Por isso, a nossa solidariedade junto à reforma tributária.

Falava há pouco, pelo telefone, com o senador Osmar Dias. Dizia ele da preocupação de todos nós do PDT, do nosso líder Neivo Beraldin, que também é solidário nesta causa. E vamos, todos juntos, ao municipalismo para corrigir essas distorções.

Muito obrigado!

#### O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Horário destinado às lideranças partidárias.

Consulta às Lideranças do PL; PP.

(Declinam)

No Horário da Liderança do PFL, concedo a palavra ao deputado Durval Amaral.

#### O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, senhores deputados.

Ouvi e li nos jornais hoje uma acusação que acho que é contra a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com relação a esta mensagem "Luz Fraterna", que, quem apresentasse emendas ou emenda a esse projeto era um espírito de porco.

Apresentei emendas a esse projeto. Pergunto: como fica o deputado Luciano Ducci? Será que ele é um espírito de porcalhão, porque apresentou 3 emendas? Como ficam os deputados, independentemente de serem de Situação ou de Oposição, que também vão apresentar emendas a esse projeto, será que são eles também espíritos de porco?



É melhor ler isso do que ser cego. É melhor ouvir isso do que ser surdo. Ver e ouvir isso, ainda é bem melhor do que esquecer o que falou e esquecer o que escreveu.

Sem dúvida alguma, para um regime autoritário qualquer um que ouse questionar ou exercer com livre arbítrio a sua função parlamentar, se torna um espírito de porco ou uma ameaça.

Concedo um aparte ao deputado Ademar Traiano.

#### **O Sr. Ademar Traiano**

V. Exa., com a inteligência que tem, sábio, tem sido um tribuno dos melhores desta Casa. Tem feito pronunciamentos brilhantes. E, com certeza, não seria diferentes nesta tarde.

É oportuno fazermos este aparte, até porque não poderíamos esperar outra manifestação, a não ser esta do governador Roberto Requião, com relação aos parlamentares que apresentaram emendas ao projeto Luz Fraterna, até porque este tem sido o comportamento deste governador: desrespeitar o deputado, chamar os prefeitos do Paraná de meios-prefeitos. Ora, não poderíamos, de forma alguma, esperar outra manifestação, a não ser desta natureza, de um governador que brinca com os paranaenses, com aqueles que estão investidos em cargos públicos; desrespeita a população do Paraná como um todo, pois quando ataca um prefeito, está ferindo na alma do cidadão paranaense, aquele que mora lá na base, no começo da economia do nosso Paraná, do pequeno município.

Quero parabenizá-lo pelo pronunciamento, e quero aqui, até porque não tive oportunidade de me manifestar no passado, fazer também a minha consideração de apreço aos senhores prefeitos que sofrem pelos poucos recursos oferecidos pelos governos estaduais e federais. Estão cerceando o direito dos senhores prefeitos, de advogarem os interesses seus na causa municipalista, e não podemos admitir de forma alguma manifestações dessa natureza contra os prefeitos, de chamá-los de meios-prefeitos.

Da mesma forma, este Parlamento forte, que é respeitado, não pode de forma alguma admitir que se chame os parlamentares de “deputados espírito de porco”, porque querem, através daquilo que é a essência maior da vida do Parlamento, apresentar suas emendas num projeto que nós até consideramos ser altamente social aos paranaenses.

#### **O Sr. Valdir Rossoni**

Permite aparte?

(Assentimento)

Acredito que tenhamos esquecido, mas poderíamos colocar isso no rol dos “besteiróis” que foram falados até agora, no rol das palavras inoportunas que o governador tem usado.

Outro dia, todo Paraná soube que o governador chamou todos os secretários de preguiçosos, chamou a

atenção publicamente, disse que ia demití-los se não levantassem cedo para ir à reunião.

Quer dizer, o respeito ao seu secretário, ao parlamentar, aos prefeitos, não foi o discurso que ouvi daquela tribuna, no dia da sua posse. Até no dia da posse fiquei pensando: “olha, que belo discurso”, pois ele pediu a colaboração desta Casa, pediu a colaboração dos paranaenses que não deixassem-no errar, que ajudassem-no o fazer o melhor pelos paranaenses.

Não estamos fazendo aqui nenhuma crítica ao governador, mas acho que antes de usar a sua verborrêia, deve sim, pensar e refletir, porque está ofendendo homens e paranaenses honrados deste Estado. Tenho certeza absoluta que o governador, se ouvir o que estamos falando aqui hoje, vai refletir muito a partir de agora para tecer comentários quando não está em condições, porque, na verdade, já podemos escrever uma página dos “besteiróis” que ele fez uso no decorrer desses dez meses de governo.

#### **O Sr. Antonio Anibelli**

V. Exa. me permite um aparte, deputado Durval?

(Assentimento)

Deputado Durval, eu não ia apartear-lo, respeitando o seu pensamento, mas depois da sessão maravilhosa que tivemos hoje, em que o presidente da Associação dos Municípios vem pedir o apoio da Assembléia, que todos os deputados deram e disse que o governador iria comandar essa visita a Brasília na semana que vem, aparecem os deputados Traiano e o Rossoni já deturpando, dizendo que o governador ofendeu os senhores prefeitos; houve um contratempo no passado, houve assinatura dos convênios do transporte escolar na semana passada, mas a oposição são as viúvas do Álvaro Dias e do Jaime Lerner! O governador chama a atenção dos seus secretários para às 8h00, porque ele determina e manda, ele é um homem de comando!

Não é o preguiçoso do Jaime Lerner que não aparecia no Palácio e que não cumpriu os compromissos assinados por V. Exas., testemunhas com os prefeitos, não pagando, o golpe que ele deu para a última eleição...

#### **O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

Por favor, conclua sem permitir mais apartes, porque tem outros oradores inscritos.

#### **O SR. DURVAL AMARAL**

(Passa a usar o horário da Oposição)

Realmente, não posso assimilar ou aceitar essa pecha, deputado Elio Rusch, porque eu não me sinto, em hipótese alguma, um “espírito de porco”, como não se sente nenhum parlamentar aqui.

Tenho certeza disso, deputado Anibelli. Nem V. Exa. nem os deputados da Situação, nem os deputados da Oposição. Então, não nos serve essa carapuça, até porque, se enriquecer o debate democrático é levar o nome

de “espírito de porco”, isso não se coaduna com a democracia.

Se apresentar emendas, deputado Luciano Ducci, onde a própria base do governo se motiva também a apresentar emendas é porque a Oposição cumpre um papel fundamental, a democracia, que é o de discutir, que é o de debater, mesmo ela sendo minoria. Mas, instigada, sim, pelo governador, daquela tribuna, quando disse que os projetos tinham que ser discutidos, que as denúncias tinham que ser feitas.

Não é outra a nossa inspiração, do que nos ensinamentos trazidos aqui a esta Casa pelo próprio governador.

Então, deputado Alexandre, veja só: será que é ser “espírito de porco” defender os interesses dos aposentados do Estado do Paraná? Será que é ser “espírito de porco” trazer à discussão como trouxe o deputado Elio Rusch que quem consome menos de 100 kWh/mês é pobre de marré-marré, e que portanto, é auto-disciplinada essa questão, porque ele, ou liga a geladeira por 24 horas, que consome 86 kWh/mês e desliga os dois bicos de luz, de 60 watts já consomem 18 e já ultrapassa a medida dos 100 kWh/mês.

Ora, meu Deus! Nós precisamos discutir! E vejo com bons olhos, com bom-senso, o equilíbrio que nós, mesmo como minoria, podemos trazer à discussão, porque senão os aposentados estariam excluídos, pois quem fez a mensagem não pensou, deputado Elio Rusch, que ao vincular o programa “Luz Fraterna” aos programas do Governo Federal, ao programa “Bolsa-Escola”, ao “Bolsa-Alimentação” ou ao “Vale-Gás”, estava excluindo os aposentados!

E nós fomos pesquisar, não por ser nada melhor do que ninguém, mas para defender os aposentados e os velhos, porque toda a concepção desses programas está voltado às crianças brasileiras, às gestantes brasileiras. E o governador e o presidente da República quando criaram esses programas, não os criaram para os aposentados. Mas, tenha certeza, não é intenção do governador discriminar os aposentados, os pensionistas, os pobres miseráveis de marré-marré.

Tenho certeza disso, e por isso estamos propondo várias emendas. O deputado Elio Rusch entende autodisciplinada a questão de 100 kWh/mês. Só gasta só isso àquele que é pobre, miserável de marré-marré.

O deputado Luciano Ducci, com brilhantismo, vem e define na sua mensagem o que é pobre, porque o governo não disse o que era pobre, e ele diz que pobre é aquele que recebe uma renda *per capita* de até meio salário mínimo.

Que bom! Isso é ser “espírito de porco”.

O deputado Durval Amaral, com modéstia vem e diz: aqueles aposentados e pensionistas que consumirem até 100 kWh/mês deverão estar isentos do pagamento da tarifa de energia elétrica.

Alguém poderia perguntar: mas, e o aposentado rico? Ele não vai gastar 100 kWh/mês porque não vai desligar da tomada a geladeira - para que ela funcione só

oito horas - não vai deixar de assistir, na televisão, a um bom programa, e nem deixar de ver televisão com um DVD; ele não vai deixar de ligar o seu microondas. Então, é auto-disciplinar. E ele, certamente, se morar em Curitiba, não vai ter chuveiro elétrico, mas vai ter um belo, formoso e gostoso aquecedor central, para que possa se esbaldar em um banho de mais de meia hora - não entrando novamente no aspecto da higiene!

Por isso, clamo aos deputados de Oposição, porque somos poucos e minoria absoluta, mas respeitamos a maioria. Rogo ao líder Vanhoni, grande líder do Governo, do Partido dos Trabalhadores - a quem devoto o maior respeito e apreço, sempre incontinente na defesa dos interesses das classes menos favorecidas deste País, pela tradição da sua luta, que nos ajudem a aprovar as emendas. Não as da Oposição, das de “espírito de porco”, mas as que vão contribuir para o enriquecimento e que possamos contribuir - para que o nosso respeitado governador não seja, amanhã ou depois, cobrado por prometer, por falar, como trouxe aqui agora há pouco o deputado Jocelito as palavras do então candidato, dizendo que a água seria - até dez metros cúbicos - de graça para a população e a energia, até 100 kWh/mês, seria de graça para a população.

Eu me preocupo com a imagem do governador.

Muito obrigado, nobre deputado Stica!

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Horário destinado ao: PSDB.

PDT.

(**Declinam**)

PT, com a palavra o deputado Elton Welter.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Venho à tribuna, em função de uma denúncia publicada na Folha de São Paulo no dia de hoje, com uma manchete: “A pedido do Brasil, Estados Unidos da América expulsam inspetor”.

(**Lê:**)

“Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, profissionais da Imprensa, assessores, parlamentares, funcionários desta Casa, cidadãos paranaenses.

Por várias vezes ocupei a tribuna desta Casa para falar sobre a temática dos organismos geneticamente modificados, comumente denominados “transgênicos”, assunto polêmico que tem pautado a imprensa brasileira, ainda mais nesta época que antecede o plantio de nova safra.

Desta vez porém venho à tribuna para levantar uma grave denúncia divulgada hoje (dia 02 de setembro) pelo jornal Folha de São Paulo, assinada pelo renomado jornalista Clóvis Rossi, que em sua manchete afirma que Ministério da Agricultura descobre funcionário do Governo Americano inspecionando “ilegalmente” plantação de soja -”A pedido do Brasil, EUA expulsam inspetor”.

A matéria afirma em seu conteúdo que os Estados Unidos estão praticando “Bioterrorismo” no Brasil.

Esta acusação foi feita ontem, em público, por um funcionário graduado do Ministério da Agricultura: Jorge Salim Waquim, chefe de gabinete da Secretaria de Defesa, durante a sessão do Comitê de Negociações Internacionais do Ministério, que se reuniu pela manhã, sob o comando do próprio ministro Roberto Rodrigues.

O que ocorreu foi o seguinte: há cerca de duas semanas, um funcionário do departamento de agricultura dos EUA (equivalente a ministério) foi localizado na região de Barreiras (Bahia), produtora de soja.

Usava um aparelho portátil para detectar esporos, o microrganismo que causa a doença chamada “ferrugem da soja”.

O funcionário, veio ao Brasil, supostamente para um congresso de fitopatologia, porém, não fez contato com o Ministério da Agricultura a fim de pedir autorização para a incursão na área de Barreiras.

Por que o “Bioterrorismo”? Porque, segundo Waquim, o esporo que causa a ferrugem da soja é um dos agentes que o governo norte-americano incluiu na sua lista de elementos que podem ser utilizados no terrorismo biológico.

Como - sempre segundo o funcionário brasileiro - esporo colhido numa área teria que ser expelido para uma nova medição em outra área, e assim, o aparelho poderia estar espalhando a doença.

Pode haver exagero na história de Waquim, mas, de todo modo, ela foi levada à embaixada dos EUA, que, segundo Waquim, chamou o funcionário e pediu que ele retornasse aos EUA.

Waquim levanta uma outra hipótese, também grave: a de que o funcionário estaria colhendo informações sobre a contaminação da soja brasileira pela ferrugem, com o hipotético objetivo de fornecer subsídios para restringir as importações.

A ferrugem da soja impede a formação completa dos grãos.

Na safra passada foi encontrada em seis Estados e causou quebra de produção de cerca de 10%, mas houve casos em que se perdeu até 70% de acordo com dados da Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

Na safra passada, a produção brasileira total foi de 52 milhões de toneladas em 17 milhões de hectares, o que transforma o país no segundo maior produtor mundial, atrás apenas dos EUA.

Agora, o mais grave. Esta não foi a única denúncia apresentada por Waquim, ontem: disse também que há, no momento, 22 cidadãos norte-americanos que percorrem a região de Barreiras em quatro Vans, supostamente interessados na compra de terras.

Ora, senhor presidente, senhoras e senhores deputados, vejam o risco que nosso país está correndo. Sabendo-se que o Brasil é o principal concorrente americano na produção da soja, quem pode garantir que esses

cidadãos americanos não estejam aqui para propagar doenças, que pode ser feito por terra e pelo ar, muito velozmente, ainda mais se não há controle no trânsito de uma área para a outra: Precisamos ficar alertas!

Este fato ocorrido nos leva a ficar ainda mais preocupados com a ofensiva de multinacionais americanas com o objetivo de forçar o governo brasileiro a liberar o cultivo dos OGM's em nosso país e por isso faço um apelo para que, no próximo dia 10, quarta-feira, votemos, sem prejuízo da pesquisa, pela proibição do cultivo e comércio de OGM's em nosso Estado, para que assim, continuemos a obter esses resultados fantásticos em nossas exportações, amplamente divulgadas pela Ocepar, Faep a partir de dados do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

Vejam que no mês de agosto, o Brasil atingiu um record histórico em sua balança comercial, no caso do Paraná os principais produtos, justamente foram a soja e o farelo de soja.

Finalizo este breve pronunciamento, perguntando:

. Será que vale a pena colocar em risco o incremento em nossas exportações para beneficiar uma grande empresa multinacional:

. A quem realmente interessa que o Brasil passe a plantar transgênicos?

. Serão os Estados Unidos, justamente nosso maior concorrente na soja, está interessado na melhoria de nossa competitividade nesta cultura?

Fica essa interrogação, senhoras e senhores deputados, povo paranaense, que já nós estamos absolutamente competitivos nesse segmento e sabemos que há uma ingerência internacional para que percamos o nosso mercado, que é cada vez mais promissor.

**O SR PRESIDENTE (Natálio Stica)**

Horário destinado ao PMDB.

Deputado Artagão Júnior.

**O SR. ARTAGÃO JÚNIOR**

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, senhoras e senhores prefeitos; amigos da imprensa, senhoras e senhores.

Duas colocações me trazem, nesta tarde, a ocupar a tribuna da Assembléia Legislativa. A primeira delas é um anúncio que eu não gostaria de fazer - que de fato nos traz uma preocupação muito grande.

Na data de hoje, no amanhecer desta terça-feira, no município de Foz do Jordão, o Movimento Sem-Terra - que estava acampado à beira de uma propriedade rural daquele município, desde o dia seis de janeiro, resolveu ocupar aquela propriedade que estava sendo defendida por seguranças, contratados pelos proprietários da terra. Hoje, pela manhã, um conflito armado lá ocorreu, havendo por conseguinte, a morte de um trabalhador, participante do Movimento Sem-terra, assim como a hospitalização de um dos seguranças e de um participante do Movimento Sem-Terra.

Esta é a consequência, inquestionavelmente, destes desmandos e desta desordem, que hoje está assolando o nosso Paraná e o nosso País.

Não podemos mais permitir que a lei não seja cumprida. Não podemos mais permitir que o direito de propriedade não seja preservado, e se nós não tomarmos uma medida, se nós que temos essa responsabilidade não exigirmos do nosso governador e do nosso presidente uma posição, os proprietários, aqueles que defenderão as suas propriedades, terão que tomar medidas como essas, que foram utilizadas nesta manhã, como o conflito armado, como a própria defesa da sua propriedade, para que direitos constitucionais sejam assegurados.

Portanto, enquanto parlamentar, membro do Partido do PMDB, membro do projeto desse governo, do governo Requião, colaborador e apoiador do projeto do governo federal, de Luiz Inácio Lula da Silva, peço para que todos os parlamentares se unam nesta oportunidade, definitivamente, para que a gente ponha um ponto final nesses desmandos, nessa desordem e no movimento que se iniciou com uma finalidade e com um propósito justo, mas que ao longo dos anos, a sua filosofia e ideologia se corromperam. Hoje estão agregando moradores dos centros dos municípios, cidadãos que nunca participaram do trabalho rural, para participarem desse movimento. A reforma agrária é necessária, mas também é necessário o direito e a preservação dos princípios constitucionais.

Neste momento faço um convite, a convocação de todos nós parlamentares, para que possamos juntos desenvolver alguma idéia, algum projeto e ajudar o nosso governador e o nosso presidente, para que possamos evitar maiores desgraças e piores consequências, nesses conflitos, que com certeza se acentuarão no nosso interior e no nosso País, se medidas não forem tomadas.

A segunda colocação que eu gostaria de fazer, é que os deputados da Oposição, Durval Amaral, Valdir Rossoni, Plauto Miró e outros que fizeram o uso da palavra, estão acostumados a criticar o governador Roberto Requião, estão acostumados a falar mal das atitudes e dos projetos que estão sendo desenvolvidos pelo governo Requião. Evidentemente que talvez algumas colocações feitas pelo nosso governo, não sejam as melhores a serem feitas. Também não quero aqui pactuar com alguns adjetivos colocados, mas sem dúvida alguma, quero fazer uma solicitação aos deputados que criticam, hoje, o governo. Esses mesmos deputados que por oito anos defenderam o governo anterior, que defenderam o governo Jaime Lerner, e que hoje só sabem fazer críticas, cobrar realizações, por que não o fizeram durante os oito anos, que puderam participar com o governo anterior? Por que não colaboraram naquela oportunidade, em que vocês mandavam e desmandavam, junto com o governador que nos antecedeu?

Por que agora, em vez de falar de verborragias, de colocações do governador Roberto Requião, não enaltecem o trabalho e os projetos que têm sido feitos por esse governo? Projetos que têm atendido, primariamente, as

famílias carentes, os empresários paranaenses, o povo carente que escolheu esse governo, para administrar o nosso Paraná nos próximos quatro anos.

Não tenho dúvida, deputado Elio Rusch, que esse será um governo transparente, sério que merecerá, como já mereceu na última eleição, o aplauso e o voto dos paranaenses.

E quero pedir a vocês que não fiquem simplesmente criticando, mas venham colocar a inteligência e a experiência de V. Exas. a colaborar com o governo do PMDB, a enaltecer os projetos que este governo tem elaborado e defendido, para que, juntos, possamos definitivamente alavancar o desenvolvimento do Paraná e promover a transparência da administração pública para o nosso Estado.

Muito obrigado, senhor presidente.

#### O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (*Pela Ordem*)

Ouvindo o pronunciamento do nobre deputado Artagão, tão preocupado com a questão agrária, que é um sério problema no Estado do Paraná, quero convocá-lo a assinar a CPI da Reforma Agrária para que possamos trabalhar supra partidariamente.

#### O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

O senhor poderá fazê-lo a qualquer momento.

#### A SRA. CIDA BORGHETTI (*Pela Ordem*)

Senhor presidente, eu gostaria de registrar a presença, neste plenário do vereador de Juranda, nosso companheiro que assumiu recentemente a presidência da Olvepar.

Vereadores do Estado do Paraná, uma honra tê-los aqui, bem como o prefeito de Astorga, Carlos Queide, e em seu nome cumprimentar todos os prefeitos e Prefeituras que aqui se fazem presentes.

#### O SR. ELTON CARLOS WELTER (*Pela Ordem*)

Queria registrar também a presença da nossa vereadora Dirce, de Nova Aurora, bem como as demais lideranças que estão aqui, os prefeitos que se manifestaram, Juarez, e somos solidários à luta pelo movimento municipalista.

#### O SR. PRESIDENTE (*Natálio Stica*)

A Liderança do Governo abre mão do horário destinado a ela.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA:

com a presença de 53 senhores deputados.

Sobre a mesa, Emenda Aditiva de Plenário de nº 02, ao Projeto de Lei nº 491/2003, de autoria do deputado Dr. Luciano, devidamente apoiada, constante do expediente. **Transforme-se em projeto em separado.**

Emenda Modificativa de Plenário de nº 07, ao Projeto de Lei nº 491/2003, de autoria do deputado Elio Rusch, devidamente apoiada, constante do expediente. **Rejeitada.**

Indicação nº 086, de autoria do deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, sugerindo ao governador do Estado do Paraná o enquadramento dos professores da Universidade Estadual de Maringá que ministram cursos para as comunidades interna e externa, conforme segue. **À Comissão de Educação, Cultura e Esportes.**

Indicação nº 087/2003, de autoria do deputado Barbosa Neto, constante do expediente, propondo ao governador do Estado a adoção de medidas que protejam a remuneração dos servidores públicos, garantindo os efeitos do artigo 168, da lei nº 6.174 de 16 de novembro de 1970. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Projeto de lei de autoria da deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Ratinho Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

#### ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 491/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 027/2003, que autoriza o Poder Executivo a efetuar o pagamento do consumo de energia elétrica e dos encargos decorrentes desse serviço dos consumidores, conforme especifica - Programa "Luz Fraterna". **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CF.**

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1864, de autoria dos deputados André Vargas, Doutor Luciano, Natálio Stica e demais deputados, constante do expediente da Sessão anterior, solicitando a transformação da Sessão Ordinária de hoje em Comissão Geral para votação do Projeto de Lei nº 491/2003. **Aprovado** com voto contrário dos deputados Valdir Rossoni, Elio Rusch, Ademar Traiano e Durval Amaral.

Ainda sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, em nº 09 (nove), de autoria de diversos deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01 PROJETO DE LEI Nº 491/2003

Acrescente-se os artigos 4º e 5º ao Projeto de Lei nº 491/2003, renumerando-se o atual artigo 4º do Projeto de Lei para dizer:

Art. 4º - Os consumidores beneficiários nos termos do *caput* do artigo 1º que estiveram em débito com a entidade responsáveis pela energia elétrica do Estado do Paraná por consumo de energia elétrica, serão igualmente beneficiados pelo contido na presente lei, assim como seus débitos anteriores.

Art. 5º - O consumo de energia elétrica na zona rural, quando não beneficiados por esta lei, poderá ser pago por ocasião da realização da safra ou a cada 04 (quatro) ou 06 (seis) meses nos termos de regulamentação própria a ser efetivada em até 60 (sessenta) dias da entrada em vigor desta lei.

Sala das Sessões, em 02.09.2003.

(a) RATINHO JÚNIOR

Apoio:

Doutor Luciano, Jocelito Canto, Neivo Beraldin, Reni Pereira e Barbosa Neto.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda aditiva visa corrigir ausência legal no referente procedimento a serem adotados face aqueles consumidores de baixa renda e sujeitos do benefício previsto no artigo 1º do Projeto de Lei nº 491/2003, e que devedores, não têm condições para efetuar o pagamento.

A emenda visa também dar condições de pagamento aos trabalhadores rurais não beneficiados por esta lei, viabilizando o pagamento de acordo com as possibilidades das atividades desenvolvidas na zona rural, sendo ainda medida de razoável praticidade nos procedimentos de aferição e cobrança da energia elétrica.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02

Incluir artigo 3º ao Projeto de Lei nº 491/2003, renumerando os demais, com a seguinte redação:

"Art. 3º - O Poder Executivo efetuará o pagamento do consumo de energia elétrica e dos encargos decorrentes desse serviço, referentes à redução da tarifa dos domicílios que tenham, entre seus membros residentes, usuários de oxigenoterapia familiar contínua.

§ 1º - A redução da tarifa a que se refere o artigo 3º será efetivada até o valor referente a média do consumo dos três meses anteriores ao início da oxigenoterapia.

§ 2º - O cadastro dos domicílios a serem beneficiados será elaborado pela Secretária de Estado da Saúde em conjunto com a Copel.

Sala das Sessões, em 02.09.2003.

(a) DOUTOR LUCIANO

Apoio:

Ailton Araújo, Luiz Nishimori, Renato Gaúcho, Pastor Edson Praczyk e Jocelito Canto.

#### EMENDA MODIFICATIVA E ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 03

Altera a redação proposta em seu artigo 1º, acrescenta parágrafo primeiro, renumerando o seguinte, conforme segue:

“Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar o pagamento do consumo de energia elétrica e dos encargos decorrentes desse serviço dos consumidores beneficiários de algum dos programas sociais do governo Federal relacionados no artigo 2º desta lei, bem como de todas as famílias cuja renda familiar *per capita* seja igual ou inferior a meio salário-mínimo da área urbana e cujo consumo de energia no mês não ultrapasse 100 kWh/mês.

§ 1º - Nos casos em que o consumo de energia elétrica, ultrapassar os 100 kWh/mês, a cobrança será efetuada apenas pelo excedente.”

Sala das Sessões, em 02.09.2003.

(a) DOUTOR LUCIANO

Apoiamento:

Ratinho Júnior, Arlete Caramês, Valdir Rossoni, Mauro Moraes, Luiz Carlos Martins, Elio Rusch, Luiz Nishimori, Barbosa Neto, Durval Amaral, Luiz Fernandes da Silva Litro, Carlos Simões, Reni Pereira, Nelson Justus, Pastor Edson Praczyk, Ailton Araújo, Neivo Beraldin, Jocelito Canto, Ademar Traiano, Renato Gaúcho, Plauto Miró Guimarães e Fernando Ribas Carli.

#### EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 04

Fica suprimido do artigo 2º do Projeto de Lei nº 491/2003, de autoria do Poder Executivo o termo “cumulativamente”.

Sala das Sessões, em 02.09.2003.

(a) JOCELITO CANTO

Apoiamento:

Doutor Luciano, Ailton Araújo, Pastor Edson Praczyk e Renato Gaúcho.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 05

Ficam incluídos nos incisos III, IV e V no artigo 2º, alínea “a”, do Projeto de Lei nº 491/2003, de autoria do Poder Executivo, conforme segue, remunerando conseqüentemente o subseqüente inciso III como VI:

III - estar o titular da unidade consumidora comprovadamente desempregado há três meses ou mais, mesmo não sendo beneficiário de algum dos programas sociais do Governo Federal;

IV - ser o titular da unidade consumidora portador de necessidade especial ou ter dependente nessas condições, desde que comprovada a baixa renda;

V - ser o titular da unidade consumidor aposentado e comprovadamente de baixa renda.

Sala das Sessões, em 02.09.2003.

(a) JOCELITO CANTO

Apoiamento:

Doutor Luciano, Ailton Araújo, Renato Gaúcho e Pastor Edson Praczyk.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 06

A presente emenda modificativa tem por objetivo acrescentar novo dispositivo ao Projeto de Lei nº 491/2003, conforme redação a seguir, logo após o artigo 2º, renumerando os artigos 3º e 4º como artigos 4º e 5º:

“Art. 3º - Os consumidores aposentados ou pensionistas independem de inscrição como beneficiários de alguns dos programas Sociais do Governo Federal referidos no *caput* do artigo 1º e no inciso II, alínea “a” do artigo 2º.

Sala das Sessões, em 02.09.2003.

(a) DURVAL AMARAL

Apoiamento:

Valdir Rossoni, Plauto Miró Guimarães, Ademar Traiano, Luiz Carlos Martins, Fernando Ribas Carli, Nelson Garcia e Elio Rusch.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 07

A presente emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 491/2003, de iniciativa do Poder Executivo, altera a redação proposta em seu artigo 2º, inciso II:

Art. 2º - ...

a) Classe residencial:

I - ...

II - estar o titular da unidade consumidora cadastrado nas concessionárias, permissionárias, autorizadas de geração e de distribuição de energia com beneficiário de algum dos Programas Sociais do Governo Federal tais como Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação e Vale-Gás, além dos contemplados na Portaria Dnaee 190/96.

Sala das Sessões, em 02.09.2003.

(a) ELIO RUSCH

Apoiamento:

Plauto Miró Guimarães, Luiz Carlos Martins, Fernando Ribas Carli e Durval Amaral.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 08

Fica alterado o inciso II do artigo 2º do Projeto de Lei nº 491/2003, que passa vigorar com a seguinte redação:

“II - estar o titular da unidade consumidora cadastrado na Copel como beneficiário de algum dos programas sociais do governo federal tais como Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação e Vale-Gás, dos contemplados na Portaria DNAEE 190/96, além do consumidor desempregado ou daquele cuja renda familiar mensal não ultrapasse a 3 (três) salários mínimos vigentes.”

Sala das Sessões, em 02.09.2003.

(a) CHICO NOROESTE

Apoiamento:

Valdir Rossoni, Duílio Genari, Ailton Araújo, Luiz Fernandes da Silva Litro.

## EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 09

Modifica o *caput* do artigo 1º e, por consequência, o inciso II do artigo 2º do Projeto de Lei nº 491/2003, passando os mesmos a ter a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar o pagamento do consumo de energia elétrica e dos encargos decorrentes desse serviço dos consumidores beneficiários de algum dos programas sociais do Governo Federal relacionados no artigo 2º desta lei, os cadastrados no Programa Social da Copel, cujos imóveis sejam utilizados exclusivamente para fins residenciais da área urbana e rural e cujo consumo de energia no mês não ultrapasse 100 kWh/mês.

Parágrafo único - ...

“Art. 2º - ...

a) - ...

I - ...

II - estar o titular da unidade consumidora cadastrado no Programa Social da Copel, ou como beneficiário dos programas sociais do Governo Federal tais como Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação e Vale-Gás.

Sala das Sessões, em 02.09.2003.

(a) NELSON GARCIA

Apoiamento:

Pedro Ivo Ilkiv, Carlos Simões, Augustinho Zucchi, Ângelo Vanhoni, José Maria Ferreira, Marcos Isfer, Luciana Rafagnin, Luiz Fernandes da Silva Litro, Natálio Stica, Cida Borghetti, Vanderlei Iensen, Tadeu Veneri, Ademir Bier, Dobrandino da Silva e 1 ilegível.

Designo e solicito ao deputado José Maria Ferreira para relatar as nove emendas sobre o projeto.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, está em nossas mãos a emenda aditiva ao Projeto de Lei nº 491/2003, de autoria do deputado Ratinho Júnior, no seu artigo 4º...

(Passa a ler emenda).

Este relator colhe contrariamente a emenda, primeiro porque o espírito do projeto de lei encaminhado a esta Casa o qual hoje é objeto de votação, não está para conceder isenção e nem para fazer remissão de débitos, mas sim, para dar àquelas famílias de baixa renda, uma condição de dignidade e para que não tenham o fornecimento de energia interrompido de uma hora para outra, em função de falta de pagamento. Por isso, este relator deixa de acolher favoravelmente essa emenda do deputado Ratinho Júnior.

Emenda nº 2 de autoria do deputado Luciano Ducci.

(Lê emenda)

Esta questão, a Copel tem o cadastro social e dentro dele o portador, a família necessitada de baixa renda tem toda a condição de acessar ao benefício. Especialmente com a emenda nº 9 em que estabelece os cadastrados no programa social da Copel. Esta emenda contempla parte dessa questão apresentada pelo deputado Luciano Ducci. E aqui, queremos ressaltar o mérito que ele está preocupado com a questão das famílias carentes e que não tenham condições, mas essa mesma família tem condições de ir à Copel se cadastrar e receber o benefício.

Por esta razão, deixamos de acolher a presente emenda, dando parecer contrário.

A emenda nº 3 também de autoria do deputado Luciano Ducci (Lê emenda em anexo).

Este é um princípio e um preceito da própria lei nº 10438, em que estabelece a renda juntamente com as Portarias nºs 249 e 245 da Aneel. Elas já estabelecem os critérios para a acessibilidade da renda mínima e...

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Senhor presidente, há uma indignação, com todo respeito que merece o deputado José Maria, o Plenário está transformado em Comissão Geral?

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Em Comissão Geral.

O SR. DURVAL AMARAL

Neste momento estamos apreciando a constitucionalidade das emendas:

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Estamos ouvindo o parecer do relator sobre as emendas.

O SR. DURVAL AMARAL

Sobre a constitucionalidade das emendas: estou indagando isso, com todo respeito que ele merece, está entrando no mérito de cada uma das emendas. Neste momento é a constitucionalidade que o reator deve se pronunciar.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Se V. Exa. tiver alguma emenda com parecer contrário do relator, na segunda discussão vai poder fazer o seu pronunciamento.

O SR. DURVAL AMARAL

Estou indagando não com o intuito de tumultuar e nem de embarçar o processo! É que, o Plenário transformado em Comissão Geral, o relator deve falar sobre a constitucionalidade de cada uma das emendas, e o deputado José Maria, que aliás, é um brilhante membro da Comissão de Constituição e Justiça, está entrando no mérito.

Acho que cabe uma orientação, porque senão, daqui a pouco estaremos discutindo o mérito, quando agora está sendo apreciada a constitucionalidade.

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

Mas o relator tem a liberdade de dizer se acolhe ou não a emenda, depois, vamos submetê-la ao Plenário.

Nós estamos seguindo o que o Regimento nos permite.

**O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA**

Permita-me, senhor presidente, esclarecer parte da indagação do deputado Durval Amaral, que é um brilhante membro desta Casa também.

A Comissão simplesmente analisa a questão da constitucionalidade e legalidade, mas analisa também a boa técnica redacional. E aqui nós estamos dizendo que elas estão sendo contempladas nas emenda. Por isso, deixo de acatar. Não posso criar um mostrengo nas emendas. Elas são todas em relação ao projeto, e por estarem fazendo parte dele, não posso colocar no meu relatório várias emendas. Agora, evidentemente que pode ter solicitação de destaque para as emendas que estou relatando. É questão de ser submetido a voto.

A renda familiar da emenda do deputado Luciano Ducci, é contemplada na Lei Federal nº 10.438. Ela define o que é baixa renda. Portanto, ela já está contemplada no artigo 2º do Projeto de Lei nº 491/2003. Assim este parlamentar deixa de acolhê-la. Com relação à emenda nº 4, fala “Fica suprimido do artigo 2º do Projeto de Lei nº 491, de autoria do Executivo, o termo cumulativamente”.

Ora, se nós retirarmos a expressão “cumulativamente”, ficamos só com um item e a própria legislação, a lei nº 10.438, já estabelece o rito do que deve ser considerado como baixa renda. E um dos princípios é a cumulatividade deles. Daí não ter como acolher aqui. E nós não cumpriríamos o critério, porque aí poderia estar beneficiando o titular da unidade consumidora que não tivesse 100 kWh/mês.

Então, precisamos usar a expressão cumulativa até para guardar e respeitar o espírito do projeto da luz fraterna, que é para permitir que o governo possa arcar com os custos das contas das pessoas de baixa renda, que consumam menos de até 100 kWh/mês.

Se tirar a expressão “cumulativamente”, eu perco essa vinculação. Aliás esse projeto perde a característica, perdendo essa vinculação. Daí não termos condições de acolher a emenda do deputado Jocelito Canto, respeitando o deputado, a de nº 4.

Com relação à Emenda nº 5, também do deputado Jocelito Canto “ficam incluídos os incisos 3º, 4º e 5º da alínea A do Projeto de Lei nº 491/2003, do Poder Executivo, conforme segue: renumerando, conseqüentemente e subseqüentemente, incisos 3 e 6.

“3º - Estar o titular da unidade consumidora comprovadamente desempregada três meses ou mais, mesmo

não sendo beneficiário em um dos programas sociais do Governo Federal.

Ora! Não posso acolher. O consumidor, em tese, pode estar desempregado há mais de três meses, mas ter capacidade de renda para suportar o custo da tarificação da energia elétrica! E aí, não tem como acolher. Perde mais um dos princípios. Esse aqui não é para universalizar a todos os desempregados.

4º - Ser o titular da unidade consumidora, portador de necessidade especial ou ter dependentes de necessidades especiais - e de seus dependentes - já está incluso, desde que seja contemplado com a baixa renda. O inciso 5º também já está contemplado no projeto, baixa-renda, consumindo até o limite de 100 kWh/mês porque aqui ele não estabelece limite, e a própria legislação federal também estabelece um limite de 100 kWh/mês.

No item 5º: -Ser o titular da unidade consumidora aposentado e comprovadamente de baixa renda”.

Aposentado e baixa renda, tem o limite, precisa estabelecer o limite, porque senão, simplesmente porque eu sou de baixa renda e aposentado, eu posso consumir 500 kWh/mês e dessa forma nós desvirtuáramos e não estaríamos aqui fazendo nenhuma justiça social, só fazendo benesses, e não é este o espírito.

Portanto, deixo de acolher as emendas do eminente deputado Jocelito Canto, dando parecer contrário.

Item 6 - Emenda Modificativa. A presente emenda modificativa tem por objetivo acrescentar novo dispositivo ao Projeto de Lei nº 491/2003, conforme redação a seguir, logo após o artigo 2º, renumerando os artigos 3º e 4º como artigos de inscrição como beneficiados de alguns dos programas sociais do Governo Federal referidos no *caput* do artigo 1º e no inciso II, alínea “a” do artigo 2º- “Quer dizer, os consumidores aposentados, independente da inscrição como beneficiários de alguns dos programas sociais referidos, mas não estabelece se ele estará aqui, também circunscrito ao limite. Nós não estamos pondo limite nessa emenda.

**O SR. DURVAL AMARAL (Para discutir)**

Nessa emenda ela aproveita o *caput* do artigo 1º e do artigo 2º, então o auto-limitador é o 100 kWh/mês. Eu não revoguei, nem o artigo 1º, nem o 2º, por isso está auto-limitado a 100 kWh/mês, que senão eu concordo plenamente com V. Exa. Estou expressamente limitando 100 kWh/mês.

**O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA**

Está estendendo apenas aos aposentados ou pensionistas.

Há de convir que a constitucionalidade tem, mas é uma abertura que nós não sabemos onde vamos bater, e o Governo do Estado já consumirá, na previsão estabelecida aqui, dois milhões/mês, só com o pagamento dessas contas; se nós abrirmos esse aqui, a coisa vai ficar, nós não sabemos o quanto, porque não temos nem cadastro das pessoas aposentadas, não sabemos em quanto vai



comprometer o Estado, e nós não temos aqui o impacto orçamentário financeiro para justificar a legalidade dessas emendas.

O artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal, nos seus parágrafos seguintes estabelece essa condição, e nós não sabemos quais serão os impactos financeiros que nós provocaremos ao erário público.

**O SR. DURVAL AMARAL**

Mas a mensagem do Governo não faz menção ao impacto financeiro, deputado José Maria.

**O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA**

Mas ele tem essa condição, ou nós reprovamos a mensagem dele. Agora, nós é que não temos autoridade para poder incluir esta emenda aberta da forma que está, porque não conhecemos o impacto econômico-financeiro e muito menos orçamentário que ela vai provocar, porque aí é aberta.

V. Exa. há de convir, reconheço, o texto está correto, V. Exa. não retirou, está reservado a 100 kWh/mês. Entretanto, a questão da legalidade da constitucionalidade, não preenche!

Opa! A Lei de Responsabilidade Fiscal do artigo 12 é clara! Qualquer deputado precisaria demonstrar nessa emenda o impacto econômico financeiro, precisa demonstrar que nós não temos essas expressões em valores. Essa é uma que nós teremos condições de fazer, inclusive pela legalidade e inconstitucionalidade.

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

Quero pedir aos deputados, ao deputado Durval Amaral.

**O SR. DURVAL AMARAL**

Para discutir, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

Na seqüência, quando terminar a apresentação eu vou pôr para discussão, daí V. Exas. poderão levantar uma a uma as emendas.

**O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)**

Eu não quero polemizar em hipótese alguma, até porque o deputado José Maria merece todo o meu respeito e o meu apreço. Ele está relatando exatamente a minha emenda. Eu só quero pensar em voz alta duas coisas.

Primeiro aspecto: a própria mensagem do governo não estabelece um impacto financeiro. Se o governo que estudou, efetivamente não consegue estabelecer, quanto mais nós parlamentares!

Segundo aspecto: é que se esse argumento perdurar, passo a temer até pela emenda dos deputados da Base do Governo, porque também não se refere ao impacto orçamentário e financeiro.

O deputado José Maria é um deputado extremamente equilibrado e responsável para saber que não pode tratar duas coisas singulares de maneiras diferentes.

Só essa reflexão em voz alta.

**O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)**

A emenda que é apresentada é de nº 9, e o senhor tituló como do Governo, mas nós entendemos que ela é aberta, ela está aberta a todos os parlamentares da Casa assinarem. Agradeço as suas colocações, mas ela fala do cadastro do programa social da Copel. A Copel já tem um programa social e ela se refere a isso, no seu inciso II, do artigo 2º. Estar o titular da unidade consumidora cadastrado no programa social da Copel ou beneficiário de algum programa social do governo federal.

Em tese nós não estamos alterando, aliás, o governo em sua mensagem, na sua proposta, já fala dessas questões. Apenas entendemos mais adequadas e também para contemplar algumas das colocações feitas pela própria Bancada Independente da Oposição.

Sétima. Em função dessa falta de acompanhamento do impacto econômico e financeiro e o item orçamentário, deixo de acolher a Emenda 07.

Emenda do deputado Elio Rusch, emenda modificativa ao Projeto nº 491/2003.

**(Faz a leitura da emenda)**

Como deixo de acolher, por falta de condições de análise, porque essa Portaria não tem anexo. Não conheço essa Portaria. Está a 246, a 485.

Está esclarecida a questão que V. Exa. quis colocar. Agora eu entendi. Não estamos fazendo uma lei, a olho, a emenda nº 7, porque nós não estamos fazendo uma lei para a Copel. Estamos fazendo uma lei para beneficiar as pessoas de baixa renda a nível de Paraná.

Acolho, portanto, a Emenda nº 7, do deputado Elio Rusch, no seu inciso II do artigo 2º. **Favorável.**

**(Lê Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 491/2003)**

Essa é uma emenda do deputado Chico Noroeste e a definição de baixa renda já está estabelecida na Lei nº 10.438. E, a questão da alimentação e do vale-gás também já estão contemplados no projeto de lei, só estando em divergência os 3 salários mínimos, mas, como não está de acordo com a Lei nº 10.438 que rege a matéria, deixo de acolher a presente emenda do deputado Chico Noroeste, porque foi acolhida a emenda do deputado Elio Rusch.

**(Lê Emenda nº 9)**

O artigo 1º só fala de cadastro da Copel. E não poderíamos dar exclusividade apenas aos consumidores do cadastro da Copel, e aqui criamos a figura do pro-

grama social da Copel, que é mais um instrumento que teremos para que essa lei possa fazer o exercício das suas postulações.

**(Lê artigo 2º, item 2 da letra “a”)**

Também esta é uma das razões que deixamos de acolher a emenda nº 8, porque a emenda nº 9 já traz no seu corpo essas expressões.

Acolho, portanto, as Emendas nºs 7 e 9. E encaminho a esta Casa parecer contrário às Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 8.

Este é o parecer, senhoras e senhores deputados.

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

Em discussão o parecer do relator.

Em votação. **Aprovado.**

Em discussão o projeto e as emendas.

Em votação primeiro o projeto, ressalvadas as emendas.

Os deputados que são favoráveis ao projeto, ressalvadas as emendas, permaneçam como estão. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação apenas a emenda da Comissão de Finanças, que tem preferência sobre as demais.

**O SR. ÂNGELO VANHONI**

Qual emenda é essa, senhor presidente?

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

Vou pedir ao 1º secretário que faça a leitura da emenda da Comissão de Finanças.

**O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)**

Senhor presidente, apenas se V. Exa. pudesse informar se vão ser votadas individualmente as emendas?

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

A Mesa vai fazer o seguinte encaminhamento: primeiro, vota a emenda da Comissão de Finanças, que tem preferências; depois, conforme o Regimento, podemos votar em bloco, todas as emendas do parecer favorável, ou seja, Emendas 07 e 09 conjuntamente, e depois votaremos em bloco as Emendas 01 a 06 e 08, que estiverem para serem votadas.

**O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)**

Senhor presidente, *data venia*, não cabe a votação em bloco, porque há requerimento pedindo destaque para votação e já se encontra na mesa. Não só emenda de minha autoria, mas dos deputados Luciano Ducci, Ratinho Júnior e, efetivamente, queremos a votação em destaque dessas emendas. Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

Os destaques serão apreciados na sequência, deputado Durval.

**O SR. 1º SECRETÁRIO (Nereu Moura)**

**(Lê emenda da Comissão de Finanças)**

**O SR. ÂNGELO VANHONI (Para Encaminhar)**

Senhor presidente, nós seguimos o encaminhamento do relator, deputado José Maria Ferreira, que já manifestou parecer a esta Assembléia. Nosso encaminhamento é contrário, mesmo porque essa emenda limita o projeto. Na realidade, tem um conteúdo, uma natureza boa na emenda do deputado Elio Rusch, mas a que nós estamos apresentando é mais abrangente; por isso apresentamos parecer contrário a essa emenda.

**O SR. ELIO RUSCH (Para Encaminhar)**

Senhor presidente, senhores deputados.

Já apresentamos esta emenda na Comissão de Finanças, uma vez que incumbimos e entendemos que o projeto, na forma como veio do Governo do Estado, exclui milhares de paranaenses deste projeto da luz da fraternidade. Nós simplificamos: uma emenda modificativa e uma supressiva. Por que ela deve ser modificativa? Porque se nós formos suprimir o inciso 2º do artigo 2º, automaticamente temos que modificar o artigo 1º, porque nele faz referência aos programas sociais instituídos pelo Governo Federal, e se suprimirmos o inciso II deve automaticamente sofrer uma modificação no artigo 1º, senão vai existir um erro de concordância e de redação do próprio projeto de lei, se formos aprovar da forma como está.

A nossa emenda supressiva, que é a principal, vem atender, deputado Ângelo Vanhoni, acho que ela é mais ampla ainda do que a sua emenda modificativa. Entendemos que ela já contempla uma demanda bem maior para os contribuintes, ou melhor, para os consumidores da energia elétrica no Estado do Paraná, mas a nossa é muito mais abrangente: visa estender esse benefício para todos os paranaenses que consomem menos do que dez kWh/mês e contempla exatamente aquilo que o próprio governador Roberto Requião disse na campanha. E não são palavras minhas; são palavras do governador quando candidato. Quando disse, parece-me, deputado Jocelito Canto, tem uma entrevista exclusiva dada na sua rádio, que o senhor vai reprisá-la daqui a pouco para que possamos ouvir, que o governador não faz menção à isenção, o benefício da energia elétrica, a isenção do pagamento de energia elétrica para os pobres do Paraná estaria vinculado a algum programa do Governo Federal, deputada Cida. Ele disse que todo paranaense que gasta menos de 100 kWh/mês iria se beneficiar da isenção ou não pagamento do consumo da energia elétrica na sua fatura!

Então, nós estamos suprimindo o inciso II do artigo 2º do projeto que o governador do Estado mandou à Assembléia Legislativa, estendendo esse benefício a todos os paranaenses que consomem menos de 100 kWh/mês. Aí estamos contemplando, sim, porque da forma como o projeto veio do governador, nós estamos excluindo milhares de pessoas.

Ouvi hoje, no início da Sessão, quando o deputado Luciano Ducci usava esta tribuna e disse que só em Curitiba tem mais de cinco mil famílias na fila para se inscrever num dos programas sociais do Governo Federal.

Ora, como é que vamos aprovar uma mensagem do governo do Estado, que vem para a Assembléia, que quer dar a energia de graça para o cidadão do Paraná? Uma família que está cadastrada num dos programas do Governo Federal, vai receber o benefício. Não paga mais energia. E o seu vizinho ao lado, que recebe talvez menos ainda, ou que todo mundo esteja desempregado, deputado Luiz Carlos Martins, não pode receber esse benefício porque não está habilitado, não é beneficiário de um dos programas do Governo Federal.

E disse muito bem o líder da Oposição, deputado Durval Amaral. Ora, se nós temos um aposentado que ganha um salário mínimo, imagine quanto se gasta um aposentado, um casal de idoso, 70, 80 anos de idade, recebendo um salário-mínimo e quando ele gasta só em remédio? Com toda certeza esse casal de idosos recebe muito menos do que outras pessoas que estejam cadastradas num dos programas sociais do Governo Federal.

Então, existe uma incoerência na atitude e nos fatos que acontecem aqui na Assembléia. Nós jamais podemos aprovar da forma como vem, esse projeto.

E aí eu tenho que dizer para o próprio deputado Artagão, quando V. Exa. usava a tribuna antes e disse porque é que nós, deputados da Oposição, não poderíamos colaborar com o governo.

Ora, nós estamos colaborando, se não tivéssemos levantado essa tese da “Luz Fraterna” e da forma como a mensagem veio aqui para a Assembléia Legislativa, sem sombra de dúvida, estaríamos cometendo uma grande injustiça com os aposentados e com o pobres do Estado do Paraná. Tanto é, deputado Artagão, que a própria Liderança do Governo já entendeu e já fizeram uma emenda modificativa ao projeto.

Talvez, teria saído também, tanto é que a própria Liderança do Governo já entendeu, quando o governador Roberto Requião, disse -e está estampado na imprensa hoje - que quem estaria apresentado emendas, seriam “espíritos de porco”.

Quantos “porcalhões” nós temos aqui? Quantos assinaram?

Quer dizer, nós temos que trazer a discussão. É aqui no Parlamento que se debate. Aqui no Parlamento que procuramos estender o benefício. Aqui no Parlamento que procuramos estender o benefício. Aqui no Parlamento, que procura exatamente que uma maior leva possa ser beneficiada através de um projeto.

E a nossa emenda, espero que os senhores deputados tenham entendido. Nós estamos colaborando com o governo do Estado do Paraná, a fazer com que ele, efetivamente, possa implantar no nosso Estado aquilo que ele disse na campanha eleitoral. Porque se não fizemos o que ele disse na campanha, aquilo que ele afirmou e que está estampado no seu programa de Governo, aquilo que

ele diz com “viva voz” e, deputado Jocelito, peço efetivamente que V. Exa. mostre a gravação depois, para nós, porque, se aprovarmos algo diferente, meus caros paranaenses, aí sim vai se confirmar um estelionato eleitoral, porque se falou uma coisa durante a campanha e depois você institui um outro programa. Então, o que nós fizemos?

Nós enganamos eleitores, pegamos o voto e vamos administrar diferente!

Então, essa é a nossa colaboração, porque espero que essa emenda não seja da Comissão de Finanças, que não seja do deputado Elio Rusch, mas que seja do Parlamento do Estado do Paraná, que seja uma emenda que possa aperfeiçoar o projeto de lei, que seja um benefício que possa ser estendido aos paranaenses, aos consumidores de energia elétrica, porque, daí, sim, estamos trabalhando aquilo que a sociedade do Paraná efetivamente espera de todos nós, paranaenses.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Está em votação a emenda da Comissão de Finanças.

Os senhores deputados que forem favoráveis à emenda da Comissão de Finanças, permaneçam como estão.

Está rejeitada a emenda.

O SR. ELIO RUSCH

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Será procedida a verificação de votação.

Os deputados que são favoráveis à emenda, queiram levantar-se.

O SR. ELIO RUSCH

Senhor presidente, só para justificar e para que fique registrado aqui nos anais, os deputados que votaram a favor da emenda, a favor do povo, fazendo com que efetivamente esse benefício pudesse ser levado a todos os consumidores de energia elétrica do Paraná, de acordo com as declarações, de acordo com o programa de Governo do Roberto Requião e de acordo com aquilo que ele declarou na imprensa: deputados Plauto Miró Guimarães, Durval Amaral, Luiz Carlos Martins, Ademar Traiano, Valdir Rossoni, Luciano Ducci, Fernando Ribas Carli, Barbosa Neto, Jocelito Canto, Reni Pereira, Chico Noroeste, Ratinho Júnior e eu, deputado Elio Rusch.

São esses os deputados que votaram a favor dos pobres do Estado do Paraná, para que pudessem ser enquadrados dentro do programa “Luz Fraterna”.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Os deputados que são contrários à Emenda, queiram levantar-se. Está rejeitada a emenda.

Está em votação.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, há um requerimento à Mesa, um pedido de destaque de encaminhamento de votação, que diz respeito aos seguintes: temos duas emendas com parecer favorável e o restante das emendas com parecer contrário. Eu gostaria que o requerimento que estamos apensando à Mesa Executiva, fosse submetido ao Plenário, porque queremos votação em bloco.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Será feita votação em bloco, conforme o Regimento.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, tem que fazer a consulta ao Plenário da Assembléia.

O SR. ELIO RUSCH (**Pela Ordem**)

Senhor presidente.

Se existe um requerimento pedindo votação em bloco, existem também requerimentos pedindo destaque.

Nós consultamos à Presidência quais os requerimentos que V. Exa. colocará em votação primeiro.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Vamos apreciar os destaques antes da votação das emendas.

Requerimento nº 1906, de autoria do deputado Elio Rusch, constante do expediente, solicitando destaque para discussão e votação da emenda de sua autoria e da Comissão de Finanças. **Prejudicado.**

O requerimento da Comissão de Finanças está prejudicado pela votação que já foi feita, e foi dado como rejeitado.

O SR. ELIO RUSCH

É. Essa votaram contra os pobres...

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, o senhor vai pôr em votação em bloco as emendas?

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Os destaques para a votação, primeiramente.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, eu estou achando uma incongruência o encaminhamento que a Mesa está dando, porque há vários pedidos de destaque para a votação de, emenda por emenda; tem um pedido de votação em bloco.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Ainda não tem por escrito na Mesa.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Mas claro que tem, acabamos de colocar, está na Mesa!

Então, o encaminhamento que o senhor tem que fazer é o seguinte, na minha opinião: o senhor vota, em primeiro lugar, o encaminhamento em bloco, porque esta questão é a que pode resolver ou não; depois, nós podemos ir caso a caso das emendas.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu fui o primeiro parlamentar a apresentar um pedido de destaque à Mesa, depois vários outros parlamentares apresentaram o pedido de destaque para a votação das suas emendas.

Obviamente que esses pedidos foram protocolados primeiro, antes da votação em bloco. Obviamente a preferência é de quem apresentou primeiro o requerimento à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Deputado Ângelo Vanhoni, a Mesa vai encaminhar, conforme o Artigo 171, parágrafo 2º: “O Plenário poderá conceder, a requerimento de qualquer deputado, que a votação das emendas se faça destacadamente, uma a uma”.

Portanto, vamos votar os destaques e aquelas que não tiverem o destaque aprovado pelo Plenário, vai ser votada em bloco.

Então, destaque da Emenda nº 01. Em votação.

Senhores deputados que são favoráveis ao destaque da Emenda nº 01, permaneçam como estão.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Somos contrários.

O SR. RATINHO JÚNIOR

Para encaminhar senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Rejeitada.

O SR. MARCOS ISFER (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu pediria a leitura da emenda.

O SR. ELIO RUSCH (**Pela Ordem**)

Eu acho, senhor presidente, que o autor da emenda ao menos deve ter a preferência de encaminhar, no mínimo, o seu requerimento que pede destaque para a votação, para que o Plenário, no mínimo, fique sabendo o que estamos votando.

O SR. MARCOS ISFER (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu pediria que fosse feita a leitura das emendas antes da votação.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

O senhor está pedindo dos destaques?

O SR. MARCOS ISFER

Dos destaques, naturalmente.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Eu vou ler aqui o destaque da Emenda nº 01:

Requerimento nº 1908, de autoria do deputado Ratinho Júnior, constante do expediente, solicitando destaque para discussão e votação das Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 491/2003, **Rejeitado**.

O SR. RATINHO JÚNIOR (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, eu gostaria de pedir a todos os deputados, principalmente aos da Base do Governo, porque vai beneficiar muitas famílias carentes no Estado do Paraná.

A nossa emenda vem justamente ao encontro a isso que o governador quer, que é beneficiar as famílias pobres do Estado do Paraná. E ele diz o seguinte: “que os consumidores beneficiários, nos termos do *caput*, do artigo 1º, que estiverem em débitos com a entidade responsável pela energia elétrica do Estado do Paraná, por consumo de energia elétrica, serão igualmente beneficiados pelo contido na presente lei, assim como os seus débitos anteriores”.

O quer queremos dizer com isso, senhor presidente? Nós queremos que as pessoas que forem incluídas no programa de governo, no programa desse projeto da luz, que as pessoas estiverem devendo já há alguns meses, essa dívida fique quitada, porque se elas vão ser incluídas em um programa que é para beneficiar as pessoas que não têm condições de pagar a luz, nada mais justo do que quitar essas dívidas, porque as pessoas não têm condições de pagar nem as suas dívidas mensais, ainda mais aquelas que estão trás.

Então, eu peço que o líder do Governo analise com muito carinho, e gostaria de pedir o voto dos deputados do Governo, deputados de Oposição, os deputados do Bloco Independente, porque esse projeto, vem acrescentar e melhorar ainda mais o projeto do governo do Estado, que sem dúvida alguma, é um projeto brilhante.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Destaque para a nº 01.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, para uma consulta à Mesa.  
(**Assentimento**)

Qualquer deputado pode defender os destaques: O que o Regimento diz respeito disso?

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Se a Mesa pode aplicar o Regimento, sendo uma defesa e uma ao contrário, ao pedido de destaque, aqui. O senhor vai fazer contrário ao posicionamento do Ratinho Júnior: Favorável foi feito um. Alguém vai fazer contrário?

Em votação, apenas o destaque nº 01.

Os senhores deputados que aprovam o destaque, permaneçam como estão.

**Rejeitado.**

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, verificação de votação, porque o senhor falou quem aprovar o destaque.

Todos os deputados levantaram! A matéria foi aprovada!

A matéria foi aprovada.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Os que aprovam, permaneçam como estão; a maioria levantou - são contrários ao destaque.

O SR. RATINHO JÚNIOR

Peço verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Os deputados que aprovam, queiram levantar-se  
Quinze deputados aprovam.

Os senhores deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Vinte e cinco deputados rejeitam.

Está **rejeitado**.

Requerimento nº 1909, de autoria do deputado Luciano Ducci, constante do expedientes, solicitando destaque para discussão e votação das emendas nºs 02 e 03, ao Projeto de Lei nº 491/2003 - **Prejudicado**.

O SR. DOUTOR LUCIANO

Primeiro, eu gostaria que a Emenda nº 02 fosse retirada e encaminhada para projeto, conforme o acordo com o líder do PMDB e com a Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Está definido.

Esta Mesa acata o seu pedido, transformando em projeto, em separado.

A emenda nº 03 continua para a votação.

Vamos colocar para encaminhar a emenda nº 03.

O SR. DOUTOR LUCIANO

Quando ouvi atentamente o deputado José Maria fazer o seu relatório, parece-me que da maneira como ele colocou, todas as emendas estão contempladas no projeto de lei que o governo apresentou ou na emenda que o governo está apresentando. Preciso de um esclarecimento claro, sobre isso. Gostaria de saber do líder do Governo e do deputado José Maria, se na Lei Federal nº 10.238 e na Resolução da Aneel 246 está contemplado que as pessoas, que são consideradas pobres, que são as pessoas que ganham menos que 1/2 salário-mínimo, por mês, *per capita*/família, preenchem esse critério. Porque, eu retiro a minha emenda, se estiver preenchido e contempladas

todas as famílias que têm renda *per capita* menor que meio salário-mínimo.

Esse é o esclarecimento que estou precisando, tanto do líder do Governo ou do deputado José Maria.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Concedo a palavra ao líder do Governo, deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Apenas vou perguntar ao deputado Luciano Ducci, se ele sabe quanto é o cálculo dado pelo governo federal, para renda *per capita*, para considerar de baixa renda as famílias carentes no Brasil.

O SR. DOUTOR LUCIANO

Meio salário-mínimo, *per capita*/família, para pessoa pobre e miserável, 50 reais *per capita*/família.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Se estivermos colocando o cadastro social da Copel, é lógico que só pode ser menos do que isso. Só pode ser um critério abaixo disso, deputado Luciano Ducci, porque não iríamos colocar um critério, do compromisso social do governo do Estado do Paraná, que fosse acima deste. Estamos considerando o balizador do governo federal. V. Exa. tem na prática, quando estamos estabelecendo o cadastro social, incluso, a sua preocupação.

O SR. DOUTOR LUCIANO

O senhor está dizendo que está incluso abaixo de 1/2 salário-mínimo, *per capita*/família.

O SR. ÂNGELO VANHONI

É o que manda a legislação, deputado.

O SR. DOUTOR LUCIANO

Se o senhor está dizendo isso, então eu me sinto contemplado; então todas as pessoas que ganham menos que 1/2 salário-mínimo, *per capita*/família vão estar recebendo.

Retiro a minha emenda

O SR. ELIO RUSCH

Senhor presidente, ele está retirando a emenda diante da afirmação do líder do Governo, o deputado Ângelo Vanhoni, que disse que todas as pessoas estariam contempladas; não estão contempladas, deputado Ângelo Vanhoni!

Pelo projeto original só estão contempladas as pessoas que forem beneficiadas de um dos programas do Governo Federal.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Questão de Ordem**)

Senhor presidente, eu posso até argumentar com o deputado Elio Rusch e ter toda a paciência, mas não

posso fazer uso do microfone aqui apenas para fazer uma esgrima de oratória; não é esse o nosso objetivo aqui.

O deputado Luciano Ducci fez uma questão séria, importante: eu lhe respondi e ele retirou a sua emenda, porque na que o governo está apresentando, V. Exa. sabe disso porque argumentei a V. Exa.

O SR. DOUTOR LUCIANO

Eu estou retirando e isso está registrado em notas taquigráficas que o líder do Governo afirmou que todas as pessoas que recebem menos de 1/2 salário-mínimo, *per capita*/família vão ser beneficiadas por este projeto.

O SR. ELIO RUSCH

Presidente, só em respeito ao deputado Ângelo Vanhoni, eu disse que no projeto não estaria contemplado, agora pode estar contemplado no seu substitutivo, mas nós temos que votar ainda os substitutivos! Se nós aprovarmos as outras emendas, o substitutivo também pode ser prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Requerimento nº 1907, de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando destaque para discussão e votação da emenda de sua autoria e demais apoiadores, ao Projeto de Lei nº 491/2003 - **Rejeitado.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, senhores deputados.

Estou encaminhando o destaque porque entendo que nós, parlamentares não podemos, em hipótese alguma, ficar contra os aposentados e pensionistas do Estado do Paraná. Até porque a minha emenda já previa essa ação e reação do governo, e eu contemplo, na emenda, todo o dispositivo contido no *caput* do artigo 1º, no artigo 2º da mensagem, ou seja, ela é auto-limitadora, nenhum aposentado ou pensionista poderá se valer deste benefício se ultrapassar os 100 kWh/mês/mês.

Eu tenho visto aqui na Assembléia, e nem poderia ser diferente, muitos parlamentares defendendo, intransigentemente, os aposentados deste Estado e veja só, eu, se posso legislar, não abro mão da minha prerrogativa, como legislador, delegando essa prerrogativa para um instrumento normativo a ser feito pela Companhia Paranaense de Energia Elétrica. Eu sou parlamentar e tenho certeza que todos nós aqui estamos imbuídos do mesmo espírito.

Vejam os senhores, eu pedi na quinta-feira algumas informações à Copel que até hoje não me passaram. Como é que vamos delegar à Copel para auto-disciplinar uma matéria que efetivamente ela, ao invés de receber a conta de energia imediatamente, do consumidor, vai receber uma compensação ou um pagamento através do Tesouro do Estado? Não terão interesse de aumentar ou ampliar o alcance social desta medida! Pelo contrário, o governador anuncia que não vai aplicar o reajuste do Governo Federal; a diretoria da Copel vai e aplica! O

governador do Paraná, dos Estados Unidos, - ele é do Paraná, foi conhecer o sistema elétrico do Texas e depois chegou à conclusão que o nosso sistema é mais perfeito, e a ministra não quis ir com ele. Mas isso não vem ao caso.

Bom, então eu apelo aos deputados, aos nobres colegas, para que todos nós sejamos a favor dos aposentados.

Pedi à Copel, na quinta-feira passada, qual o número total de consumidores de energia elétrica da Copel? Não me responderam ainda; vão nos responder, com certeza, quantos destes últimos consumidores estão inscritos nos programas Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, ou Vale-Gás, ou qualquer outro benefício social concedido na esfera federal. Em que consiste a tarifa social aplicada por essa empresa com fundamento em lei federal, quais são seus parâmetros condicionantes e efeitos. Também não me responderam. Quantos consumidores, unidades residenciais, de baixa renda, pagam tarifa barata por força da tarifa social? Também não responderam. Quantos são os benefícios pelo programa de gratuidade absoluta para consumidores até 30 kWh/mês/mês? Qual é o custo total do benefício e quem arca com esse valor?

Eu ouvi aqui, não me lembro bem, nobre presidente, o governo não colocou na mensagem o impacto fiscal, financeiro e orçamentário que isso vai trazer para o Estado do Paraná, mas queremos aprovar a mensagem porque queremos dar condições ao governador de cumprir a promessa. Ouvi alguém falando em 2 milhões de reais aproximadamente. Ora!

Se for isso, prestem atenção, senhores da imprensa e senhores deputados, estaremos diante do maior engodo eleitoral, porque a tarifa de isenção absoluta para quem consome 30 kWh/mês até onde me consta, custa aos cofres públicos do Estado do Paraná 2 milhões de reais! Nós estaremos trocando “alhos com bugalhos”. E essa demora na Copel em fornecer informações? Pelo que foi dito aqui por algum deputado da base do Governo, me faz antever que os aposentados não serão atendidos, que o consumidor, lá na ponta, o pobre trabalhador, vai continuar pagando a sua tarifa de energia elétrica, mesmo aqueles que consumirem até 100 kWh/mês. E o espírito da promessa contida na campanha de que: “Banho quente para o trabalhador e geladeira para que os trabalhadores possam acondimentar bem os seus produtos alimentares”, não terá passado simplesmente de uma promessa.

Eu como parlamentar não delego à Copel os instrumentos para que eles possam excluir os aposentados, e clamo aos deputados do Governo, aos deputados independentes e aos deputados da Oposição, para que também não venhamos a delegar essa prerrogativa que é nossa.

É muito simples, deputado Anibelli, o senhor, que é um defensor intransigente dos mais carentes desse Estado, é muito simples, aposentado e pensionista que consumir até 100 kWh/mês vai ser beneficiado por essa tarifa ou por essa isenção. Onde está o mal? Onde está o erro? Não há erro, não há mal! O mal é delegar à Copel,

porque, como quis a Copel aplicar a tarifa de energia elétrica e o governador, lá do Texas teve que desautorizar! Ele estava só viajando! O governador, mesmo estando fora do país, proibiu terminantemente o reajuste.

Então, não podemos delegar, e peço para que essa emenda para os nossos aposentados, que mantém a integridade do projeto, - nós redigimos 2 ou 3 vezes essa emenda - para que não feríssemos a mensagem original do governo.

Então clamo aos senhores em defesa dos aposentados do Estado do Paraná. Nada é mais auto-disciplinador do que os 100 kWh/mês para os consumidores de baixa renda. E como disse, são pobres, aposentados e pensionistas. E como eu disse, são pobres e marré marré, porque quem gasta 100 kWh/mês realmente é muito pobre no Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Em votação o pedido de destaque para a Emenda nº 06. Os deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão. **Aprovado o destaque.**

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Eu requero verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Os deputados que aprovam, queiram levantar-se.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu quero registrar aqui, apesar de a “Inês estar morta”, mas ela ressuscita pelos milagres da Assembléia, registrar os deputados que votaram a favor dos aposentados e pensionistas do Estado do Paraná pela isenção da cobrança da tarifa de energia elétrica, deputados: Durval Amaral, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Valdir Rossoni, Ademar Traiano, Chico Noroeste, Luciano Ducci, Luis Carlos Martins, Reni, Jocelito, Pastor Ailton, Ratinho Júnior e Barbosa Neto.

Muito obrigado aos deputados que nos acompanharam.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Deputados que são contrários, queiram levantar-se. Está **rejeitado** o requerimento de autoria do deputado Durval Amaral. Há o ditado que diz que cochilou o cachimbo cai, mas o Regimento, às vezes, traz cachimbo à boca de volta.

Tem que se mudar o Regimento.

Requerimento nº 1910, de autoria do deputado Elio Rusch, constante do expediente, solicitando destaque para discussão e votação da Emenda nº 07 ao Projeto de Lei nº 491/2003. **Rejeitado pelo autor.**

O SR. ELIO RUSCH (**Para Encaminhar**)

Presidente, eu acho que o relator, até por uma questão de coerência, acolheu a nossa emenda. Agora,

ficaria uma situação muito complicada se fôssemos votar destaque a favor dela.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Deputado Elio Rusch, nós temos um entendimento no sentido de aprovar o conteúdo da sua emenda. No entanto, a redação da sua emenda nós solicitamos que seja alterada para que possa ser aprovada.

Vou até consultar a Mesa.

O SR. ELIO RUSCH (**Pela Ordem**)

Presidente, eu solicito até, para que possamos entrar num entendimento, que fosse suspensa a Sessão.

O SR. PRESIDENTE (**Natário Stica**)

Está suspensa a Sessão por três minutos.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Já que houve o entendimento, vamos reiniciar a Sessão.

Peço ao 1º secretário, deputado Nereu Moura a gentileza para reiniciarmos o trabalho.

O SR. ELIO RUSCH (**Pela Ordem**)

Vamos levar a emenda com uma nova redação, conforme entendimento com a Liderança do Governo e vamos fazer chegar à Mesa, já. Substitui, tira fora as concessionárias e substitui pela Copel. Retiramos fora também a Portaria do DNAEE.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Então, da forma como V. Exa. está colocando, não há mais necessidade de se discutir a Emenda nº 7.

### (Tumulto no Plenário)

Conforme orientação aqui da nossa assessoria, as Emendas nºs 7 e 9, por receberem pareceres favoráveis, serão votadas com destaque.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Vou fazer uma solicitação ao deputado Elio Rusch, que transforme o seu projeto de emenda em projeto de lei, separado, assim como fez o deputado Luciano Ducci.

O SR. ELIO RUSCH

Para que nós possamos continuar com um bom entendimento com a Liderança do Governo e essa disposição do deputado Ângelo Vanhoni, até concordamos com ele.

Então, vamos submeter a voto o requerimento que pede destaque e vamos nos curvar diante da maioria, sem sombra de dúvida. Existe uma certa incoerência em relação ao parecer que foi proferido pelo relator, deputado José Maria.

Ele acolheu a emenda.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vai ser votado separadamente.

Foi acolhido pelo relator, tanto a nº 7 como a nº 9.

O SR. ELIO RUSCH

Eu retiro o destaque.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está retirado o requerimento de autoria do deputado Elio Rusch.

O SR. CHICO NOROESTE (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, na verdade a minha preocupação em apresentar essa emenda é exatamente no sentido de dar condições de o governador Roberto Requião cumprir a promessa que fez ainda quando era candidato, quando dizia, que para toda a população do Estado do Paraná cujo consumo fosse de até 100kWh/mês, todos estariam isentos do pagamento da tarifa de energia elétrica. Esse discurso do Roberto Requião foi repetido por inúmeras vezes. Inclusive na semana em que viajou para o Texas, também fez uma intervenção na Rede Globo, dizendo desse benefício para os paranaenses de baixa renda.

Até desconfio que o governador Roberto Requião não saiba na íntegra do conteúdo desse projeto que enviou para esta Casa de Leis, porque na forma como veio, é muito limitado. Acredito que dos 100%, que precisam desse benefício, nem 5% serão beneficiados. Apenas uma minoria. Ouvi a emenda apresentada pelo grande grupo que ameniza essa situação. Acredito que, mesmo aprovando a Emenda 09, que ameniza o problema, acho que ainda muitos da população serão frustrados.

Ainda nesse final de semana, andando pelos bairros de Foz do Iguaçu me perguntavam se era verdade que o governador Roberto Requião iria isentar mesmo a população cujo consumo fosse até 100 kWh/mês. Ele foi tão convincente na sua promessa, no que disse para a população, e digo: acredito que o governador Roberto Requião vai, sim, cumprir a sua promessa de campanha, aquilo que disse à população de Foz do Iguaçu.

Portanto, a nossa emenda é exatamente para colaborar, para dar condições no sentido de que o governador Roberto Requião, o qual nós estamos apoiando desde o segundo turno das eleições, apoiando aqui na Assembleia Legislativa, condições para que efetivamente ele possa cumprir mais essa promessa da tarifa de luz até os 100 kWh/mês, para a população de Foz do Iguaçu.

Diante do exposto, eu gostaria de pedir a compreensão de toda a base governista e também dos deputados da Oposição no sentido de que nos ajudem, aprovando esse destaque e, que nos ajudem, aprovando essa emenda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o Requerimento nº 1899, de autoria do deputado Chico Noroeste, constante do expediente,



solicitando destaque para discussão e votação da Emenda nº 08 ao Projeto de Lei nº 491/2003. **Rejeitado.**

Requerimento nº 1918-A, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente, solicitando votação em bloco das emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 491/2003, destacando-se as Emendas nºs 07 e 09. **Aprovado.**

Para encaminhar, deputado Jocelito Canto.

#### O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente, senhores deputados.

Gostaria de chamar a atenção desta Casa.

Eu fiz três emendas e foram desqualificadas pelo nosso nobre relator, deputado José Maria Ferreira. As emendas que eu fiz são exatamente o que contempla aquilo prometido pelo governador em campanha.

O governador Roberto Requião andou pelo Paraná inteiro, de Sudoeste a Oeste, de Norte a Sul, falou ao povo do Paraná um ano antes das eleições que se ele fosse o governador do Estado do Paraná, as pessoas mais pobres seriam beneficiadas.

O que eu quero alertar nesta tarde, aqui, é que não fiz nem destaque das emendas que apresentei, porque sei que o rolo compressor vai passar e não há interesse de aprovar as emendas que nós colocamos, que beneficiam, principalmente, os desempregados, também as pessoas portadoras de deficiência e o aposentado, porque tem pessoas lá em Ponta Grossa que não estão inclusas nesse projeto e não ficarão incluídas. Nessa forma não se cumpre o compromisso de campanha de S. Exa. o governador.

Deputado Ângelo Vanhoni, eu votarei a favor desse projeto da luz fraterna, para as pessoas mais humildes, mas acho que o governador não está cumprindo o que prometeu na campanha!

Eu queria mostrar aos senhores e pediria a atenção dos senhores deputados, porque o governador Roberto Requião, quando estava em campanha, em momento nenhum disse que daria energia para quem estivesse credenciado, cadastrado em projetos sociais do governo Fernando Henrique Cardoso, que já existiam. Em momento nenhum, em nenhuma entrevista na televisão, no rádio, no jornal, nem mesmo no seu plano de governo, escreveu S. Exa. o governador Roberto Requião, que iria condicionar os 100 kWh/mês de energia às pessoas que fazem parte daquele projeto especial.

Então, acho que o governador deixa de cumprir um compromisso de campanha e não vai atender aquele povo que ele preferencialmente chamou de pobre, aquele povo mais humilde, aquele povo que votou em massa no Requião, porque queria o Vale-Leite, que não chegou ainda.

Vou dar um exemplo, o governo do Estado fez publicidade, em Ponta Grossa, recentemente, que deve ter gastado em torno de trinta mil reais, das últimas inserções que fez. Com os trinta mil reais, daria para comprar pelo menos umas 10 ou 15 vaquinhas holandesas, lá da

colônia holandesa de Castro, e daria para ter colocado já nas regiões dos Campos Gerais; não colocou. O governador também prometeu que o leite seria, não estou brincando, deputado Neivo Beraldin, estou falando com seriedade. O governador disse, recentemente, que toda criança quando nascesse deveria receber um litro de leite.

Senhores, quantas crianças nasceram de janeiro até aqui e, não receberam um litro de leite? Quantas foram? Dr. Ducci, quantas crianças nascem no Paraná por dia? O senhor que é um especialista em saúde. Até aqui, quantas receberam leite? A mesma coisa é a energia elétrica. O governador não disse em momento nenhum e, eu vou votar favorável, deputado Ângelo Vanhoni.

Vou votar a favor desse projeto, porque se não dá para votar o compromisso do governador, vamos votar o que ele pode fazer. Mas, eu quero e preciso, por questão de honra, colocar nesta tribuna, o discurso do governador feito ao meu programa no rádio, para que os senhores escutem e vejam o que o Requião prometeu. Não fui eu que prometi; quem prometeu foi o governador Requião. Foi ele que disse que ia dar energia elétrica ao povo do Paraná. E esse projeto que está aí não contempla totalmente as pessoas mais humildes. Não vai contemplar o deficiente que não está no programa, o desempregado que não está no programa, e aquela pessoa que está desesperada neste momento. Então, senhor presidente, o que eu quero destacar aqui é que o governador está fazendo aquilo que nós chamamos de política do paliativo, está fazendo de conta que vai cumprir com o seu programa de governo. Isso eu gostaria de deixar bem claro.

Gostaria, agora, da atenção dos senhores deputados. Pediria que levantasse um pouquinho o som, que baixou aqui, porque quero que os deputados escutem o que o Requião prometeu no rádio, o que ele diz. Queria que os senhores prestassem atenção antes de votar e depois podemos até votar do jeito que o governador Requião quer, mas só gostaria que os senhores ouvissem a voz macia, a voz eleitoral, a voz dita pelo governador Roberto Requião, a voz melancólica, a voz da campanha que ele não dizia em momento nenhum que iria obrigar as pessoas a estar no programa do governo federal e olha, senhores, o governador Roberto Requião era senador da República, jamais poderia fazer uma promessa sendo senador.

Então, eu pediria a atenção dos senhores, pois vou colocar a entrevista do governador Roberto Requião. Isso é inédito na Assembléia, mas até o deputado Barbosa Neto já está fazendo. Nem que me chamem de “Juruna”, não tem problema.

#### (Deputado coloca a fita para os parlamentares ouvirem)

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Peço para que V. Exa. conclua o seu encaminhamento, já venceu o seu tempo.

O SR. JOCELITO CANTO

Eu acho, senhor presidente, que o tempo parou nos cinco minutos! Eu falei apenas cinco minutos!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O senhor falou quinze minutos!

O SR. JOCELITO CANTO

O tempo está marcando cinco minutos, me parece que o que determina o Regimento é dez! Peço mais cinco minutos!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. já falou mais dez minutos! Peço a sua compreensão. Apenas um minuto para concluir seu pronunciamento.

O SR. JOCELITO CANTO

Em nome da democracia, em nome do respeito aos demais deputados, prometo que vou encerrar.

Só gostaria de deixar esse registro aqui: vou votar a favor do projeto, deputado Vanhoni, porque não tem o que fazer! Outro dia o Álvaro Dias deu uma entrevista lá na rádio, rompeu o silêncio, disse que houve um estelionato eleitoral no Paraná e que foi o Requião quem fez. Quem disse não fui eu, foi o Álvaro Dias! Eu acho que o Álvaro Dias começa a ter razão, porque acabamos de ver aqui o governador do Paraná prometendo luz a todo mundo e eu vou, repito aqui, votar a favor do projeto do governo, para que ninguém diga que não votei aquilo que o governador está pedindo, mas quero deixar claro aqui que o que ele prometeu não é o que estamos votando hoje, votaremos do jeito que está, porque, se não dá para atender todo mundo, vamos atender o que dá, mas que a promessa de campanha não está sendo cumprida, não está!

O nosso líder hoje do Paraná, o senador Osmar Dias, um homem de respeito, homem de confiança desse Paraná inteiro tem dito que depois da eleição, caberia fazer o quê? Cobrar as promessas de campanha.

E eu estou só fazendo aqui o que aquele grande senador do Paraná está dizendo, estou cobrando os compromissos de campanha assumidos pelo governador. E torço que ele cumpra com o leite, que ainda não chegou em Ponta Grossa; que ele cumpra com a água, que não chegou em Ponta Grossa.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, já venceu. Se começarmos a trazer rádio, vamos adaptar uma televisão, videocassete e reprisar os programas dos radialistas, os deputados da televisão e não precisamos mais sessão legislativa. Vamos ser um apêndice do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Inclusive está havendo um equívoco dos senhores parlamentares. Não está se encaminhando o projeto e sim, V.Exa. o requerimento para votação em bloco.

Então, peço que V. Exa. conclua o seu pronunciamento.

O SR. JOCELITO CANTO

Estou encaminhando, senhor presidente, para todo mundo saber o que é verdade. Depois, nós vamos perder mesmo,

Eu só quero encaminhar aquilo que penso. Sou um deputado eleito pelo povo do Paraná, e acho que tenho o direito de dizer aquilo que penso.

Nós vamos levar uma bordoadinha aqui, governador Roberto Requião, que Deus lhe ajude, que continue fazendo as coisas boas para o Paraná, mas com esse projeto, não está cumprindo o que prometeu na campanha.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. RAFAEL GRECA (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, senhores deputados.

Nós não aceitamos que se diga que o senhor governador não está cumprindo com o que prometeu na campanha. Mesmo porque, quem tem ouvidos para ouvir, acabou de ouvir pela gravação transcrita ou transliterada pelo radialista deputado Jocelito Canto, o senhor governador dizer 100 kWh/mês de energia elétrica gratuita para os mais pobres. Os mais pobres são os reconhecidos abaixo da linha de pobreza, pelos programas sociais de pobreza e miserabilidade do Governo Federal.

Os mais pobres são os reconhecidos no cadastro de pobreza da Copel, do cadastro social da Copel. O ótimo é inimigo do bom. Claro que seria bom se esse Paraná tão rico, que as 15 hidrelétricas do sistema do Rio Iguaçu, de Itaipu generosa, da termoeletrica que aliás ninguém entendeu, que parece uma fábrica de gelo na Antártida, ali do lado do Rio Iguaçu, comprada pelo governo anterior, pudesse dar eletricidade. Aliás, eletricidade do desperdício, que sobra quando chove demais, de graça ao seu povo, mas não é possível fazer isso.

Então, o resto é demagogia. O sofisma também é demagógico. E o exercício do sofisma de tentar mostrar que o que é bom, o que é claro, o que é meridiano, que é 100 kWh/mês de energia gratuita para os mais pobres dentre os pobres. Que nós estamos votando em bloco, teria que ser melhor. Melhor se todos os aposentados ganhassem de graça, se a viúva do desembargador, do procurador e do conselheiro também ganhassem a energia de graça, se as cidades que não têm eletricidade da Copel, como Campo Largo ou Gurapuava, também tivessem energia de graça, o que equivaleria a dar eletricidade de graça para companhias particulares, como havia uma emenda sendo votada agora há pouco.

Isso é sofisma, é demagogia, e por isso estamos encaminhando a votação em bloco das emendas e vamos rejeitá-las, porque o Paraná tem pressa em ver os 100 kWh/mês de energia elétrica gratuita, dispensados aos mais pobres dentre os pobres.

Luz Fraterna! Parece nome de centro espírita. Aliás, era o nome do centro espírita do senhor Abib Isfer,

benemérito curitibano, avô do Marcos Isfer. “Luz Fraterna” depressa! Acessa, acessa em Curitiba!

“Luz Fraterna” também pode ser o nome de uma barraca na festa da Igreja da Ordem, que eu convido o Jocelito Canto a parar de falar e abrir na próxima semana, junto à Igreja de São Francisco, com a sua pressa que ele tem em ajudar os pobres.

“Luz Fraterna” é obrigação de todo prefeito, que não deve deixar seus funcionários sem pagamento, quando exerce um mandato. “Luz Fraterna” é obrigação de todos os que querem ser rápidos, rápidos em ajudar os pobres, em ascender luzes, em fazer o bem.

O Paraná tem pressa em ver esse governador prometendo aquilo que quis fazer já no tempo da campanha eleitoral. Foi por isso que eu o apoiei, e é por isso que tenho orgulho de estar aqui a defendê-lo. Vamos votar em bloco.

O SR. JOCELITO CANTO

Pela ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao deputado Jocelito que informe qual dispositivo quer utilizar.

O SR. JOCELITO CANTO

O deputado Rafael Greca me atacou, senhor presidente. O senhor tem que me permitir a me defender! Ele me atacou!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não atacou V. Exa.

O SR. JOCELITO CANTO

Só gostaria de dizer ao deputado Rafael Greca, que estou surpreso, em ver aqui o ex-chefe da Casa Civil do governo Jaime Lerner, o homem que gastou uma fortuna em publicidade, vir fazer aqui, discurso de luz, de fraternidade.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, desta maneira, estamos promovendo um circo aqui nesta Casa.

O SR. JOCELITO CANTO

... e que ainda quis vender o Paraná, quis vender a Copel e agora vem com esse discurso aqui.

O que é isso?

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Senhor presidente, V. Exa. suspenda a Sessão, por favor!

(**Tumulto no plenário**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para encaminhar, deputado Ribas Carli.

Peço a compreensão dos senhores deputados, que devem encaminhar o requerimento, não o Projeto. Tenho acompanhado o encaminhamento dos senhores parlamentares e eles estão fazendo o encaminhamento do projeto, que não está em discussão ou votação, mas está, sim, o requerimento formulado pelo deputado Vanhoni, de votação em bloco.

O SR. NATÁLIO STICA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente.

Estamos seguindo o Regimento, e enquanto eu presidia a Sessão, foi acordado que seria um orador favorável e um contrário. Portando, o deputado Ribas Carli fica prejudicado no seu encaminhamento.

O SR. JOCELITO CANTO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, prometo a V. Exa. que é a última vez pela ordem, e não falo mais hoje. Só vou dizer uma palavra: tem uma fita do Greca também, com o Requião elogiando-o... A hora que quiserem, eu ponho aqui.

O SR. RAFAEL GRECA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, daí eu vou dizer: você pode ouvir diversas vezes o Requião, e nunca é o mesmo sentido nas palavras que você ouve.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nós não estamos discutindo posições e declarações pessoais; estamos discutindo o requerimento apresentado pelo nobre deputado Ângelo Vanhoni.

Para encaminhar, deputado Ribas Carli, após o que está encerrado o encaminhamento, vamos em processo de votação.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Nós, na tarde de ontem e na tarde de hoje, pudemos discutir com profundidade um projeto encaminhado pelo Executivo, pelo senhor governador. Projeto que vai ao encontro do anseio da população mais pobre, mais sofrida deste Estado. E quando, senhor presidente, senhoras e senhores deputados, eu escuto com atenção o deputado Rafael Greca falar em sofismas, fazer colocações que na verdade o projeto vem para atender aqueles que mais precisam. Eu concordo!

Agora, nobre e ilustre deputado Rafael Greca, quando nós nos propusemos a discutir, a fazer encaminhamentos, a propor emendas, no sentido de aprimorar este projeto. Em nenhum momento teve aqui algum deputado que quisesse que a esposa viúva de um desembargador tivesse a sua “Luz Fraterna”, deputado Rafael Greca. Tenho certeza que a viúva de um magistrado ou de um jubilado, jamais vai gastar apenas 100 kWh/mês. Não, ela tem a sua geladeira, o seu freezer, o seu ar-condicionado, o sistema de aquecimento em casa e tudo isso o senhor, como engenheiro, como matemático, sabe que a

intensidade da corrente é muito grande quando se liga um aparelho que contém uma alta resistência.

Então, na verdade, quando nós fazemos uma emenda, senhores deputados, quando pedimos para que as pessoas possam ter acesso a esses 100 kWh/mês, os aposentados, é para facilitar a vida dessa gente.

Vejam agora o que o Governo Lula determinou, através do INSS: que as gestantes possam receber o auxílio-maternidade das empresas. As empresas pagam às suas funcionárias, para que elas não necessitem ir até as agências do INSS cumprir aquele ritual satânico, aquele ritual que machuca, que maltrata o cidadão na fila para receber o seu direito. Então, as empresas já vão pagar o auxílio-maternidade e depois irão descontar do recolhimento que terão que fazer.

Então, o que queremos é poder exercer na plenitude a nossa cidadania, sem precisarmos nos sujeitar ao burocrata de plantão da Copel que vai dizer: não, este cadastro está bom, e este não está. Porque, deputado Rafael Greca, eu que há tempos venho aqui, já apresentei projetos, já defendi principalmente a questão da Sanepar, sei o sofrimento do povo que tem direito à tarifa social da Sanepar e que os funcionários da Sanepar têm má-vontade em cadastrar essas pessoas, porque terá a sua receita diminuída.

Então, quando trabalhamos no sentido de apresentar essas emendas, é para dar maior volume a este projeto de grande alcance, de autoria do Executivo e de S. Exa. o governador do Estado. Nós queremos ajudá-lo, nós queremos melhorar este projeto e nunca, em nenhum momento, nós queremos que viúvas de desembargadores ou de milionários, tenham luz de graça. Nunca foi esse o pensamento, porque, é lógico que quem tem uma renda mais alta, tem um consumo maior e não vai se contentar apenas com os 100 kWh/mês.

Por isso nós encaminhamos as emendas dessa maneira, pedindo pela sensibilidade que cada um dos senhores tem, porque foi com sensibilidade que os senhores conseguiram chegar aqui, porque nenhum homem público chega a esta Casa se não tiver a sensibilidade de sentir o que o eleitor necessita e o que ele quer.

Desta forma, senhor presidente, o nosso encaminhamento é para que os deputados possam aprimorar este projeto, aprovando essas emendas.

Muito obrigado!

#### O SR. BARBOSA NETO (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu gostaria de fazer apenas uma colocação, já que enquanto jornalista, enquanto apresentador de televisão e radialista venho defender esta classe, porque faço parte de um veículo de comunicação e todos eles são concessões públicas e não deixamos de cumprir a nossa função social.

E, gostaria de dizer que, quando o poder político falha, quando a justiça tarda, são aos radialistas, aos jornalistas que aquelas pessoas lesadas recorrem e principalmente os jornalistas e radialistas populares, que têm o

condão, não de dourar a pílula com palavras elucubradas para mascarar a realidade, mas como arautos do povo, traduzindo o que há de ruim, principalmente para a nossa população.

Aliás, quem quiser ver, abra a Folha de São Paulo de hoje e veja as vultosas somas, astronômicas até, que foram gastas com publicidade de governo passado, inclusive até já estou concluindo, senhor presidente, que é bem a proposta disso tudo. O senhor deputado que disse agora há pouco, membro do governo passado, era um dos comandantes da tropa de choque, que tentou vender a Copel e peço ao senhor que não me interrompa, como o senhor fez deselegantemente na Sessão de ontem, quando eu ocupava a tribuna, porque eu gostaria de emitir a minha opinião, aqui.

Causa-me estranheza, como membro do Bloco Independente, ver as colocações dos deputados que fazem parte da base aliada do Governo, que ao invés de ampliar o Programa Luz Fraterna, pretendem restringi-lo a uma camada que não tem acesso - por causa da burocracia ou por causa da desinformação - a esse programa mínimo em que o governador gostaria de celebrar. Por isso fico ao lado do governador. Vamos ampliar esse projeto! A pessoa que está com a luz cortada, que está com o filho no descaminho, nas drogas, na prostituição, porque falta comida em casa, precisa desse projeto, não só desse como o da água e do leite, como bem lembrou ou recordou aqui o deputado Jocelito Canto.

Era só esse o refresco à memória que eu gostaria de fazer.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está encerrada a discussão.

Os senhores deputados que aprovam o requerimento do deputado Ângelo Vanhoni, pedindo a votação em bloco das emendas, com exceção da 09 e da 07, permaneçam como estão.

Aprovado.

#### O SR. RAFAEL GRECA

Senhor presidente, eu fui citado e quero a palavra, pela ordem.

(Assentimento)

Eu quero esclarecer que a matéria do jornal Folha de São Paulo, hoje, sobre a publicidade do governo anterior, diz respeito ao ano de 2002, quando eu já não era secretário da Comunicação Social do governo anterior; era o senhor Deonilson Rhodo, atual secretário do prefeito Cássio Taniguchi.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Ficam registradas as explicações de V. Exa.

Está em processo de votação.

Os deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

Está aprovado o requerimento.

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Os que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

Onze rejeitam.

Está **aprovado** o requerimento.

Requerimento nº 1014, de autoria do deputado Alexandre Curi, constante do expediente, solicitando prorrogação da presente Sessão Ordinária, pelo período de 02 (duas) horas. **Aprovado**.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Para encaminhar, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero alertar aos senhores parlamentares que, quando solicitarem Pela Ordem, o presidente poderá cassá-la, desde que o orador não indique o artigo do Regimento Interno que não está sendo obedecido na margem dos trabalhos.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, é para um comunicado urgente, para lembrar aos membros da CPI do Banestado, que amanhã, às dez horas, teremos uma sessão no plenarinho da Assembléia, onde vamos ouvir o HSBC Banco e o Banco Fator. Era essa a Questão de Ordem.

Se V. Exa. me permitir um adendo, eu recomendaria à Casa, que determine uma TV Assembléia, para que seja transmitido tudo ao vivo, as Sessões, aqui.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Estamos providenciando e até o final desse ano ou início do ano que vem, teremos a TV Assembléia do Paraná.

O SR. NEIVO BERALDIN

Parabéns, presidente.

O SR. MARCOS ISFER (**Pela Ordem**)

Eu gostaria de solicitar à Mesa desta Casa, que tão logo terminada essa votação, possamos apreciar um requerimento que pede inversão de pauta, porque ainda hoje teremos a CPI da Copel. Da mesma forma, eu gostaria de requerer à 1ª Secretaria desta Casa, que dispusesse, tanto ao Departamento de Segurança, quanto ao de Taquigrafia, condições para lanche e para continuar nesses trabalhos, uma vez que estamos nisso desde as nove horas da manhã, bem como fossem deferidas também as horas-extras desses servidores.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com toda a certeza, esta Mesa Executiva atenderá a solicitação de V. Exa.

Vamos votar as emendas um, quatro, cinco, seis, oito, com pareceres contrários do relator. Estão em discussão as emendas.

Quero alertar aos senhores parlamentares, que o encaminhamento às emendas não pode ser individual. O encaminhamento é em bloco.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, vou encaminhar parecer contrário à votação dessas emendas, e ao mesmo tempo parecer favorável à emenda nº09 que é a que será votada logo a seguir. Assim eu faço um encaminhamento só, há uma economia, como diz o governador Roberto Requião, processual, do ponto de vista da economia do discurso.

Acho que o governo do Estado está fazendo um dos maiores programas de melhoria de renda familiar, sobretudo para as famílias de baixa renda, no nosso Estado do Paraná. Quem consome 100 kWh/mês hoje paga R\$16,00, famílias de baixa renda. Se tivéssemos que aplicar os 25% que a legislação e que a Aneel autorizaram à Copel, esse percentual iria para quase R\$21,00 com o reajuste da tarifa.

Com este programa, nós vamos atingir cerca de 200.000 unidades no Estado do Paraná. Segundo as estimativas que a Copel tem e que o Governo do Estado levantou o volume de recursos que deverão ser depositados aos cofres da companhia - porque é o Estado que vai subsidiar este plano - é na ordem de 24 a 30 milhões de reais/ano.

Então com uma autorização como esta, nós vamos estar, na realidade, beneficiando perto de 700.000 pessoas no Estado do Paraná todo, ao custo de 30 milhões de reais em benefício para aquisição de energia elétrica, para luz na casa das pessoas.

Afora isso, fruto dessa discussão travada aqui na Assembléia o deputado Elio Rusch, acho que foi o primeiro a destacar, e salientou corretamente que o projeto que o governo mandou para a Assembléia, que é uma lei autorizatória, previa que aqueles critérios que estariam estabelecidos para serem regulados por esta lei seriam aqueles inclusos nos programas nacionais.

O que dizem os programas nacionais? Conforme a portaria e a legislação em vigor, diz que aqueles de baixa renda e de acordo com a legislação da Aneel, estariam cadastrados, ou no vale-gás, ou no bolsa-escola, ou no auxílio-alimentação, que poderiam receber daí o auxílio da energia elétrica.

Pois bem. Alertado para a limitação que estaria contida no projeto, o governador do Estado autorizou-me a proceder um debate aqui na Assembléia, para que retirássemos essa limitação imposta pela legislação federal e adequássemos, retirássemos a exigência da Portaria nº 219 do Ministério e incorporássemos, no corpo da lei, a seguinte expressão: "E ou aqueles que estiverem no programa social da Copel".

Perguntou-me o deputado Luciano Ducci, que fez uma emenda similar à do deputado Elio Rusch que colo-

cava como limitador o meio salário-mínimo como unidade *per capita* para a aferição da renda das famílias de baixa renda das famílias em estado de pobreza no nosso Estado do Paraná.

Ora, eu perguntei ao deputado Luciano Ducci se classificação, a nível nacional, se ele sabia qual era o valor estipulado para que seja aferida a bolsa-escola, o vale-gás, o auxílio-alimentação outorgado pelo governo federal conforme programas internacionais referendados pela ONU e pela Unesco? o deputado Luciano Ducci nos disse qual era o valor. Logo, se o governo do Estado está mantendo os critérios do vale-gás, está mantendo os critérios da legislação federal e está abrindo a possibilidade que outros critérios da Copel sejam inclusos, é lógico que outros critérios não serão aqueles que irão prejudicar ou limitar, mas sim, para estender ainda mais.

Qual é a preocupação do deputado Luciano Ducci? Ora, o bolsa-escola não está funcionando muito bem na cidade de Curitiba, que tem pessoas de baixa renda que consomem 100 kWh/mês e não podem ter o benefício porque não estão inscritas! Ora, com essa determinação, a Copel vai poder estabelecer o seu programa social e atender às famílias de baixa renda na cidade de Curitiba. Então, é com esse objetivo que apresentamos essa emenda.

E dizer ao deputado Durval Amaral, que fez a referência ao aposentado, V. Exa. tem uma emenda com o aposentado. No conjunto das emendas a gente pode fazer a seguinte argumentação: todo aposentado que for de baixa renda, que tiver a possibilidade de se inscrever nesse programa será inscrito, mesmo não estando inscrito nos programas nacionais, porque a Copel vai abrir um cadastro da Copel do ponto de vista das necessidades sociais, tendo como parâmetro aquilo que consideramos estado de pobreza. O Estado não tem condições de, simplesmente, para todas as pessoas no Estado do Paraná, fazer a isenção do consumo de energia elétrica. O deputado Rafael Greca talvez não tenha sido feliz na observação em relação à proposta do deputado Jocelito Canto, mas não podemos permitir às pessoas que tenham recursos, que tenham uma renda de mil, de mil e quinhentos, dois mil reais, possam fazer uso de um benefício que é para universalizar o atendimento para trazer dignidade aos mais pobres do Estado do Paraná. Este é o objetivo central da legislação.

Então, peço a compreensão dos senhores deputados. Estamos fazendo uma legislação mais ampla do que o governo pretendia, fruto da discussão da Assembleia Legislativa.

Argumentei ao deputado Luciano Ducci que tem um projeto meritório no que diz respeito à oxigenação dos doentes daquelas pessoas que têm necessidade de tratamento com oxigênio dentro de casa, que estão inscritos no SUS, mas temos que ter um limitador do ponto de vista das suas capacidades financeiras, porque senão, vamos abrir uma exceção para todos aqueles que tiverem qualquer doença e que possam ser tratados em casa,

como aqueles que porventura sejam acometidos de câncer, ou que tenham qualquer outro tipo de doença, mas que tenham renda familiar que possa garantir a sua sobrevivência, a sua subsistência. O projeto não é para atender esse tipo de realidade social. O projeto é para atender os mais pobres, as famílias de baixa renda do Estado do Paraná.

Com certeza o Estado do Paraná vai ganhar o maior programa de assistência às famílias carentes do nosso Estado. O deputado Jocelito Canto é na realidade um ingrato, porque o deputado sabe que o projeto do governador Roberto Requião é exatamente no sentido do que ele disse na rádio, está fazendo um programa para beneficiar as famílias de baixa renda com a energia elétrica. Está em curso já em 40 cidades do Estado do Paraná o projeto de auxílio ao leite.

Provavelmente nos próximos 10 dias devemos estar votando o projeto que vai trazer isenção para as famílias carentes da água e do esgoto do Estado do Paraná.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Em votação.

**O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar)**

Senhor presidente e senhores deputados.

Claro que temos sempre que respeitar o voto da maioria, que decidiu a votação em bloco das emendas e obviamente temos que respeitar essa decisão. Não entendo isso em hipótese alguma neste momento como um rolo compressor; até por amor à brevidade acredito que é interessante, mas tenho que registrar a minha preocupação que não é só com os aposentados, não é só com as pessoas com a renda mínima de meio salário mínimo. Não é só a preocupação com todos aqueles que gastam R\$16,00 por mês de energia elétrica, que, sinceramente ninguém me tira da cabeça, que nada é mais limitador do que R\$16,00 ou 100 kWh/mês. Não digo nem o pobre remediado, só o pobre de marré-marré gasta menos de 100 kWh/mês, gasta R\$16,00 de energia elétrica por mês. Esse é o grande fator limitador.

Vejam só, o governador - para cumprir aquela promessa que trouxe aqui o Jocelito - falou e decorou bem o seu programa, porque lá está escrito assim, são palavras do governador no programa: “água e luz de graça, 10m3 de água e 100kWh/mês, gratuitamente, às famílias mais pobres; água para beber e cozinhar”.

Fica bonito isso, energia para conservar alimentos numa geladeira e tomar um banho quente, as famílias com condições básicas de higiene não serão presas fáceis de doenças. Isso está no programa do governador, e ele repetiu isso no programa de rádio do Jocelito, repetiu na televisão, enfim, com esse discurso ele derrotou o Álvaro Dias, derrotou o Beto Richa.

Bom, mas o que me faz pensar, 30kWh/mês já existe, chama-se isenção absoluta, custa aos cofres públicos - isso me causa espécie, deputado Vanhoni, e me faz

ter a convicção que nada do que estamos fazendo aqui será mais do que um engodo, não mais eleitoral, mas um engodo do governo - pasmem os senhores, dois milhões de reais por mês à Copel, a isenção absoluta de 30 kWh/mês. O nobre líder do Governo reiteradamente aqui disse que esse programa de 100 kWh/mês limitado aos programas do Governo Federal, e agora ampliado com a possibilidade de cadastro social a ser aberto pela Copel, que no meu entendimento já é um bom avanço, me traz o relato de que o Governo vai gastar com isso dois milhões de reais/mês, de vinte e quatro a trinta milhões.

E aí a minha premissa é verdadeira, estaremos trocando um programa de isenção absoluta pelo programa Luz Fraterna, mas o povo pobre, miserável, pobre de marré-marré no Estado do Paraná, continuará pagando energia elétrica, mesmo aqueles que consumirem menos de 100 kWh/mês, porque eles não vão se enquadrar nos programas do Governo Federal e certamente, deputado José Maria, até pela ignorância e pela restrição que essas pessoas têm de acesso às informações, jamais conseguirão o benefício da Luz Fraterna.

Então, fica o meu registro, para que a posteridade possa trazer à memória, como ficará o registro da intervenção decretada pelo governador, no pedágio, quando aqui estávamos votando a encampação, o fim do pedágio que já foi tão prometido, do leite de graça que não chegou, os oitenta reais para a população mais pobre do Estado do Paraná. Estamos, infelizmente, quero estar errado, mas possivelmente diante de uma troca de nomes, de isenção absoluta para o Luz Fraterna, mas o povo do Paraná continuará pagando energia, principalmente os mais pobres deste Estado.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Estão em votação as Emendas 1, 4, 5, 6 e 8, com parecer contrário do deputado José Maria Ferreira.

Vamos votar as emendas em bloco.

Os senhores deputados que aprovam as emendas, permaneçam como estão.

**Aprovado.**

**O SR. ÂNGELO VANHONI**

Verificação de votação.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Senhores deputados que aprovam a emenda, queiram levantar-se.

**O SR. ELIO RUSCH (Para Justificar)**

Quero registrar os deputados que votaram a favor das emendas, procurando estender os benefícios para um maior número de pessoas para o Paraná: Valdir Rossoni, Durval Amaral, Ademar Traiano, Fernando Ribas Carli, Luiz Carlos Martins, Luciano Ducci, Chico Noroeste, Reni Pereira, Ratinho Júnior, Jocelito Canto, Renato Gaúcho, Barbosa Neto e mais este deputado que vos fala.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Deputados que rejeitam: 32.

**Rejeitadas** as emendas 01 a 06 e 08.

Vamos entrar agora na Emenda nº 7, com parecer favorável do relator José Maria Ferreira.

Está em discussão a emenda.

Deputados que aprovam: aprovada!

Verificação de votação. Os senhores deputados que aprovam a emenda, queiram levantar-se.

16 deputados aprovam; 28 deputados rejeitam.

**Está rejeitada a emenda.**

**O Sr. Augustinho Zucchi**

Senhor presidente, apenas para registrar uma abstenção do deputado Neivo Beraldin.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Está registrado!

Emenda nº 09, com parecer favorável.

Em votação. **Aprovada** por unanimidade.

**O projeto irá à terceira discussão**, amanhã, e nós vamos marcar também uma Sessão Extraordinária, logo após a Sessão normal, amanhã, para redação final do referido projeto.

**O SR. MARCOS ISFER (Pela Ordem)**

Senhor presidente, nós queremos a inversão de pauta, para que possamos dar continuidade aos trabalhos de CPI.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Vamos colocar o requerimento de V. Exa. em votação.

Em votação o Requerimento nº 1917, de autoria do deputado Marcos Isfer, constante do expediente, solicitando a inversão total da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado, vamos fazer a votação da discussão única do Projeto de Decreto Legislativo nº 050/2003. A votação será secreta. Os favoráveis à intervenção, votarão com a cédula SIM. Os contrários, com a cédula preta.

## **ITEM 12**

**DISCUSSÃO ÚNICA** - do Projeto de Decreto Legislativo nº 05/2003, de autoria da Comissão Executiva, que aprova intervenção do Estado no município de Nova Aurora, pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias. **PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXECUTIVA.**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 05/2003**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica aprovada a intervenção do Estado no município de Nova Aurora, pelo prazo de 120 (cento e

vinete) dias, com base no inciso III do artigo 35, da Constituição Federal e no inciso III do artigo 20 da Constituição Estadual.

Art. 2º - Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.09.2003.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

PARECER Nº 021/03-PG

Senhor Presidente:

Em cumprimento ao respeitável despacho por V. Exa. no verso do frontispício da Mensagem do Poder Executivo sob nº 022/2003, manifestamo-nos a seguir:

1. com a mensagem retro-mencionada encaminhada a esta Assembléia Legislativa, com fundamento no artigo 35, inciso III, da Constituição Federal e do artigo 20, inciso III e parágrafos 1º e 2º da Constituição Estadual, o Exmo. Sr. governador Roberto Requião, encaminha, em anexo, por cópia autêntica, o Decreto nº 1468, de 23 do mês em curso de "intervenção" do Estado no município de Nova Aurora, pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, a fim de que o interventor a ser nomeado providencie o cumprimento das determinações contidas na Resolução nº 1912, de 06 de maio de 2003, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

2. Os dispositivos constitucionais indicados autorizam a intervenção e prevêm o controle político sobre o ato interventivo, através da apreciação e aprovação do Plenário da manifestação da Comissão de Constituição e Justiça quanto ao seu aspecto constitucional, legal e jurídico (artigo 32, parágrafo 2º, inciso VI do Regimento Interno), no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

3. "Aprovada a intervenção o governador nomeará o interventor...", que por determinação imperiosa do inciso XIX, letra "b" do artigo 54 da Constituição do Estado, compete privativamente à Assembléia Legislativa aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública a escolha do interventor em município.

4. Entretanto, para o procedimento legislativo solicitado, por absoluta exigüidade de tempo, não reuniu condições de ser incluída na Ordem do Dia da última Sessão Ordinária da 15ª Legislatura, realizada no dia 25 de julho de 2003, data que a Assembléia entrou em recesso.

5. Tal circunstância, determina a Constituição Estadual que a Assembléia deverá ser convocada extraordinariamente, em 24 (vinte e quatro) horas (artigo 20, parágrafo 3º e artigo 61 parágrafo 4º, inciso II), pela urgência da matéria.

Pelo exemplo, essa Procuradoria-Geral sugere, S.M.J., que seja oficiado o Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, dando ciência dos justos motivos que impediram a apreciação da intervenção do Estado no município de Nova Aurora e da necessidade de convocação extraordinária da Assembléia Legislativa,

que poderá ser feita pelo senhor governador do Estado, nos termos do artigo 61, parágrafo 4º, inciso II da Constituição do Estado do Paraná:

Art. 61.....

§ 4º - A convocação extraordinária da Assembléia Legislativa poderá ser feita:

....

II -...pelo governador do Estado, em caso de urgência ou interesse público relevante.

É o parecer.

Curitiba, 26.06.2003.

(a) AYRTON COSTA LOYOLA

Procurador-Geral

Resolução nº 1912/2003

Protocolo nº 213040/2002

Origem:Tribunal de Contas do Estado do Paraná

Interessado: Município de Nova Aurora

Assunto: Auditoria

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná, nos termos do voto escrito do Relator, Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães,

## R E S O L V E :

Aprovar o Relatório de Auditoria Nº 05/2002, realizado pela Comissão designada pela Portaria nº 78-GP, de 30 de abril de 2002, e, em consequência:

I - Encaminhar a recomendação de intervenção no município de Nova Aurora, ao Exmo. Sr. governador do Estado, conforme artigo 20, III, e parágrafo 1º da Constituição Estadual e artigo 35, III da Constituição Federal.

II - Encaminhar cópias ao Ministério Público Federal e Estadual, para adoção das medidas legais que o caso comporta.

III - Dar ciência da decisão à Diretoria de Contas Municipais e à Diretoria Revisora de Contas, deste Tribunal, bem como, à Câmara Municipal de Nova Aurora, para conhecimento e adoção das medidas que entender necessárias.

Participaram da Sessão os conselheiros Rafael Iatauro, Nestor Batista, Artagão de Mattos Leão, Heinz George Herwig e Fernando Augusto Mello Guimarães, e o auditor Caio Marcio Nogueira Soares.

Presente a Procuradora do Estado junto a este Tribunal, Ângela Cássia Costaldello.

Sala das Sessões, em 06 de maio de 1003.

(a) HENRIQUE NAIGEBOREM

Presidente

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL Nº 140.898

4/01 DE CURITIBA - ÓRGÃO ESPECIAL

Agravante - Delmo Raul Passoni

Relator: Des. Celso Rotoli de Macedo

vistos.



Trata-se de Agravo Regimental interposto por Delmo Raul Passoni, em face da decisão que indeferiu liminar em Mandado de Segurança, por não vislumbrar na espécie, a situação prevista no artigo 7º, inciso II, da Lei nº 1.533/51.

A matéria a que versa o presente agravo, diz respeito à Resolução 1910/2003 do Tribunal de Contas do Paraná, recomendando intervenção estadual no município de Nova Aurora, na medida em que houve má aplicação de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef.

Alega o Agravante, que apresentou defesa perante o Tribunal de Contas do Estado, afirmando ter aplicado corretamente os recursos oriundos do Fundef, e que, inexistia a malversação de recursos públicos, que fora julgada improcedente, resultando na Resolução 1910/2003.

Depois de publicada a resolução, o Exmo. Sr. Governador do Estado, editou o decreto necessário à intervenção, enviando-o à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para que esta aprecie o pedido, nos termos do artigo 20, parágrafo 1º.

Aduz, estarem presentes os pressupostos para concessão da liminar, *periculum in mora e fumus boni iures*, afirmando, em síntese, ser nulo a decisão agravada por ausência de fundamentação, nula também o ato administrativo impugnado, em virtude da incompetência do agente público prolator e por ilegalidade, por ofensa ao artigo 35, inciso II, III da Constituição Federal, ineficácia da decretação da medida interventiva estadual e infringência aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Pugna, ao final, pelo acolhimento do Agravo Regimental, concedendo-se a liminar pleiteada, submetendo a julgamento, ao colendo Órgão Especial, para o fim de reformar a decisão agravada e conceder liminarmente a ordem de segurança almejada.

É o relatório.

Em sumária cognição, vislumbro da ocorrência de lesão grave ou de difícil reparação, acaso não seja concedido o efeito suspensivo-ativo a decisão de fl. 33.34 TJ, deferindo-se a liminar pretendida neste Agravo Regimental.

Com efeito, no caso sobre a mesa, versa a matéria fática controvertida, acerca da má aplicação de recursos disponibilizado pelo Fundef ao município de Nova Aurora, de denúncia por parte do Movimento de Ética e Cidadania daquela urbe, ao TCE, que por sua vez apresentou ao senhor governador recomendação à Intervenção Estadual no município - Resolução nº 1910/2003, editando Decreto Interventivo, aguardando ser apreciado pelo Legislativo Estadual.

Ocorre porém, de se questionar a competência do Tribunal de Contas Estadual, para julgar as contas apresentadas relativamente à aplicação da verba disponibilizada pelo Fundef, que *prima facie*, não se divisa ser do TCE. Neste sentido, imperioso ao momento, verificar a jurisprudência deste areópado, que assim decidiu:

“Pedido de providência Câmara Municipal Prefeito uso indevido de verbas oriundas do Fundef - recurso sujeito ao controle de órgãos federais incompetência absoluta do Tribunal Estadual competência da Justiça Federal, súmula 208 do Superior Tribunal de Justiça, Pedido Não conhecido - Remessa dos autos”.

(Acórdão nº 14.195 - 1ª Câmara Criminal, Rel. Des. Oto Luiz Sponholz, Julg. 04.04.2002).

Desta maneira, a Lei nº 9.424/96, que instituiu o Fundef, dispõe, nos artigos 5º e 12:

“Art. 5º - Os registros contábeis e os demonstrativos gerenciais, mensais e atualizados, relativos aos recursos repassados ou recebidos, à conta do fundo a que se refere o artigo 1º, ficarão, permanentemente, à disposição dos Conselhos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização, no âmbito do Estado, do Distrito Federal ou do Município, e dos órgãos federais, estaduais e municipais de controle interno e externo.

Art. 12 - O Ministério da Educação e do Desporto realizará avaliações periódicas dos resultados da aplicação desta lei, com vistas à adoção de medidas operacionais e de natureza político-educacional corretivas, devendo a primeira realizar-se dois anos após a promulgação”.

Portanto, parece, ao primeiro momento, que ao Ministério da Educação e Desporto cabe a avaliação dos resultados da aplicação da referida lei.

De outra banda informa a autoridade impetrada, à fl. 2.643, haver sido destinado no exercício financeiro de 1999, o valor de 58,60% do valor total de 60% determinado pelo artigo 60, parágrafo 5º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - CF/88, portanto, não guarda silogismo ao princípio constitucional da razoabilidade, a intervenção estadual no município, diante de tamanha proximidade nos valores levantados.

Neste diapasão, é visível a presença dos pressupostos autorizadores à concessão da liminar aspirada, o perigo da demora, concretiza-se na possibilidade de ser decretada a intervenção no município de Nova Aurora, pois afirma o Agravante, já haver sido expedido decreto interventivo, aguardando tão somente apreciação e aprovação na Assembléia Legislativa, o que, nos termos da Constituição Estadual, artigo 20, parágrafo 1º, tem 24 horas para manifestação.

De outro lado, *fumus boni iures*, encontra azo nas razões que motivam esta decisão, ante a relevância dos fundamentos do pedido.

Isto posto, concedo a liminar pretendida, suspendendo os efeitos da Resolução nº 1910/2003, suspendendo também, a execução da Intervenção Estadual no município de Nova Aurora, acaso tenha sido aprovado pela Assembléia Legislativa, e, se eventualmente ainda não tenha sido apreciado o Decreto Interventivo na Casa Legislativa, que o mesmo seja suspenso, sem que seja posto em deliberação.

Dê-se ciência com urgência desta decisão ao senhor presidente da Assembléia Legislativa do Estado

do Paraná, e ao senhor governador do Estado do Paraná, se necessário for, via fax.

Intimem-se os demais interessados. Isto feito, voltem os autos conclusos.

Curitiba, 11 de agosto de 2003.

(a) Des. CELSO ROTOLI DE MACEDO  
Relator

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para encaminhar, deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor Presidente, senhores deputados.

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná neste ano fez auditorias em algumas prefeituras. Primeiro, foi na cidade de Matinhos. Chegou à uma conclusão, por unanimidade dos conselheiros do Tribunal de Contas, que deveria enviar ao governador do Estado, a solicitação e o parecer, que a Assembléia autorizasse o Governo a proceder uma intervenção, diante da graves irregularidades cometidas na Prefeitura de Matinhos. Naquela oportunidade, analisamos o processo e autorizamos a intervenção. Posteriormente, o governador enviou o nome do intervenor. A Assembléia fez a arguição prevista na Constituição e posteriormente autorizou e determinou que o intervenor assumisse.

Novamente estamos diante de um fato parecido. Município de Nova Aurora - Oeste do Estado do Paraná.

Depois de exaustiva discussão e averiguação por parte do Tribunal de Contas do Estado, depois de um amplo processo de discussão com as autoridades, depois de uma ampla investigação, por unanimidade, os conselheiros do Tribunal de Contas resolvem encaminhar ao governador do Estado, como preceitua a Constituição do nosso Paraná, e encaminha à Assembléia Legislativa solicitação para intervenção naquele município. As irregularidades gravíssimas no que dizem respeito à condução das verbas, em relação à educação, verbas que deveriam ser destinadas para amparar as crianças no processo educacional, garantir a sua alimentação e a qualidade do processo educacional, não tiveram a sua condução legitimada pelo Tribunal de Contas do Estado.

Neste sentido, venho a esta Assembléia, na tarde de hoje, solicitar, em nome do governador Roberto Requião e em nome dos deputados que lhe dão sustentação no Poder Executivo, que acompanhem o parecer, não apenas exarado pelo Tribunal de Contas do nosso Estado, pois uma pendência jurídica foi travada também no Tribunal de Justiça.

O prefeito e as autoridades de Nova Aurora, ao recorrerem do pedido de intervenção daquele município, fizeram a análise também, foi submetido à análise no próprio Tribunal de Justiça que, por unanimidade, resolveu cassar a liminar concedida pelo desembargador Celso Rotoli, dando à Assembléia Legislativa e ao Governo do Estado a imperiosa tarefa de proceder à correção da

administração pública, em nome da coletividade daquele município.

Por isso, peço aos senhores deputados que acompanhem o parecer do Tribunal de Contas e aprovem o pedido de intervenção em Nova Aurora.

É com esta afirmação que vamos fazer com que cada prefeito tenha o cuidado ao gerir as finanças públicas de cada município. Peço apoio dos senhores deputados.

Muito obrigado!

O SR. NEIVO BERALDIN (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, senhores deputados.

Ouvi atentamente as palavras do líder do Governo, que me permitem dizer o seguinte: o próprio Tribunal de Contas do Estado do Paraná escreveu nos relatórios que remeteu a esta Casa, nos exercícios anteriores, que o governo do Estado nunca cumpriu a questão da rubrica do Fundef. Essa é uma constatação verdadeira.

A segunda constatação, que me parece lógica, é que estaríamos votando para afastar um prefeito sem que viessem as devidas justificativas na mensagem.

Terceiro: parece que o município de Nova Aurora tem uma Câmara de Vereadores eleita para julgar o Executivo Municipal. Evidentemente que é dado à Câmara de Vereadores o poder para pedir o afastamento do prefeito, ou até a cassação do seu mandato.

Não podemos permitir que se torne rotina nesta Casa o afastamento de alguns prefeitos, sobretudo de pequenos municípios do Paraná.

Jamais se viu uma manifestação aqui para o afastamento do prefeito de Londrina, nem de Curitiba, nem de Maringá ou de nenhuma cidade grande. Também jamais se viu aqui uma manifestação mais contundente no sentido de julgar com rigor a aplicação dos recursos determinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, sobretudo no que diz respeito ao Fundef, porque analisei todas as contas do governo passado, e nunca - podem buscar e rebuscar - jamais encontrarão o cumprimento legal por parte do governo em relação ao Fundef.

Portanto, considero bastante preocupante essa questão de, simplesmente, repassar à Assembléia Legislativa para que tome uma medida mais drástica Temos que valorizar o poder local. Temos que repassar ao Poder Legislativo Municipal de Nova Aurora, para que faça, em nome da população, a delegação que recebeu através das urnas.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação.

Encaminhou já o deputado Ângelo Vanhoni favoravelmente à intervenção e o deputado Neivo Beraldin contrário à intervenção.

O SR. ELTON CARLOS WELTER (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, esta Casa de Leis tem seu auxílio no Tribunal de Contas. Conselheiros do Tribunal de

Contas são indicados por esta Casa. A sociedade organizada, titulada Movimento pela Ética e Cidadania de Nova Aurora, protocolou sob nº 82.161/2001 no Tribunal de Contas, uma denúncia que apontava e que foi a decisão dos conselheiros, entre outras, as seguintes questões:

“Pagamento à empresas inexistentes... (Lê)”.

Senhor presidente, o Movimento pela Ética e Cidadania de Nova Aurora, com o acatamento por unanimidade do Tribunal de Contas, e cabe a nós fazermos essa votação, e também pela ética na política, para que não haja desvio de finalidade dos recursos que são específicos para serem aplicados na educação, no caso, os recursos do Fundef.

Gostaríamos que não houvesse impunidade nessas questões, quando são levantadas por entidades organizadas e que primam pelo bom andamento e pela boa empregabilidade do dinheiro público.

Por isso, pedimos que se vote pela intervenção do município de Nova Aurora. E também, naquela cidade não se tem maioria de vereadores. Por isso, a sociedade se organizou com esse movimento, que foi acatado pelo Tribunal de Contas. Aliás, vários recursos foram feitos e sempre foram indeferidos. Inclusive a última decisão, muito bem colocada pelo líder do Governo, que chegou ali e teve as duas defesas refutadas pelo Tribunal de Justiça.

Portanto, cabe a esta Casa fazer o julgamento devido e justo.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação.

Com a palavra o deputado Duílio Genari, após o que estão encerrado os encaminhamentos e passaremos à votação.

O SR. DUÍLIO GENARI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Venho a este microfone, a esta tribuna, dizer que conheço o prefeito de Nova Aurora; conheço a comunidade. O prefeito de Nova Aurora fez e está fazendo uma grande administração; adquiriu mais de setenta veículos e máquinas; só não adquiriu um carro próprio para ele. Está andando com um carro particular. O prefeito de Nova Aurora é um prefeito sério; tem sim, o apoio da maioria da Câmara de Vereadores.

Gostaria de registrar a presença dos vereadores; do presidente da Câmara, Wilson Pereira; do vice-presidente, Vilmar Luís Abate; do 1º secretário, Rogério Petronilo; do 2º secretário, Marino Sassi; do líder da Bancada, Manuel Evaristo Silva e ainda o prefeito Delmo, que se encontram aqui na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Eu acho que discutirmos as denúncias é importante, mas quero dizer que elas foram feitas, sim, pelo Tribunal de Contas, e todas elas estão sendo comprovadas que não houve desvio. Houve, sim, alguma aplicação

por parte do recurso do Fundef, aplicação a menos, a porcentagem. Então, venho pedir aos companheiros deputados da Assembleia Legislativa, para que votem, não para jamais cassar um prefeito que está fazendo uma administração boa, perfeita e acima de tudo, que tem hoje nas pesquisas 78% de aceitação na área de saúde, na área de educação, de moradia, mais de 80, 90%.

É um prefeito que estava sendo acusado, concorreu à reeleição e ganhou a Prefeitura. Por isso, peço com todo coração, que demos essa oportunidade ao prefeito Delmo, que é um homem sério, honesto, que eu conheço, vamos dar-lhe oportunidade para que termine aquela grande administração que está fazendo, e deixar o nosso povo alegre, contente pela nossa decisão de não-intervenção em Nova Aurora.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Peço aos nossos ilustres visitantes que não se manifestem. Nós acolhemos muito bem os nossos visitantes, queremos sempre recebê-los, mas não vamos admitir qualquer manifestação, de qualquer natureza.

Solicito ao deputado Nereu Moura que proceda à chamada dos senhores deputados para votação. Peço a compreensão dos senhores deputados para que deixem a passagem de votação totalmente isolada para que os deputados manifestem livremente a sua posição.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)

(**Procede à chamada nominados senhores deputados para votação**).

Compareceram quarenta e nove deputados, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nomeio como escrutinadores os deputados Anibelli, Duílio e o deputado Elton.

O SR. RENI PEREIRA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu gostaria de registrar a presença nesta Casa, do vereador de Foz do Iguaçu e ex-presidente daquele Poder Legislativo, vereador Dilton Vitorassi.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrada a presença do ilustre visitante.

A favor da intervenção: dezenove votos.

Contra a intervenção: trinta votos.

Está **rejeitada** a intervenção.

## ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 303/2003, de autoria do deputado Durval Amaral, que denomina a Escola do Conjunto Habitacional José Giordano, em Londrina, de Escola Estadual Professora Roseli Piotto Roehrig. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ no DA nº 039/2003, de 27/05/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 303/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 303/2003, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, tem por desígnio denominar a Escola do Conjunto Habitacional José Giordano, de Escola Estadual Professora Roseli Piotto Roehrig.

Primeiramente, cabe ressaltar que a denominação presentemente empregada “Escola Conjunto Habitacional José Giordano” contém caráter meramente indicativo, não possuindo o condão de nomear de maneira formal o ateneu elucidado alhures.

Deve-se mencionar ainda que o caso em tela não se configura como sendo de alteração de nome de estabelecimento, tendo em vista que, como acima pautado, esta escola estadual ainda não possui nome formalizado, não podendo então ser enquadrada tal situação no mandamento da Secretaria de Estado da Educação, como proposto.

Cabe ressaltar que, no que concerne ao Projeto de Lei nº 303/2003, não encontra este parlamentar nenhum óbice para sua transformação em lei positiva, manifestando-se, por conseguinte, de modo favorável, sobre a constitucionalidade e oportunidade da matéria.

Sala das Comissões, em 26.08.2003.

(a) MARCOS ISFER

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 303/2003

P A R E C E R :

Para análise desta Comissão, o Projeto de Lei nº 303/2003, de autoria do deputado Durval Amaral, denomina a Escola Conjunto Habitacional José Giordano, em Londrina, de Escola Estadual Professora Roseli Piotto Roehrig”.

Pretende o autor homenagear a cidadão pelos relevantes serviços que prestou à educação e à cidadania, em Londrina.

Na forma da Resolução 03/98 do Conselho Estadual da Educação, é competência do Conselho Estadual da Educação deliberar sobre a nomenclatura dos estabelecimentos de ensino.

Para que não se alegue afronta à Resolução 03/98 do Conselho Estadual da Educação, transforme-se o presente projeto de lei em proposta de indicação.

Ao adotar-se esse procedimento, o autor presta sua homenagem à dedicada educadora e não invade a competência do Órgão Normatizador do Sistema - Conselho Estadual da Educação.

Encaminhe-se a proposição à Diretoria Legislativa para que tome as providências necessárias à sua transformação em Indicação.

Não há óbices à tramitação da proposição na forma de Indicação.

É o parecer, acatando o parecer do deputado Marcos Isfer.

Sala das Comissões, em 26.08.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

TADEU VENERI - Relator

**ITEM 10**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 298/2003, de autoria do deputado Natálio Stica, que declara de Utilidade Pública a Fundação Cultural Siqueirense, com sede e foro no município de Siqueira Campos. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ no DA nº 039/2003, de 27/05/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 298/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, autoria do deputado Natálio Stica, declara de Utilidade Pública a Fundação Cultural Siqueirense, com sede e foro no município de Siqueira Campos.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 26.08.2003.

(aa) HERMAS FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 09**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 260/2003, de autoria do deputado Renato Gaúcho, que veda discriminação na circulação de serviços em condomínios residenciais e/ou comerciais no Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDHC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 032/2003, de 13.05.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 260/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 260/2003 de autoria do senhor deputado Renato Gaúcho tem por desígnio vedar a discriminação na circulação de serviços em condomínios residenciais e/ou comerciais no Estado do Paraná.

A sustentação para o deferimento do projeto de lei alhures, ressalta que inúmeros funcionários de condomínio residenciais e comerciais vêm sendo discriminado, mais especificamente quando são tolhidos de circular por determinadas dependências nos locais onde trabalha. Desta forma, embasado no artigo 5º *caput* da Constituição Federal, deve-se aclarar que nenhum obstáculo encontra em nosso sistema jurídico.

Diante da situação ora gizada, este parlamentar manifesta-se de modo favorável em vista da constitucionalidade e oportunidade da matéria, fazendo fulgurar que se segue o procedimento apropriado para tal intento.

Vale articular, que, não adentrando ao mérito do projeto de lei, nada observa este parlamentar que, neste instante, possa impedir a normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 24.06.2003.  
(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS  
E DA CIDADANIA  
PROJETO DE LEI Nº 260/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 260/2003, de autoria do deputado Renato Gaúcho, visa vetar a discriminação na circulação de serviços em condomínio residenciais e ou comerciais no Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar, tendo em vista que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, cremos que além de penas previstas em lei maiores, com multa o efeito será imediato, diminuindo as pressões sobre os denominados empregados domésticos.

Assim somos de parecer favorável.  
Sala das Comissões, em 19.08.2003.  
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
NELSON GARCIA - Relator

**ITEM 08**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 189/2003, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que dispõe sobre atendimento prioritário a idosos nas condições que especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CDHC. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 016/2003, de 08.04.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 189/2003

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria da senhora deputada Luciana Rafagnin, tem por finalidade dispor sobre atendimento prioritário a idosos nas condições que especifica.

Chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei na forma da emenda supressiva.

Sala das Comissões, em 06.05.2003.  
(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DOUTOR LUCIANO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUPRESSIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 189/2003

Fica suprimido o artigo 4º do Projeto de Lei nº 189/2003 que dispõe sobre atendimento prioritário a idosos.

Sala das Comissões, em 06.05.2003.  
(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DOUTOR LUCIANO - Relator  
Apoiamento:  
Nelson Justus e Elton Carlos Weber

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 189/2003

P A R E C E R :

O presente plano de lei, de autoria da senhora deputada Luciana Rafagnin, tem por objetivo dispor sobre atendimento prioritário a idosos nas condições que especifica.

Tal propositura já foi analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça que exarou parecer favorável, com emenda supressiva.

Esta Comissão de Finanças chamada a opinar, conforme preceitua o parágrafo 3º, do artigo 3º do Regimento Interno, verificou que o projeto em questão consulta aos interesses da comunidade.

Pelo exposto, nosso parecer é favorável ao projeto em tela, opinando-se pelo seu encaminhamento ao Plenário.

Sala das Comissões, em 28.05.2003.  
(aa) ELIO RUSCH - Presidente  
ANDRÉ VARGAS - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS  
E DA CIDADANIA  
PROJETO DE LEI Nº 189/2003

P A R E C E R :

O projeto de lei, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, dispõe sobre o atendimento prioritário a idosos com idade igual ou superior a 60 anos.

Tal proposição visa proporcionar aos idosos a prioridade no atendimento nos órgãos públicos e comerciais do Estado do Paraná.

**Fundamentação**

A Comissão de Constituição e Justiça exarou parecer favorável ao projeto em tela, suprimindo seu artigo 4º e a Comissão de Finanças também deu parecer favorável.

Instada a opinar, a Comissão Direitos Humanos não encontrou nenhum óbice à sua regular tramitação, por tratar-se de uma proposição de grande mérito para a população idosa.

**Conclusão**

Sendo assim, a Comissão Direitos Humanos apresenta parecer favorável ao projeto de lei na forma apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 26.08.2003.  
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
PADRE PAULO CAMPOS - Relator

#### ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 188/2003, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que dispõe sobre atendimento prioritário a portadores de deficiência nas condições que especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CDHC. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 016/2003, de 08.04.2003).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 188/2003

##### P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria da senhora deputada Luciana Rafagnin, tem por finalidade dispor sobre atendimento prioritário aos portadores de deficiência nas condições que especifica.

Chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei na forma da emenda supressiva.

Sala das Comissões, em 06.05.2003.  
(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DOUTOR LUCIANO - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 188/2003

Fica suprimido o artigo 4º do Projeto de Lei nº 188/2003 que dispõe sobre atendimento prioritário aos portadores de deficiência.

Sala das Comissões, em 06.05.2003.  
(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DOUTOR LUCIANO - Relator

Apoiamento:

Nelson Justus, Elton Carlos Welter.

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 188/2003

##### P A R E C E R :

##### Relatório

O presente Projeto de Lei nº 188/2003, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, dispõe sobre atendimento prioritário aos portadores de deficiência nas condições que especifica.

##### Fundamentação

Quanto ao aspecto constitucional e legal da matéria objeto deste parecer, a Comissão de Constituição e

Justiça posicionou-se favoravelmente, por não encontrar nenhum óbice para sua tramitação.

Chamada esta Comissão a se manifestar, conforme dispõe o parágrafo 3º do artigo 33, do Regimento Interno, por se tratar de uma reivindicação de todos os portadores de deficiência e de suas respectivas famílias, encontra méritos na presente proposição.

##### Conclusão

Assim sendo, somos pelo parecer favorável à aprovação do projeto de lei em tela.

Sala das Comissões, em 28.05.2003.  
(aa) ELIO RUSCH - Presidente  
VANDERLEI IENSEN - Relator

#### COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

#### PROJETO DE LEI Nº 188/2003

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, dispõe sobre o atendimento prioritário aos portadores de deficiências, no âmbito do Estado do Paraná, em órgãos públicos e estabelecimentos comerciais.

Tal proposição visa proporcionar aos portadores de deficiência, tratamento prioritário no atendimento e na consecução de todas as diligências ou atos necessários aos seus legítimos interesses.

##### Fundamentação

A Comissão de Constituição e Justiça exarou parecer favorável ao projeto em tela, suprimindo seu artigo 4º e a Comissão de Finanças também deu parecer favorável.

Instada a opinar, a Comissão Direitos Humanos não encontrou nenhum óbice à sua regular tramitação, por tratar-se de uma reivindicação dos portadores de deficiência.

##### Conclusão

Sendo assim, a Comissão Direitos Humanos apresenta parecer favorável ao projeto de lei na forma apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 1926- Presidente  
PADRE PAULO CAMPOS - Relator

#### ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 184/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Tomazina, com sede e foro no município de Tomazina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 016/2003, de 08/04/2003).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 184/2003

##### P A R E C E R :

O projeto de lei em tela, de autoria do deputado Hermas Brandão, declara de Utilidade Pública a Associa-

ção de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae de Tomazina, com sede e foro no município de Tomazina.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala da Comissão, em 26.08.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

#### ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 164/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Salto do Itararé - Apae, com sede e foro na cidade de Salto do Itararé. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 013/2003, de 01/04/2003).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 164/2003

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do deputado Hermas Brandão, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae de Salto do Itararé, com sede no município de Salto do Itararé e foro no município de Siqueira Campos.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas,

É o parecer.

Sala da Comissão, em 26.08.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 164/2003

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação e Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae de Salto do Itararé, com sede no município de Salto do Itararé e foro no município de Siqueira Campos.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 26.08.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

#### ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 163/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano, que proíbe a discrimina-

ção aos portadores do vírus HIV ou às pessoas com AIDS e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CSP E CDHC. COM EMENDAS SUBSTITUTIVAS DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 012/2003, de 31/03/2003).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 163/2003

##### P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do deputado Doutor Luciano, tem por finalidade proibir a discriminação aos portadores de vírus HIV ou às pessoas com AIDS e dá outras providências.

Chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei na forma do substitutivo geral.

Sala da Comissão, em 06.05.2003.

(a) HERMES FONSECA - Presidente e Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 163/2003

Art. 1º - É vedada qualquer forma de discriminação aos portadores do vírus HIV ou a pessoas com AIDS.

Art. 2º - Para efeito desta lei, considera-se discriminação aos portadores do vírus HIV ou às pessoas com AIDS:

I - solicitar exames para a detecção do vírus HIV ou da AIDS para inscrição em concurso ou seleção para ingresso no serviço público;

II - segregar os portadores do vírus HIV ou as pessoas com AIDS no ambiente de trabalho;

III - divulgar, por quaisquer meios, informações ou boatos que degradem a imagem social do portador do vírus HIV ou de pessoas com AIDS, sua família, grupo étnico ou social a que pertença;

IV - impedir o ingresso ou a permanência no serviço público de suspeito ou confirmado portador do vírus HIV ou pessoas com AIDS, em razão desta condição;

V - impedir a permanência do portador do vírus HIV no local de trabalho por este motivo;

VI - recusar ou retardar o atendimento, a realização de exames ou qualquer procedimento médico ao portador do vírus HIV ou pessoa com AIDS a informar sobre a sua condição a funcionários hierarquicamente superiores.

Art. 3º - A solicitação de qualquer exame relacionado à detecção do vírus HIV ou da AIDS deverá ser procedida de esclarecimento sobre seu tipo e finalidade, sendo obrigatório o consentimento do interessado.

Art. 4º - O médico do trabalho, da empresa médica contratada ou membro de equipe de saúde, com base em

critérios clínicos e epidemiológicos, deverá promover ações destinadas ao trabalho diagnosticado como portador do vírus HIV ou com AIDS, visando:

I - adequar suas funções e eventuais condições de saúde;

II - se essa medida não for possível, mudar sua atividade, função ou setor, evitando a segregação, proibida no artigo 2º, inciso II desta lei.

Art. 5º - É proibido impedir o ingresso, a matrícula ou a inscrição de portadores do vírus HIV ou pessoa com AIDS em creches, escolas, centros esportivos ou culturais, programas, cursos e demais equipamentos de uso coletivo, todos públicos, em razão desta condição.

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará esta lei após sua promulgação.

Art. 7º - As Empresas Públicas ou Entes de Direito Público que infringirem esta lei serão punidas com multa de 10.000 (dez mil) vezes o valor nominal da Unidade Fiscal do Estado do Paraná, em vigência.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 06.05.2003.

(a) HERMES FONSECA - Presidente e Relator  
Apoioamento:

Elton Carlos Welter.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 163/2003

P A R E C E R :

**Relatório**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre deputado Doutor Luciano, tem por objetivo proibir a discriminação aos portadores de vírus HIV ou às pessoas com AIDS e dá outras providências.

**Fundamentação**

A proposição já recebeu análise da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável na forma de Substitutivo Geral.

Chamada a opinar a Comissão de Saúde Pública acompanha o pensamento do legislador de que a sociedade e o Estado têm o dever de assegurar a inclusão social das pessoas portadoras do vírus HIV e das pessoas que vivem com AIDS, considerando que a solidariedade e o combate à discriminação é a fórmula de que dispomos para minimizar o sofrimento destas pessoas.

**Conclusão**

Sendo assim, a Comissão de Saúde Pública apresenta parecer favorável ao projeto de lei em tela, na forma do Substitutivo Geral da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 04.06.2003.

(aa) DOUTOR LUCIANO - Presidente  
ALEXANDRER CURI - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS  
E CIDADANIA  
PROJETO DE LEI Nº 163/2003

P A R E C E R :

**Relatório**

O Projeto de Lei nº 163/2003 tem o nobre objetivo de combater a discriminação aos portadores de HIV e aqueles que já desenvolveram a doença por ele causado.

**Fundamentação**

O efeito mais devastador que a própria doença em si é o efeito devastador da discriminação e da exclusão social que ela causa em se tratando do vírus HIV. É dever do Estado combater sistematicamente qualquer prática que venha agravar o sofrimento de quem é portador do vírus HIV.

**Conclusão**

Destarte, somos de parecer integralmente favorável à sua aprovação, na forma do Substitutivo Geral da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 04.06.2003.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
BARBOSA NETO - Relator

**ITEM 03**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 103/2003, de autoria do deputado Tadeu Veneri, que dispõe sobre o combate ao racismo no Estado do Paraná e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CECE E CDHC. COM EMENDA DA CECE. **Aprovado. (Publ. no DA nº 005/2003, de 11/03/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 103//2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 103/2003, de autoria do deputado Tadeu Veneri, dispõe sobre o combate ao racismo no Estado do Paraná e dá outras providências.

Fiado no preceito constitucional do artigo 5º, inciso XLI e XLII, da Constituição Federal, que determina o tratamento isonômico dispensado aos cidadãos brasileiros, sem que haja distinção de qualquer natureza, de modo que a garantia da inviolabilidade do direito à vida, à igualdade, à segurança, e à propriedade esteja resguardada de forma ampla e irrestrita, posiciono-me favorável à aprovação do presente projeto.

Sala da Comissão, em 25.03.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E ESPORTES  
PROJETO DE LEI Nº 103/2003

P A R E C E R :

Dispõe sobre o combate ao racismo no Estado do Paraná e dá outras providências.



Em que pese o brilhantismo e a louvável intenção do digno e honrado deputado, alardeamos com o devido respeito que o item V, do parágrafo único, do artigo 1º, do projeto de lei em comento, enquina-se, s.m.j., de algumas inconstitucionalidades.

Antes de mais nada deixamos registrado nosso profundo repúdio e intolerância a qualquer tipo de discriminação. O referido item determina o cancelamento da licença de funcionamento do estabelecimento que praticar ato de racismo.

Não parece justo e é exacerbada demais essa punição. Primeiro a Carta Magna e a Lei nº 7.716/89, já cuidaram de punir com rigor o infrator pela prática de discriminação racial. Criar mais dispositivo que agravam a pena não é o melhor caminho para diminuir a incidência dessa nefasta prática discriminatória.

Mais a mais, fechar um estabelecimento comercial, certamente esbarraria em preceitos constitucionais das garantias dos cidadãos. Seria pôr à mercê da sorte os demais sócios do estabelecimento que veriam esse fechado pela prática desse crime por um de seus sócios ou por um de seus funcionários. Seria deixar outros funcionários inocentes padecerem por falta de salários e o erário público deixar de tributar e conseqüentemente arrecadar diante dessa medida.

Não é demais recordar o preceito constitucional esculpido no artigo 5º, XLV da novel Carta Magna, de que “nenhuma pena passará da pessoa do condenado...”.

Essa é a lição que se deduz da legislação penal, em seu artigo 13: “... o resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa...”.

Esse é o parecer.

Pela aprovação, mediante a suspensão do item V, do parágrafo único, do artigo 1º do Projeto de Lei nº 103/2003, conforme emenda supressiva, em anexo.

Sala das Comissões, em 30.04.2003.

(aa) TADEU VENERI - Presidente  
RAFAEL GRECA - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E ESPORTES  
EMENDA SUPRESSIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 103/2003

Emenda Supressiva ao item V, do parágrafo único, do artigo 1º, do Projeto de Lei nº 103/2003, de autoria do deputado Tadeu Veneri, que dispõe sobre o combate ao racismo no Estado do Paraná.

Item V: “o cancelamento, mediante processo administrativo sumário, sem prejuízo de outras sanções legais, de alvará de funcionamento do estabelecimento privado, franqueado ao público, que cometer ato de discriminação racial, salvaguardando os direitos dos trabalhadores;”...

Sala das Comissões, em 07.04.2003.

(aa) TADEU VENERI - Presidente  
RAFAEL GRECA - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS  
E CIDADANIA  
PROJETO DE LEI Nº 103/2003

P A R E C E R :

De autoria do deputado Tadeu Veneri, o projeto em epígrafe tem por finalidade assegurar meios eficazes que visem a coibir a prática de racismo no Estado.

A Constituição Federal, no artigo 3º, inciso IV, consigna como objetivo fundamental da República Federativa do Brasil, promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. E, no artigo 5º, inciso XLII, estabelece que a prática de racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

Para dar efetividade a esses preceitos, foi editada inicialmente a Lei Federal nº 7.616, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes e estabelece as penalidades aplicáveis aos atos discriminatórios ou de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Posteriormente, foi editada a Lei Federal nº 8.081, de 21 de setembro de 1990, que estabelece as penas aplicáveis aos mesmos crimes quando praticados pelos meios de comunicação ou por publicação de qualquer natureza.

Não obstante a existência dessas leis federais estabelecendo penalidades para os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor, entendemos de extrema importância a adoção de medidas, no âmbito estadual, que não só combatam a prática do racismo, como também valorizem a comunidade negra, dando condições efetivas para a sua participação em todos os segmentos da sociedade.

A análise do presente projeto evidencia que as medidas ali propostas têm esse objetivo.

Por esse motivo, manifestamo-nos pela aprovação do presente projeto com a emenda proposta pela Comissão de Educação, Cultura e Esportes para a supressão do inciso V do artigo 1º do projeto. Além das razões apresentadas por aquela Comissão, há que se considerar que o cancelamento de alvará de funcionamento de estabelecimento privado é matéria afeta à competência legislativa do município, que goza de autonomia para disciplinar as posturas municipais (artigo 17, inciso I, da Constituição Estadual, em conformidade com o artigo 30, I, da Constituição Federal).

Sala das Comissões, em 27.05.2003.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
ELZA CORREIA - Relator

**ITEM 02**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 032/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado do Paraná, com sede e foro nesta Capital. COM

**PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 001/2003, de 18/02/2003).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI Nº 032//2003**

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei em tela, de autoria do deputado Hermas Brandão, declara de Utilidade Pública a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado do Paraná, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala da Comissão, em 26.08.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Sobre a mesa, Requerimento nº 1879, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1880, de autoria do deputado Doutor Luciano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1881, de autoria do deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1897, de autoria do deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 1883, de autoria do deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1893, de autoria do deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimentos nºs 1885, 1886 e 1887, de autoria do deputado Ratinho Júnior, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1896, de autoria do deputado Ratinho Júnior, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimentos nºs 1888 e 1903, de autoria do deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1890, de autoria do deputado André Vargas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1898, de autoria do deputado Natálio Stica, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1900, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1901, de autoria do deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1902, de autoria do deputado Delegado Bradock, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1904, de autoria do deputado Barbosa Neto, Jocelito Canto, Reni Pereira, Ratinho Júnior e Doutor Luciano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1905, de autoria do deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1911, de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1894, de autoria do deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1895, de autoria do deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1918, de autoria do deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 03, à hora regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 030, 031, 320, 361 e 367/2003.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 491/2003.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 032, 103, 163, 164, 173, 184, 188, 189, 260 e 298/2003.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 295 e 429/2003.

Levanta-se a Sessão.

**Atos da Comissão Executiva:**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 140/2003**

I - exonerar, a pedido MICHELLE CRISTINA BERTI, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do

gabinete do deputado Barbosa Neto, a partir de 1º de março de 2003.

II - prover, LUCIANA CECILIA DA COSTA ABI SAAB, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Barbosa Neto, a partir de 1º de março de 2003.

(Prot. nº 1533, de 11.03.2003).

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 141/2003

I - exonerar, a pedido NORMA SUELI CORREA DE PAULA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Caíto Quintana, a partir de 1º de março de 2003.

II - prover, CAUE ANDRE RIGAMONTI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Caíto Quintana, a partir de 1º de março de 2003.

(Prot. nº 1628, de 12.03.2003).

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 142/2003

Prover, CRISTIANE JUK, para exercer o cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Pedro Ivo, a partir de 1º de março de 2003.

(Prot. nº 1684, de 12.03.2003).

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 143/2003

Prover, MARA ALICE GONÇALVES, para exercer o cargo em Comissão, junto ao gabinete da deputada Elza Correia, a partir de 1º de março de 2003.

(Prot. nº 1717, de 13.03.2003).

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 144/2003

I - prover, ELISANDRO LUIZ FANTON, para exercer o cargo de Comissão DAS-5, do gabinete da Liderança do PTB, a partir de 01 de fevereiro de 2003, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Artigo 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

II - exonerar, a pedido, ALFREDO ARAUJO NETO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Nelson Justus, a partir de 1º de março de 2003.

III - prover, LUANA NICOLE ARAUJO, para exercer o cargo de Comissão 1GP-1, do gabinete do deputado Nelson Justus, a partir de 01 de março de 2003;

IV - exonerar, a pedido, ADEMAR ANTONIO SANTIN, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-5, do gabinete do deputado Ademar Traiano, a partir de 1º de março de 2003.

V - prover, JAIRO MARONEZI, para exercer o cargo de Comissão 2GP-5, do gabinete do deputado Ademar Traiano, a partir de 01 de março de 2003;

VI - exonerar, a pedido, VINICIUS TRAIANO, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Ademar Traiano, a partir de 1º de março de 2003.

VII - prover, EDSON LUIZ CASAGRANDE, para exercer o cargo de Comissão, junto ao gabinete do deputado Ademar Traiano, a partir de 01 de março de 2003;

VIII - exonerar, a pedido, RAEIFFER ANTONIO CABREIRA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Fernando Ribas Carli, a partir de 1º de março de 2003.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 145/2003

I - prover, JOÃO BATISTA PORTELLA, para exercer o cargo de Comissão, junto ao gabinete do deputado Tadeu Veneri, a partir de 01 de março de 2003;

II - exonerar, a pedido, MARCIA RODRIGUES DE LARA Buseti, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Ademar Traiano, a partir de 1º de março de 2003.

III - prover, ANA ROSA SANTIAGO, para exercer o cargo de Comissão, junto ao gabinete do deputado Ademar Traiano, a partir de 01 de março de 2003;

IV - exonerar, a pedido, NEOLI DIAS BRUNO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do gabinete do deputado Vanderlei Iensen, a partir de 1º de março de 2003.

V - prover, NOELI DIAS BRUNO, para exercer o cargo em Comissão DAS-5, de Assessora da Comissão de Terras, Imigração e Colonização, a partir de 01 de março de 2003, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Artigo 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 146/2003

I - exonerar, a pedido, MAURICIO RODRIGUES DE SOUZA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Assessor da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, a partir de 1º de março de 2003.

II - prover, SOLANGE MANN, para exercer o cargo em Comissão DAS-5, de Assessora da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, a partir de 01 de março de 2003, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Artigo 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

# ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 147/2003

I - exonerar, a pedido, os servidores abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de fevereiro de 2003, conforme especifica:

RADAMERIS DO ESPIRITO SANTO SAIDE  
ANTONIO SERGIO PAPUA VISQUI  
VALMOR STEDILE  
JOSE CARLOS GONÇALVES DOS SANTOS  
DEJANIRA CORDEIRO DA SILVA  
LAURECIR JOSE WANDOSKI  
WANDERLEI FERREIRA DOS SANTOS  
ANA ANGELICA RIBEIRO DE NOVAIS  
SAULA NARA MESSIAS  
RENATO FERNANDO DE OLIVEIRA  
JANETE ANGELA CARNEIRO JACOMEL  
ANDRE ROBERTO MENEGOTTO  
ELOI ERASMO DALLAGNOL

# ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 148/2003

I - prover, CARLA ANDREA LUBKE, para exercer o cargo em Comissão DAS-5, de Assessora da Comissão de Ética, a partir de 01 de março de 2003, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Artigo 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

II - prover, MELISSA MARUSKA ABRÃO, para exercer o cargo em Comissão DAS-5, de Assessora da Comissão de Redação, a partir de 01 de março de 2003, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Artigo 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

III - prover, MARIA DE LURDES CERVI, para exercer o cargo em Comissão DAS-5, de Assessora da Comissão de Tomadas de Contas, a partir de 01 de março de 2003, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Artigo 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

IV - exonerar, a pedido, MARIA HENRIQUE DA SILVA DE PAULA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Assessora da Coordenadoria das Comissões, a partir de 1º de março de 2003.

V - prover, NAIME RENATA DA SILVA BISPO, para exercer o cargo em Comissão DAS-5, de Assessora da Comissão das Comissões, a partir de 01 de março de 2003, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento

básico, de acordo com o Artigo 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

# ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 149/2003

I - exonerar, a pedido, ODILMAR DE MOURA LUTZ, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Renato Gaúcho, a partir de 1º de março de 2003.

II - exonerar, a pedido, ZENILVA TEREZINHA SCHMIDT CORREA, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Renato Gaúcho, a partir de 1º de março de 2003.

III - prover, ODILMAR DE MOURA LUTZ, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Renato Gaúcho, a partir de 1º de março de 2003.

IV - prover, ZENILDA TEREZINHA SCHMIDT CORREA, para exercer o cargo de Comissão DAS-5, do gabinete do deputado Renato Gaúcho, a partir de 01 de março de 2003, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Artigo 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

V - exonerar, a pedido, CESAR SOUZA CORREA, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Renato Gaúcho, a partir de 1º de março de 2003.

VI - prover, LIGIA KLAUCK, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Renato Gaúcho, a partir de 1º de março de 2003.

# ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 150/2003

I - prover, ANGELITA ALVES MEDEIROS, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Renato Gaúcho, a partir de 01 de março de 2003;

II - prover, RAFAEL EMILIANO RIBEIRO, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Renato Gaúcho, a partir de 01 de março de 2003;

III - exonerar, a pedido, ANTONIO FRANCISCO DE ANDRADE, do cargo em Comissão, junto ao gabinete da 2ª Secretaria, a partir de 1º de março de 2003;

IV - prover, KÁTIA MARIA MANSUR COSTA, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete da 2ª Secretaria, a partir de 01 de março de 2003;

V - exonerar, a pedido, IVO TRAGHETTO JUNIOR, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de março de 2003;

IV - prover, THIAGO VIANNA LOPES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Geraldo Cartário, a partir de 01 de março de 2003;

# ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 151/2003

I - exonerar, a pedido, ANA TROVA DE OLIVEIRA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do

gabinete do deputado Mauro Moraes, a partir de 1º de março de 2003;

II - prover, ELIAS DE CASTRO OLIVEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Mauro Moraes, a partir de 1º de março de 2003, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970;

III - exonerar, a pedido, VILMAR DE ANDRADE, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Carlos Simões, a partir de 1º de março de 2003.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 152/2003

I - prover, CARLOS EDUARDO DE MUNHOZ FURTADO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do gabinete do deputado Marcos Isfer, a partir de 1º de março de 2003, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970;

II - prover, IVANIR DOMINGOS RALDI, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Marcos Isfer, a partir de 01 de março de 2003;

III - prover, WILSON TEIXEIRA DE ALMEIDA, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Marcos Isfer, a partir de 01 de março de 2003;

IV - prover, ZÉLIA CARVALHO TAVARES, para exercer cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Dobrandino da Silva, a partir de 01 de março de 2003;

V - prover, SILVANA YONARA SPERANDIO VALERIUS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Dobrandino da Silva, a partir de 01 de março de 2003;

VI - prover, JANICE ADRIANA WEBER, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Dobrandino da Silva, a partir de 01 de março de 2003.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 153/2003

Exonerar, a pedido, PAULO GOMES JUNIOR, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 25 de fevereiro de 2003.

(Prot. nº 1932/2003)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 154/2003

I - exonerar, a pedido, ZENAIDE HORST ESTECHE, do cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do gabinete do deputado Hermes Fonseca, a partir de 1º de março de 2003;

II - exonerar, a pedido, YEDDA MARTINS CARAZZAI FONSECA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Hermes Fonseca, a partir de 1º de março de 2003;

III - prover, YEDDA MARTINS CARAZZAI FONSECA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do gabinete do deputado Hermes Fonseca, a partir de 1º de março de 2003, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970;

IV - prover, CLICÉIA APARECIDA ALVES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Hermes Fonseca, a partir de 1º de março de 2003, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970;

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 155/2003

I - prover, BRAZ ALVES, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Nelson Garcia, a partir de 1º de março de 2003;

II - exonerar, a pedido, LEANDRO PIERIN BORGES DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Hermas Brandão, a partir de 1º de março de 2003;

III - prover, WILLIAM CARLO CORDEIRO, para exercer cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Hermas Brandão, a partir de 1º de março de 2003;

IV - prover, FLAVIO JOSÉ DE FREITAS FILHO, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Hermas Brandão, a partir de 1º de março de 2003;

V - prover, MARIA HELENA LIMA DOMINGOS, para exercer cargo em Comissão, junto ao Cerimonial deste Poder, a partir de 1º de março de 2003;

VI - prover, JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA CAMPOS, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete da Presidência, a partir de 1º de março de 2003;

VII - prover, EVANDRO JOSÉ RIBEIRO DA SILVA, para exercer cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Hermas Brandão, a partir de 1º de março de 2003;

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 157/2003

I - prover, ORLANDO ROMERO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de assessor da Comissão de Alimentos, a partir de 1º de março de 2003, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento

básico, de acordo com o artigo 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970;

II - prover, ALESSANDRA APARECIDA FILLA SCHUSTER, para exercer cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Hermas Brandão, a partir de 1º de março de 2003;

III - exonerar, a pedido, CARLA ANDREIA DE CASTRO, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Valdir Rossoni, a partir de 1º de março de 2003;

IV - exonerar, a pedido, JUCIMARA REGINA BORDIGNON, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Valdir Rossoni, a partir de 1º de março de 2003.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 158/2003

I - prover, JOSÉ BATISTA DAS NEVES FILHO, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Waldir Leite, a partir de 1º de março de 2003;

II - prover, ANTONIO DE OLIVEIRA SANTOS, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Jocelito Canto, a partir de 1º de março de 2003;

III - prover, ELTON FRANCISCO DA CUNHA SANTOS, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Nereu Moura, a partir de 1º de março de 2003;

IV - prover, TELMA CORDEIRO RAISEL, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Marcos Isfer, a partir de 1º de março de 2003;

V - prover, CARLOS EMILIANO FERREIRA DELAZARI, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete da 1ª Secretaria, a partir de 1º de março de 2003;

VI - prover, GASSAN HANDAR, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Nereu Moura, a partir de 1º de março de 2003.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 159/2003

I - prover, EDENILCE DE FÁTIMA DO NASCIMENTO LIMA, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Padre Paulo, a partir de 1º de fevereiro de 2003;

II - prover, ANTONIO CARLOS DO NASCIMENTO, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Padre Paulo, a partir de 1º de fevereiro de 2003;

III - prover, ADILSON VALENTIM, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Padre Paulo, a partir de 1º de fevereiro de 2003;

IV - prover, MANUEL CAMPOS, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Padre Paulo, a partir de 1º de fevereiro de 2003;

V - prover, EDSON PEREIRA CAMPOS, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Padre Paulo, a partir de 1º de fevereiro de 2003;

II - prover, GISLAINE MACHADO DE AGUIAR, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Padre Paulo, a partir de 1º de fevereiro de 2003.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 160/2003

Prover, MÁRCIA TODESCHINI, para exercer cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Geraldo Cartário, a partir de 01 de março de 2003.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 161/2003

Prover, os servidores abaixo relacionados, para exercerem cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, a partir de 1º de março de 2003, conforme especifica:

NEUCIR AUGUSTO BATTISTON - DAS-2

ROSE MARI COLETTI - DAS-5

MARIO PRECHLAK

TEREZA FERNANDES

JONIVAL DIAS DE PAULA

SANTINA FERNANDES DA SILVA

ROSANI KOVALSKI

CLAUDETE GORGES

ANA CRISTINA ESMERALDINO

HILARIO PRECHLAK

CLOZIMAR NAVA

MARIA SUSANA ALVES DE OLIVEIRA

HELENA MARONEZI CASAGRANDE

NOEMI MENDER

AGNALDO MENDER

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 162/2003

I - exonerar, a pedido, MARVANIA ZAP BARRETO DALPRÁ, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete do deputado Edson Strapasson, a partir de 1º de março de 2003;

II - prover, REGINALDO SAMPAIO ANTT, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete do deputado Edson Strapasson, a partir de 1º de março de 2003;

I - exonerar, a pedido, LEOFRIDES LEMES DA SILVA, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Edson Strapasson, a partir de 1º de março de 2003;

IV - prover, MARIA APARECIDA DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Edson Strapasson, a partir de 1º de março de 2003.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 163/2003

I - prover, ROSANGELA DE FATIMA BORBA ZACLIKEVIS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de assessora da Comissão de Defesa do

Consumidor, a partir de 1º de março de 2003, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970;

II - prover, LUIZ CARLOS BALCEWICZ, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de assessor do Bloco Parlamentar Agropecuário, a partir de 1º de março de 2003, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 164/2003

I - exonerar, a pedido, CHARLES FRIEDRICH NETO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 1º de março de 2003.

II - prover, LUCIANO BASILIO PILATTI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 1º de março de 2003.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 165/2003

Prover, PEDRO FIESKI, para exercer o cargo em Comissão junto ao gabinete do deputado Pedro Ivo Ilkiv, a partir de 1º de fevereiro de 2003.

(Prot. nº 1799/2003)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 13.03.2003.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 166/2003

I - exonerar, a pedido, ROBERTO ELIAS SALOMÃO, do cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PT, a partir de 1º de março de 2003.

II - prover, TERESA GRICELDA COFRE RODRIGUES, para exercer o cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PT, a partir de 1º de março de 2003.

(Prot. nº 1814/2003)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 17.03.2003.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 167/2003

I - prover, MAURICIO ALVES DE LIMA, para exercer o cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Ângelo Vanhoni, a partir de 1º de março de 2003.

II - prover, ODETE NOEMIA GOMES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5 do gabinete do deputado Ângelo Vanhoni, a partir de 1º de março de 2003, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico,

de acordo com o artigo 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. nº 1821/2003)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 168/2003

I - exonerar, a pedido, MAERLIO FERNANDES BARBOSA, do cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do Governo, a partir de 1º de março de 2003.

II - prover, MAERLIO FERNANDES BARBOSA, para exercer o cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Ângelo Vanhoni, a partir de 1º de março de 2003.

III - exonerar, a pedido, MAURICIO CHELI, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Ângelo Vanhoni, a partir de 1º de março de 2003.

VI - prover, MAURICIO CHELI, para exercer o cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do Governo, a partir de 1º de março de 2003.

(Prot. nº 1822/2003)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 18.03.2003.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 302/2003

Conceder, a CIRCE BUENO E SILVA, viúva do ex-deputado estadual Amaury Bueno e Silva, falecido em 17 de novembro de 2002, pensão mensal estabelecida pela Lei de nº 4.763, de 05 de novembro de 1963, com valor estipulado pelo artigo 2º da Lei de nº 13.426, de 07 de janeiro de 2002, a partir da data de publicação.

(Prot. nº 6033/2003)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11.08.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

### Pauta da CCJ:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PAUTA - 10.09.2003

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA  
RELAÇÃO DOS PROJETOS E  
RESPECTIVOS RELATORES

Projeto de Lei nº 008/2003, autor deputado Geraldo Cartário, normatiza os serviços funerários nos IML's. **Emendas de Plenário. Relator deputado Elton Carlos Welter. Designado em 28.08.2003.**

Projeto de Lei nº 333/2003, autor deputada Elza Correia, dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual.

Projeto de Lei nº 355/2003, autor deputado Marcos Isfer, estabelece penalidades aos estabelecimentos que discriminem pessoas em virtude de sua orientação sexual.

**Ambos Anexos. Relator deputado José Maria Ferreira. Designado em 28.08.2003.**

Projeto de Lei nº 354/2003, autora deputada Luciana Rafagnin, dispõe sobre a proibição de construções de rodovias sem acostamento no Estado do Paraná. **Relator deputado Nelson Justus. Designado em 28.08.2003. Vistas ao deputado José Maria Ferreira em 02.09.2003.**

Projeto de Lei nº 362/2003, autor deputado Luciano Ducci, dispõe sobre o Fundo Estadual de Prevenção ao Abuso de Drogas. **Relator deputado Marcos Isfer. Designado em 28.08.2003.**

Projeto de Lei nº 376/2003, autor deputado Waldyr Leite, disponibiliza vagas gratuitas nos centros de formação de condutores. **Relator deputado Marcos Isfer. Designado em 28.08.2003.**

Projeto de Lei nº 391/2003, autor deputado Hermas Brandão, altera a redação da Lei nº 9959/92 - Criou o município de 4º Centenário. **Relator deputado José Maria Ferreira. Designado em 28.08.2003.**

Projeto de Lei nº 396/2003, autor deputado Nelson Justus, denomina de Escola Estadual Romeu Pires o estabelecimento de ensino localizado no município de Pinhais. **Relator deputado Marcos Isfer. Designado em 28.08.2003.**

Projeto de Lei nº 418/2003, autor deputado José Maria Ferreira, institui o Dia Estadual dos Surdos. **Relator deputado Durval Amaral. Designado em 28.08.2003.**

Projeto de Lei nº 424/2003, autor deputado Mauro Moraes, institui a semana de Valorização da Vida do Trabalhador no Estado do Paraná. **Relator deputado Durval Amaral. Designado em 28.08.2003.**

Projeto de Lei nº 433/2003, autor deputados Waldyr Leite, Marcos Isfer, Arlete Caramês e Ratinho Júnior, concede título de cidadã honorária do Paraná à senhora

**Chieko Aoki. Relator deputado Durval Amaral. Designado em 28.08.2003.**

Projeto de Lei nº 451/2003, autor deputado Rafael Greca de Macedo, dispõe sobre isenção de IPVA e ICMS na aquisição de automóveis para utilização por pessoas portadoras de deficiência física. **Relator deputado José Maria Ferreira. Designado em 28.08.2003. Vistas ao deputado Delegado Bradock em 02.09.2003.**

#### 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA RELAÇÃO DOS PROJETOS E RESPECTIVOS RELATORES

Projeto de Lei nº 106/2003, autor deputados Doutor Luciano e André Vargas, regulamenta os recursos mínimos para o financiamento da saúde pública e define as despesas em ações e serviços públicos de saúde. **Rejeitado Parecer Contrário deputado Elton Carlos Welter em 02.09.2003 Relator deputado Delegado Bradock. Designado em 02.09.2003.**

Projeto de Lei nº 329/2003, autor deputado Mauro Moraes, dispõe sobre a interrupção do fornecimento de água e energia elétrica pelas concessionárias. **Rejeitado Parecer Contrário deputado Elton Carlos Welter em 02.09.2003 Relator deputado Delegado Bradock. Designado em 02.09.2003.**

#### 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA RELAÇÃO DOS PROJETOS DE UTILIDADE PÚBLICA

Projeto de Lei nº 070/2003, autor deputado Nelson Garcia, declara de Utilidade Pública o Centro de Convivência da 3ª Idade, com sede no município de Guairacá e foro no município de Paranavaí. **Relator deputado Duílio Genari. Designado em 02.09.2003.**

Projeto de Lei nº 480/2003, autor deputado Alexandre Curi, declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Vila Natal, com sede e foro no município de Curitiba. **Relator deputado Duílio Genari. Designado em 02.09.2003.**